



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

NÁDJA SILVA DOS SANTOS

**“Só sabe quem passa!”: uma análise antropológica da Segurança Alimentar de feirantes-
agricultores familiares da CECAF-JP**

João Pessoa/Rio Tinto
2023

NÁDJA SILVA DOS SANTOS

“Só sabe quem passa!”: uma análise antropológica da Segurança Alimentar de feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ednalva Maciel Neves
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maristela de Oliveira
Andrade



Ata da Defesa da Dissertação de Mestrado da Aluna NÁDJA SILVA DOS SANTOS

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, realizou-se por meio da plataforma de videoconferência Google Classroom, a sessão pública de defesa remota da Dissertação intitulada: **“Só sabe quem passa!”: uma análise antropológica da Segurança Alimentar de feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP**, apresentada pela aluna Nádja Silva dos Santos, Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM ANTROPOLOGIA, área de Concentração em Antropologia Social, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Marcia Reis Longhi, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Profa. Dra. Ednalva Maciel Neves (PPGA/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte as professoras doutoras Maristela de Oliveira Andrade (PPGA/UFPB) na condição de coorientadora, **Maria Elena Martínez Torres (PPGA/UFPB/CIESAS)**, a examinadora interna e **Patrícia dos Santos Pinheiro (Instituto Escolhas)**, examinadora externa. Dando início aos trabalhos, A Senhora Presidente, Profa. Dra. Ednalva Maciel Neves convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra à mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, as examinadoras deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADO. Proclamados os resultados pela Profa. Dra. Ednalva Maciel Neves, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Profa. Dra. Ednalva Maciel Neves, (Secretário(a) ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 17 de fevereiro de 2023.

Nádja Silva dos Santos
(Mestranda)

Profa. Dra. Patrícia dos Santos Pinheiro
(Examinadora Externa)

Profa. Dra. **Maria Elena Martínez Torres**
(Examinadora Interna)

Profa. Dra. Maristela de Oliveira Andrade
(Coorientadora)

Profa. Dra. Ednalva Maciel Neves

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237s Santos, Nádja Silva dos.

Só sabe quem passa : uma análise antropológica da segurança alimentar de feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP / Nádja Silva dos Santos. - João Pessoa, 2023.

147 f. : il.

Orientação: Ednalva Maciel Neves.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Covid-19 - Nutrição. 2. Segurança alimentar. 3. Segurança nutricional. 4. Agricultura familiar. 5. Antropologia - Alimentação. I. Neves, Ednalva Maciel. II. Título.

UFPB/BC

CDU 578.834:612.39(043)

Elaborado por ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO - CRB-15/24

Aos meus bisavôs Maria de Lourdes e Pedro Dionísio (*in memoriam*)

Ao meu tio avô Dionísio Neto (*in memoriam*)

E a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo que resistem *apesar* do Brasil

AGRADECIMENTOS

Inicio os agradecimentos assumindo que esta dissertação é produto de anos de trabalho, dedicação e investimentos pessoais e familiares. Foram muitas as pessoas que contribuíram, em alguma medida, para que essa dissertação e a pesquisa que deu origem a ela se materializassem nesse trabalho. Abro essa seção agradecendo enormemente aos meus pais, seu José Silva e dona Márcia Silva por todo o apoio que tem me dado desde que iniciei essa empreitada, ainda em 2015 quando ingressei nas Ciências Sociais. E mesmo não entendendo muito bem o que faço, nunca deixaram de acreditar no meu potencial e de me incentivar a seguir em frente. Agradeço a minha irmã Marcela Silva, a meu irmão João Neto, a tia Verônica Venâncio, tia Ladijane Coutinho, pelo apoio e pelas palavras de incentivo. Agradeço a minha bisavó dona Maria de Lourdes, vulgo dona Lô, por todo seu carinho e sua preocupação com meu bem estar. Agradeço a minha avó, dona Doralice Mascena por, entre outras coisas, ser uma inspiração para mim como professora.

Agradeço a todos os amigos que tive a felicidade de fazer antes da UFPB, mas também a partir da UFPB. Agradeço especialmente a João Pedro Fernandes, que tem acompanhado a minha trajetória dia após dia por mais de uma década, com quem tenho compartilhado as vitórias e as angústias dos últimos anos. Com quem tenho aprendido a rir para não chorar e a ser um ser humano infinitamente melhor. Agradeço a Thayonara Santos, por nossas parcerias acadêmicas, por todas as trocas que temos realizado desde a graduação e que tem sido fundamentais para me (re)pensar como indivíduo e como pesquisadora. Agradeço também a Jaíne Araújo pelas conversas calorosas e pelo compartilhamento de tantos momentos nos últimos anos.

Agradeço imensamente ao meu grupinho do PPGA, aos meus doutorandos favoritos Weverson Bezerra, Milene Moraes e Denise Kamada por todos os diálogos e momentos compartilhados ao longo desses dois anos de mestrado. Vocês foram fundamentais para que fazer pós-graduação não fosse uma experiência ainda mais árida e solitária do que já é, por isso o meu muito obrigada. Agradeço especialmente a Weverson que tem sido o meu guia nessa selva de pedras que é a vida acadêmica, que tanto ajudou a me situar no PPGA nos meus primeiros meses.

Agradeço também a Antônio Moraes que contribuiu diretamente para que o meu processo de escrita não fosse ainda mais exaustivo, ao transcrever todas as entrevistas que realizei com tanto cuidado. Agradeço a Heytor Queiroz, que mesmo sem termos muita

proximidade me ajudou desde o início, antes mesmo de entrar no mestrado, lendo o meu projeto, e depois, me ajudando a estudar para a arguição da seleção do doutorado. Agradeço demais a Roméria Sousa, que foi uma peça chave para o desenvolvimento da minha pesquisa de campo, me apresentando aos feirantes-agricultores familiares da CECAF que conhecia. Sem isso, a minha pesquisa não teria sido o que foi. Agradeço a Bruna Cordeiro e Lays Lopes por terem me ajudado a entrar em campo quando eu ainda me sentia insegura demais para fazer isso por conta própria.

Agradeço enormemente os e as feirantes-agricultores/as familiares da CECAF que aceitaram participar dessa pesquisa antropológica, que mesmo diante das dificuldades cotidianas e da correria dos dias de feira me cederam alguns minutos de seus dias para conversarmos. Agradeço por terem dividido comigo os seus conhecimentos que são tão valiosos, embora não sejam valorizados como deveriam. Deixo aqui registrado o meu respeito e admiração pelo trabalho de grande valia que essas pessoas desempenham na roça e na feira, trabalho esse que alimenta muitos paraibanos e sem o qual não teríamos condições de comer bem. Afinal, é a agricultura familiar que alimenta esse país. Agradeço ainda mais as figuras de Alcione e seu Zé que sempre me acolheram tão bem na CECAF desde o primeiro dia.

Agradeço também às minhas orientadoras, Ednalva Neves e Maristela Andrade, por acompanharem tão cuidadosamente o processo de desenvolvimento dessa dissertação desde o início. Suas contribuições, sugestões e conselhos foram fundamentais para a tessitura desse trabalho e por isso serei sempre grata. Agradeço, porém, especialmente a professora Maristela por toda a preocupação com o desenvolvimento desse trabalho, que se refletiu em sua colaboração caprichosa em todas as etapas desse processo, que me tornará mestre em antropologia. Agradeço àqueles que compõem o PPGA e principalmente a pessoa de Dayse Soares que sempre fez o possível para atender às minhas demandas e de meus colegas nos últimos dois anos, mesmo diante da quantidade imensa de trabalho.

Agradeço à banca de qualificação, composta pelas professoras Alícia Gonçalves e Maria Elena Martínez Torres por suas contribuições, que ajudaram a redirecionar os rumos de minha escrita. E agradeço também à banca de defesa, às professoras Maria Elena Martínez Torres e Patrícia Pinheiro por terem aceitado o convite de fazer parte desse momento tão importante e simbólico da minha carreira acadêmica.

Agradeço à Rede AntropoCovid-19, formada a partir do projeto de pesquisa "Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social", por todo o aprendizado e pelo fortalecimento das

pesquisas em Ciências Sociais no contexto da pandemia de Covid-19. E em especial ao grupo de estudo “Projeto Covid queridas”, liderado pela professora Ednalva Neves e composto por Bruna Carvalho, Lays Lopes, Ana Paula Marcelino, Milena Jordana, Thayonara Santos, Heloisa Wanick e Ana Guedes, onde foi possível pensar as nossas pesquisas e angústias coletivamente de 2020 para cá. Agradeço também ao Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC) do qual tenho feito parte desde 2018 e aprendido com a diversidade de pesquisas em saúde que são desenvolvidas por essa rede de pesquisadores e pesquisadoras incríveis.

Por último, e não menos importante, agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado, sem a qual sobreviver ao longo desses dois anos e realizar a minha pesquisa não teria sido possível.

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa etnográfica realizada junto aos feirantes-agricultores familiares da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF) da cidade de João Pessoa, entre o final de 2021 e o primeiro semestre de 2022. Tendo como objetivo investigar se os feirantes-agricultores familiares da CECAF sofreram com as contradições do capitalismo, expressas na dificuldade em garantir a sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em tempos de crise econômica e de pandemia, mesmo produzindo e comercializando alimentos *in natura*. De modo a buscar compreender como os desmontes das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional, que atingiram o ápice com a desativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), impactaram a agricultura familiar no contexto local da Paraíba. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa etnográfica e qualitativa, utilizando como principais instrumentos de pesquisa: participação observante, entrevistas e caderno de campo. Tendo como *locus* de pesquisa a CECAF e o CONSEA-PB. Dessa forma, foi constatado que mesmo que o governo do estado da Paraíba atue no sentido de manter e ampliar as políticas de SAN, foi observado que as suas ações tem limitações de alcance e de orçamento, dada a ausência de apoio do governo federal. Além disso, os feirantes-agricultores familiares da CECAF, mesmo relatando a vivência de dificuldades em função da crise econômica e da pandemia, havendo, inclusive, redução de renda em muitos casos, argumentam que tem conseguido garantir a própria SAN. Isso, mesmo precisando ter feito mudanças em seu consumo alimentar, inserindo uma quantidade maior do que o usual de ultraprocessados em suas dietas.

Palavras-chave: Covid-19; Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar; Antropologia da Alimentação

"Only those who pass by know!": an anthropological analysis of the Food Security of marketers-family farmers of CECAF-JP

Abstract

This work is the result of an ethnographic research carried out with the marketers-family farmers of the Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF) in the city of João Pessoa, between the end of 2021 and the first half of 2022. The objective was to investigate whether the marketers-family farmers of the CECAF suffered from the contradictions of capitalism, expressed in the difficulty in ensuring their Food and Nutrition Security (FNS) in times of economic crisis and pandemic, even producing and selling food *in natura*. In order to understand how the dismantling of Food and Nutritional Security policies at the national level, which reached its peak with the deactivation of the National Food and Nutritional Security Council (CONSEA), impacted family agriculture in the local context of Paraíba. To this end, an ethnographic and qualitative research was developed, using as main research tools: observational participation, interviews and field notebook. The research locus were the CECAF and CONSEA-PB. Thus, it was found that even though the Paraíba state government acts in the sense of maintaining and expanding the SAN policies, it was observed that its actions have

limitations in scope and budget, given the absence of support from the federal government. Besides, the market-keepers-family farmers of the CECAF, even though they report experiencing difficulties due to the economic crisis and the pandemic, with reduced income in many cases, argue that they have been able to guarantee their own FNS. This, even though they have had to make changes in their food consumption, inserting a larger than usual amount of ultra-processed products in their diets.

Keywords: Covid-19; Food and Nutrition Security; Family Farming; Anthropology of Food

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASA** – Articulação do Semiárido Brasileiro
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CECAF** – Centro de Comercialização da Agricultura Familiar
- CENTRAC** – Centro de Ação Cultural
- CNSA** – Conferência Nacional de Segurança Alimentar
- CODETER** – Colegiado de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSEA** – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- DCNTs** – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
- DHAA** – Direito Humano à Alimentação Adequada
- EMPAER** – Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
- FAO** – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FETAG** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
- FBSAN** – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
- INSAN** – Insegurança Alimentar e Nutricional
- LOSAN** – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MESA** – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
- MST** – Movimento Sem Terra
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAB** – Programa Alimenta Brasil
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento
- PATAC** – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas
- PPGA** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNSAN** – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

PBF – Programa Bolsa Família

PFZ – Programa Fome Zero

PT – Partido dos Trabalhadores

QQD – Quadro de Detalhamento de Despesas

SA – Segurança Alimentar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SESAN – Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba

SEDURB – Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano

SEDHUC – Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de João Pessoa

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Rede de feirantes-agricultores familiares entrevistados, constituída a partir de Roméria.....	35
Figura 2: Estacionamento e fachada da CECAF.....	41
Figura 3: Primeiro festival do milho pós-pandemia de Covid-19.....	45
Figura 4: Placa recomendando o uso de máscaras na entrada da CECAF.....	48
Figura 5: Fluxo de compradores entre às 7:00 e 8:00 horas da manhã em um dia de feira na CECAF.....	49
Figura 6: Bancos de Mamanguape e Gurugi contendo frutas, raízes e legumes.....	53
Figura 7: Self-service do Miguel em uma manhã de feira.....	56
Figura 8: Variedade de produtos vendidos na CECAF e o fluxo de compradores.....	65
Figura 9: Produção e roçado de inhame de Claudio.....	74
Imagem 10: Fachada da Casa dos Conselhos onde se encontra localizado o CONSEA-PB.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados dos feirantes-agricultores familiares entrevistados.....	37
Tabela 2: Entidades da sociedade civil que compunham o CONSEA.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 METODOLOGIA.....	21
1.1 O corpo feminino e branco que pesquisa e que escreve.....	21
1.2 O percurso metodológico.....	28
2 DA CECAF-JP À SEGURANÇA ALIMENTAR DOS FEIRANTES- AGRICULTORES FAMILIARES.....	40
2.1 A CECAF-JP: de sua construção ao seu funcionamento na pandemia de covid- 19.....	40
2.2 A CECAF-JP e seus emaranhados.....	49
2.3 O tempo, a comida e as relações de sociabilidade na CECAF-JP.....	59
2.4 A Segurança Alimentar e Nutricional dos feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP em tempos de Covid-19.....	67
3 POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CASO DO CONSEA E CONSEA-PB.....	79
3.1 Das políticas de SAN ao CONSEA.....	80
3.2 A extinção do CONSEA.....	91
3.3 O contexto local da Paraíba.....	96
4 PERCEPÇÕES SOBRE SAN E POLÍTICAS PÚBLICAS DOS FEIRANTES- AGRICULTORES FAMILIARES DA CECAF-JP.....	105
4.1 Concepções sobre alimentação saudável dos feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP.....	105
4.2 Concepções sobre SAN dos feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP....	113
4.3 Concepções sobre as políticas voltadas para agricultura familiar dos feirantes- agricultores familiares da CECAF-JP em tempos crise pandêmica.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
Referências.....	134
Apêndices.....	144

INTRODUÇÃO

A feira sempre se constituiu em um espaço de afetividade para mim que desde tenra infância frequento esse lugar cheio de cores, sons, cheiros e sabores que são tão característicos das feiras livres (VEDANA, 2004; NASCIMENTO, 2018). As cores das quinquilharias penduradas e dispostas nos bancos da feira me pareciam objetos quase lúdicos, por sua diversidade de formas, tamanhos e pelo mistério em torno de certos artefatos que desconhecia a utilidade e não me atrevia a perguntar para quê serviam. Como forma de manter o encanto pelo desconhecido.

Os sons dos feirantes tentando atrair fregueses, das conversas travadas entre pessoas que se encontravam naquele espaço e dos ruídos que as pessoas faziam ao trabalhar, contrastavam com o silêncio da rua em que morava e me encantava por sua novidade. Já os cheiros são uma das coisas que me vem à tona com mais força, especialmente o cheiro da chamada “feira da carne”, que tinha um cheiro bastante particular e que nunca me agradou.

Essas experiências sensoriais me fazem recordar vividamente das minhas primeiras incursões à feira da minha cidade natal Mamanguape, que ocorreram junto ao meu pai, que muito calmamente me dava algumas sacolas para carregar e as moedas que sobravam das compras realizadas ao longo do percurso que fazíamos. O que eu aceitava com alegria e grande senso de responsabilidade.

Ali me via diante de um mundo de possibilidades, de experiências sensoriais e gustativas que de alguma forma eram ordinárias e extraordinárias ao mesmo tempo. Ordinárias porque comer queijo, por exemplo, era algo comum, mas comer queijo na feira tinha um sabor completamente diferente. Toda a sociabilidade e simbolismo em torno de atos simples como esses tornavam a experiência gustativa algo único, que emerge como memória mesmo décadas depois de ter ocorrido.

Além disso, a aproximação com o ambiente e os simbolismos da feira tem relação direta com minha constituição familiar, por ser neta e bisneta de feirantes. Neta por parte de pai, meu avô João Agripino, que só cheguei a conhecer através de histórias, vendia na feira do peixe, e bisneta por parte de mãe, meu bisavô seu Pedro Dionísio vendia cereais e a minha bisavó dona ‘Lô’ vendia farinhas e gomas.

Assim, a feira tem feito parte de toda minha vida. Embora tenha passado alguns anos longe desse espaço, tanto por ter perdido o interesse durante a minha adolescência, quanto por meu pai ter trocado a feira pelo supermercado ao longo dos anos. Contudo, tempos depois, já

na fase adulta, consegui voltar a frequentar a feira – mas uma outra – por causa da universidade, que sedia a feira agroecológica Ecovárzea, todas as sextas de manhã. A diferença é que a partir daí esse lugar, a feira, é pensado não mais pelo crivo da curiosidade, mas conscientemente, de forma deliberada e através de uma perspectiva crítica, antropológica.

A Ecovárzea é um ponto importante da minha pesquisa, embora não seja o *lócus* desta, porque foi a partir da aproximação com essa feira que a pesquisa foi germinando pouco a pouco. Por meio desse espaço fui voltando a me familiarizar com a feira e a tomar gosto em frequentar esse lugar novamente. Sendo o seu maior atrativo, na minha visão, a possibilidade de tomar café e comer tapioca ou beiju todas as sextas pela manhã bem no meio da universidade.

Isso, a reaproximação com o âmbito da feira, junto com o meu interesse por estudar temas relacionados à alimentação, foram contribuindo para a construção do que veio a ser o meu projeto de pesquisa de mestrado. Algo que tem relação direta com a minha transição ao vegetarianismo e com a fala de uma das interlocutoras da pesquisa que realizei na graduação. Visto que a fala de Ivone¹, sobre a imprescindibilidade de ter consciência sobre o que se come para preservar a saúde e evitar o desenvolvimento e agravamento de doenças, me fez perceber a alimentação como um objeto de estudo possível.

No sentido de desnaturalizar a alimentação e a comida, compreendendo a alimentação como um fenômeno biossocial (CONTRERAS; GRACIA, 2011), e de questionar que tipo de alimentação e cultura alimentar os feirantes têm em tempos de crises. Dessa forma, podemos observar o quanto a cultura alimentar é algo que formamos ao longo do tempo, que tem sim relação com o contexto sociocultural, com o sistema alimentar mais amplo, com o contexto político-econômico em que estamos inseridos, mas também com escolhas de vida individuais, ao menos até certo ponto (GUEDES, 2015). Quer dizer, não existem regras fixas e imutáveis, uma vez que os indivíduos estão em constante relação com outros contextos, situações e sujeitos, assim como com outras cosmovisões e culturas alimentares.

Desse modo, como boa parte das atividades realizadas na feira tem relação com a alimentação e a comida, comecei a questionar o quê os feirantes comem, principalmente no contexto de crises: política, econômica e sanitária que atravessaram o Brasil, chegando ao ápice com a emergência da pandemia da Covid-19. E se esse contexto poderia estar fazendo com que os feirantes vivenciassem as contradições do capitalismo por meio de sua alimentação, expressas nas dificuldades em garantir uma alimentação adequada e saudável a despeito de

¹ Nome fictício utilizado no meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Experiências falciformes de existência de mulheres de João Pessoa, Paraíba”.

comercializarem, e por vezes produzirem, alimentos *in natura*. De modo que, questiono: estariam os feirantes-agricultores familiares paraibanos conseguindo garantir a sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto de crises que vivenciamos?

Essa inquietação, que veio a moldar meu objeto de pesquisa, se tornou ainda mais patente ao longo da minha pesquisa exploratória e bibliográfica. Visto que, a partir desta conheci a Central de Comercialização de Agricultura Familiar (CECAF)², localizada na capital paraibana, o que me fez perceber algo que talvez pareça óbvio, mas que ainda não tinha atinado. Ou seja, que muitas vezes as pessoas que vendem na feira não são apenas feirantes, mas sim feirantes-agricultores familiares. E esse grupo, além do contexto de crises que enfrentamos enquanto sociedade, tem vivenciado um cenário de ausência de uma agenda governamental que valorize e invista na agricultura familiar desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro, em 2019.

Isso significa dizer que a agricultura familiar tem sofrido uma série de cortes nos últimos anos, a exemplo dos cortes nos orçamentos do Plano Safra e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foram bilionários (CUT, 2022). De modo a evidenciar que temos em curso um processo de desmonte de políticas voltadas para a agricultura familiar e, conseqüentemente, das políticas de SAN. O que é uma das muitas contradições do capitalismo, haja vista que, ao contrário do que se propaga na mídia sobre o “Agro’ ser *pop*” e colocar comida na mesa dos brasileiros, quem alimenta o país, em grande parte, é a agricultura familiar, por ser responsável por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa (IBGE, 2019).

Diante disso, me pareceu válido questionar se os feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP conseguiram garantir a sua SAN no contexto da pandemia de Covid-19, uma vez que comercializam e produzem alimentos *in natura*, garantindo indiretamente que a população paraibana tenha possibilidade de assegurar a sua própria SAN. Isso, levando em conta o contexto de crises política e econômica que foi intensificado pela pandemia e pela insuficiência das ações do governo federal³, que, inclusive, se opôs a criação de um auxílio emergencial específico para a agricultura familiar, que foi proposto pelo Projeto de Lei n° 823/21 (BRASIL,

² Ao longo do texto irei me referir a Central de Comercialização de Agricultura Familiar como “a CECAF”, porque é assim que é chamado pelos interlocutores desta pesquisa.

³ Uma das medidas mais relevantes do governo federal no período crítico da pandemia foi a criação do auxílio emergencial em 2020, que com o valor inicial de R\$600 e R\$1.200 reais, que foi diminuindo de valor gradativamente, se revelou incapaz de suprir demandas básicas, como saúde, alimentação e moradia, em razão da crescente alta da inflação e do caráter temporário do auxílio. Ademais, houve dificuldades em assegurar que os mais vulneráveis recebessem o auxílio, pela necessidade de usar a internet para fazer o cadastro (SANTOS et al., 2021) e da exigência de ter o CPF atualizado (IBIAPINA, 2020).

2022). Como consequência da ingerência do governo federal tivemos a eclosão de uma crise sanitária e o aumento exponencial de brasileiros em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN). O que, entre outras coisas, tem relação direta com o crescimento do desemprego no país e conseqüente diminuição da renda e do poder de compra do brasileiro (REDE PENSSAN, 2022).

Como produto desse cenário, tivemos em 2020 enquanto população brasileira um número de mais de 11 milhões de pessoas passando fome, já em 2022 esse número quase dobrou, pois atingimos o quantitativo de mais de 33,1 milhões de pessoas vivenciando essa violação de direitos humanos e constitucionais básicos (REDE PENSSAN, 2022). O principal destes é o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que é um direito constitucional desde 2010 no Brasil (BRASIL, 2013). E que vem sendo sistematicamente negado à população no cenário atual de desemprego, de alta crescente da inflação, de crise política e econômica. De modo que, a fome tem se alastrado tal qual uma epidemia no nosso país, o que nos levou de volta ao Mapa da Fome em 2020 (REDE PENSSAN, 2022).

Contudo, esse retrocesso já vinha sendo previsto desde o início do esvaziamento de políticas voltadas à SAN que ocorreram a partir de 2016, pós-golpe contra a então presidente Dilma Rousseff, que deu início ao governo Michel Temer (CASTRO, 2019; FAO, 2021). O que provocou uma série de descontinuidades nas políticas voltadas à SAN no nosso país, afetando tanto o produtor rural quanto a população, em especial a mais pobre, que era diretamente beneficiada por essas políticas. Isso porque as políticas de SAN se estendem desde a produção de alimentos, preparo da terra, escolha das sementes e das técnicas a serem utilizadas no plantio até a distribuição, precificação e venda dos produtos finais (CASTRO, 2019).

Essa complexidade das políticas de SAN é bem ilustrada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que representava, antes de sua extinção pelo governo Jair Bolsonaro (BRASIL, 2019), uma política pública assentada em bases democráticas, marcada por sua composição intersetorial, interministerial, descentralizada e participativa. Afinal, o resgate do CONSEA, que ocorreu em 2003, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, representou um marco na democracia brasileira e deu início a um período de continuidades nas políticas de SAN, acontecimento inédito até então.

Tendo o CONSEA contribuído em grande medida com as políticas de SAN, através da discussão de temas importantes para a sociedade brasileira, trazidos pelos conselheiros, especialmente aqueles oriundos da sociedade civil e de entidades, que em grande medida conferiram base para criação de políticas e programas nacionais. Exemplo disso foram as discussões e disputas políticas em torno da aprovação do Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foram conquistas do CONSEA, que lutou pela aprovação de ambos os programas (MORAIS, MACHADOS, MAGALHÃES, 2021). Programas esses que beneficiaram diretamente por anos a agricultura familiar e uma alimentação mais saudável para a população escolar e demais consumidores.

O que foi interrompido pela Medida Provisória n° 870 (MP 870) (BRASIL, 2019), que sancionou a extinção do CONSEA, em 2019, desmantelamento toda a estrutura do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Algo que essa pesquisa assim como instituições, pesquisadores ligados à questão da SAN consideram, ter colocado em risco a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e, conseqüentemente, a garantia da SAN e da Soberania Alimentar do povo brasileiro. Isso, tendo em vista a ausência de uma agenda governamental de combate à fome e às desigualdades sociais por parte do governo Bolsonaro.

Nesse sentido, objetivo aqui é investigar se esse cenário de desmonte de políticas voltadas para a SAN a nível federal, por um lado, e de crises política, econômica e sanitária, por outro, tem representado um risco na garantia da SAN dos feirantes-agricultores familiares da CECAF da cidade de João Pessoa. Isso é, analisando através do CONSEA-PB se o contexto local da Paraíba tem sofrido impactos na construção, implementação e monitoramento das políticas de SAN a nível local, a partir dos desmontes sucessivos das políticas de SAN a nível nacional. Vale ressaltar que o CONSEA-PB seguiu atuante a despeito da extinção do CONSEA nacional, uma vez que é diretamente ligado ao gabinete do governador, continuou a sua atuação com recursos próprios, sem mais o apoio do governo federal.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa antropológica de cunho qualitativo, que teve como principais ferramentas o uso de participação observante, de entrevistas semiestruturadas e do registro de impressões e reflexões através do caderno de campo (BEAUD; WEBER, 2007; GASKELL, 2015; GUBER, 2005). Vale ressaltar que, apesar do contexto da pandemia, a pesquisa foi realizada integralmente de forma presencial, respeitando os protocolos de biossegurança, ou seja, o uso de máscaras⁴ e um distanciamento mínimo, visando minimizar os riscos de transmissão da Covid-19.

Assim, a maior parte da pesquisa foi realizada na CECAF, por entender esse espaço como representativo de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, evidenciando a importância de políticas de assistência, fomento à esse grupo, mas também de escoamento de sua produção. Sendo o âmbito da CECAF um caso bem sucedido de política voltada para a

⁴ Isso, respeitando o decreto n° 40.242 do governo do Estado da Paraíba, promulgado em 2020 com a finalidade de instituir o uso de máscaras como norma, objetivando prevenir o contágio por Covid-19.

agricultura familiar no contexto da capital paraibana.

Além disso, houve algumas incursões às reuniões do CONSEA-PB que segue atuando a despeito a extinção do CONSEA nacional. Uma vez que o CONSEA-PB é diretamente ligado ao gabinete do governador, João Azevedo, observou-se uma preocupação com a garantia da SAN do povo paraibano. Isso porque as políticas de SAN não deixaram de ser assistidas pelo governo do estado e tampouco novas políticas deixaram de ser criadas, especialmente durante a pandemia da Covid-19.

Assim, as incursões ao CONSEA-PB contribuíram consideravelmente para vislumbrar um panorama sobre a criação, implementação e monitoramento das políticas de SAN no estado da Paraíba durante e depois da pandemia. De modo a compreender como este Estado tem atuado no manejo de crises que atravessou o país nos últimos anos, principalmente no que diz respeito a problemática da SAN, que afeta diretamente a agricultura familiar.

Haja vista que, com o fechamento das feiras e das instituições para as quais os agricultores familiares vendiam seus produtos, a exemplo das escolas, o pequeno produtor vivenciou a redução de sua renda e poder de compra, influenciada também pela alta na inflação. Diante disso, entender como tem sido a atuação do CONSEA-PB em tempos de crise é encarado aqui como fundamental para compreender que tipo de assistência a agricultura familiar tem recebido nesse cenário. Afinal, temos no CONSEA-PB representantes diretos e indiretos da agricultura familiar, como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), o Movimento Sem Terra (MST), a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAAC) e a própria CECAF.

Nesse sentido, essa dissertação se estrutura da seguinte forma. Em introdução, que é onde oferecemos um breve panorama do objeto de estudo e do *lócus* onde a pesquisa foi realizada. Capítulo metodológico, onde foi traçado o percurso seguido ao longo da pesquisa etnográfica desenvolvida, abordando os desafios e trazendo reflexões sobre fazer pesquisa em uma feira. Posteriormente, temos o capítulo 2, que é onde discutimos a SAN dos feirantes-agricultores familiares da CECAF em tempos de crise. Em seguida, temos o capítulo 3 sobre as políticas de SAN brasileiras, focando no caso do CONSEA nacional e do CONSEA-PB. A seguir temos o capítulo 4, que reflete sobre as percepções dos feirantes-agricultores familiares do CECAF sobre alimentação saudável, sobre SAN e sobre as políticas voltadas à agricultura familiar. Por fim, temos a conclusão, trazendo uma síntese sobre os resultados dessa pesquisa antropológica.

1 METODOLOGIA

Neste capítulo irei refletir sobre o percurso metodológico realizado ao longo dessa pesquisa etnográfica, desenvolvida entre o final de 2021 e o primeiro semestre de 2022. De maneira que, será discutido como o fazer antropológico necessariamente atravessa e afeta o corpo que pesquisa e não raro o próprio campo de pesquisa. Assim como quais foram as etapas do trabalho de campo, que se dividiram em observação, participação observante e entrevistas semiestruturadas. Utilizando além disso de conversas informais, caderno de campo e fotografias como ferramentas de pesquisa. Vale ressaltar que todos os entrevistados tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que essa pesquisa foi realizada em conformidade com as resoluções do CONEP nº 510/2016 e nº 466/2012⁵.

1.1 O corpo feminino e branco que pesquisa e que escreve

Começo esse capítulo metodológico falando em primeira pessoa, com o intuito de situar nesse trabalho o corpo que escreve, que pesquisa e que reflete sobre a segurança e a cultura alimentar dos feirantes-agricultores familiares da CECAF. Esse corpo que é feminino e branco e, portanto, inevitavelmente atravessado e constituído por questões raciais e de gênero, questões essas que deram o tom desse trabalho de pesquisa, em certos sentidos. Isso é, em termos de que tipo de pesquisa me foi possível realizar, em quais espaços pude transitar e especialmente em quais horários foi razoável fazer campo. Inicialmente, vou focar nas questões de gênero e depois partir para as raciais, abordando a problemática do privilégio branco.

Dessa forma, entendo que ser mulher me abriu algumas portas, permitiu a minha aproximação com algumas feirantes que me acolheram no campo, me apresentando a outras feirantes que vieram a ser meus interlocutores, porém ‘fechou’ outras. Por fazer campo sozinha, e quando não sozinha na companhia de outras mulheres, nunca me senti segura para ir à feira antes das 5 da manhã, que é quando os feirantes começam a chegar e a organizar as suas mercadorias nos seus bancos, algo que só sei pelos relatos deles. Embora tenha chegado a acordar cedo e considerar ir para lá ainda de madrugada em algumas situações, e a ser incentivada por um de meus interlocutores a conhecer essa outra faceta da feira, decidi não ir.

⁵ Essa pesquisa fez parte de um conjunto de pesquisas realizadas a partir do projeto "Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social", de CCAE nº: 44876821.7.1001.5540.

O medo de sofrer alguma violência no trajeto foi um fator determinante para ter decidido não ir para a CECAF sozinha de madrugada, para acompanhar a dinâmica de um dia de feira do início até o fim.

O que, em alguma medida, pode consistir em uma lacuna nesse empreendimento de pesquisa, visto que não consegui *estar lá* para ter como descrever o desenrolar do início de um dia de feira. No entanto, mesmo que esse *estar lá* seja a base da autoridade etnográfica, segundo a qual o leitor é transportado ao campo através da descrição de quem fez a pesquisa de campo, de quem *esteve lá* (CLIFFORD, 2002), considero que minha vivência em campo foi suficiente para trazer um panorama da CECAF ao leitor. Até porque considero importante não perder de vista que no que diz respeito a pesquisa etnográfica não existem verdades absolutas, mas apenas verdades parciais. Visto que as culturas são produto de inúmeras vozes, ao passo que a pesquisa etnográfica representa apenas algumas dessas vozes, sendo incapaz de abarcar a sua totalidade (MARQUES; VILLELA, 2005). Quer dizer, embora o *estar lá* seja importante, entendemos que não é a única forma de obter dados sobre uma determinada realidade e/ou grupo social.

Ademais, como reflete Gama (2020) em seu trabalho autoetnográfico, o que se pretende ao trazer o corpo da pesquisadora para a discussão metodológica é evidenciar o sujeito e a subjetividade desse sujeito que está fazendo antropologia. De modo a trazer à tona os atravessamentos que compuseram esse trabalho, como o corpo da pesquisadora foi afetado e afetou o campo de pesquisa e, principalmente, como essas afetações se encontram presentes no processo de produção de conhecimento. Por isso considero importante refletir sobre os movimentos de abertura, por ser branca, e ‘fechamento’, por ser uma mulher, que ocorreram ao longo do trabalho de campo. Entendo que discutir sobre isso é importante por que as limitações, desafios que surgem e se impõem no campo de pesquisa (BERREMAN, 1975), assim como sentimentos de vulnerabilidade, medo e incerteza são parte constituinte do fazer antropológico.

Além do que, entendo que trazer essas questões para a discussão metodológica pode contribuir para humanizar a descrição do trabalho de campo e para ajudar o leitor a compreender como este trabalho foi conduzido. A fim de evidenciar que o fazer antropológico é antes de tudo uma experiência vivida, tendo sido a minha atravessada necessariamente por preocupações e precauções que tem relação direta com questões de gênero, que vão desde o cuidado com a hora de ir para a feira, que roupa usar, que postura assumir diante dos feirantes e com o uso de algumas estratégias para minimizar o risco de sofrer alguma violência de gênero no percurso até o campo e mesmo na própria feira. Afinal, em um primeiro momento aquele era um território por mim desconhecido e eu era uma estranha para aquelas pessoas, me

parecendo seguro tomar certas precauções.

Diante disso, tive que fazer uma escolha cuidadosa dos horários de chegar na CECAF, que costumeiramente giraram entre as 7:00 e 8:00 horas da manhã das quintas na maior parte das vezes, assim como do que vestir. Mantendo uma postura séria com os interlocutores, de modo a demonstrar que estar na feira fazia parte do meu trabalho e que eles estavam ali contribuindo com a minha pesquisa, porém, fazendo um esforço para não ter um comportamento tão engessado. Permitindo que eles pudessem se aproximar, entender o que fazia ali, me fazer perguntas sobre a pesquisa e, por vezes, sobre a minha vida pessoal.

Contudo, tendo o cuidado para manter algum nível de distanciamento físico e fazendo o constante uso de máscara, visando minimizar os riscos de transmissão de Covid-19, em conformidade com o decreto nº 40.242 de 2020 do governo do Estado da Paraíba. Assim, sempre fui usando calça jeans e camisa básica, e quando comecei a ter mais contato com os feirantes decidi ir usando um anel de tucum, para fazer as vezes de aliança – que até pensei em comprar, mas desisti. Isso porque sofri um assédio muito sutil de um feirante, que não veio a ser um interlocutor dessa pesquisa, que ao conversar comigo fazia questão de tocar o meu corpo o tempo todo. E achei que o uso de um anel ou aliança ajudasse a inibir esse tipo de situação, por aludir a existência de uma relação com um homem que deveria ser respeitada.

Nascimento (2018) relata na sua dissertação, que também teve como *lócus* uma feira, situações de assédio reiteradas que sofreu por parte de um feirante específico, que mesmo ela afirmando que namorava, persistia. Os assédios só cessaram quando o namorado foi fazer campo com ela e esse feirante viu que, de fato, existia uma figura masculina que validava o discurso e a recusa da pesquisadora. Evidenciando que por vezes a recusa de uma mulher de dar abertura para qualquer tipo de intimidade a um homem só é aceita quando já existe outro homem ocupando esse espaço ou quando há um homem defendendo o nosso direito de recusa, que no primeiro caso pode ser um namorado e no segundo o pai ou uma figura paterna. Por ser uma mulher lésbica morando longe da família não seria possível fazer uso dessas estratégias, então decidi usar o anel de tucum supracitado nas idas ao campo e não vivenciei mais nenhuma situação de assédio desde então.

Na esteira dos estudos feministas, parto da compreensão de que a categoria de gênero consiste em uma ferramenta analítica importante para refletir sobre a minha construção enquanto pesquisadora e sobre o desenvolvimento dessa pesquisa antropológica, com todos os seus limites e possibilidades. Afinal, essa categoria serve tanto para desnaturalizar quanto para historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, evidenciando que tais desigualdades não são inatas, mas sim construídas a partir de um contexto histórico, político e sociocultural

específico (SAFFIOTI, 1992).

Tendo esse contexto relação direta com a emergência e consolidação do modo de produção capitalista, que mesmo se modificando não deixa de reproduzir as condições de possibilidade necessárias para a manutenção das disparidades de gênero. Desse modo, os estudos de gênero atuam no sentido de discutir como as diversas dimensões da vida social das mulheres são atravessadas por processos de subordinação possibilitadas pela dominação masculina (SANTOS; OLIVEIRA, 2010 *apud* ARAÚJO, 2000). Sendo essa expressa na sua notável apropriação do campo da política, conferindo um poder de decisão e de escolha aos homens que não raro é negado às mulheres.

Isso significa dizer que as mulheres, especialmente aquelas atravessadas por outros marcadores sociais da diferença além do gênero como: raça, orientação sexual e classe, estão inseridas em um contexto de desigualdades sociais, produzido por relações de poder que se constituíram historicamente. E que se intensificam quando marcadores como gênero, raça, classe e orientação sexual se intersectam, produzindo e reproduzindo formas de existência social cada vez mais precárias.

O que evidencia que a violência de gênero não atua sozinha, muitas vezes se intensifica a depender da intersecção com outros marcadores, portanto, combater apenas as desigualdades de gênero entre homens e mulheres não é o suficiente para a produção de contextos sociais equitativos. Haja vista que,

Não se trata de equalizar essas três dimensões [classe, gênero e raça] em relação ao sistema do capital. É preciso considerar as particularidades que determinam a reprodução desse sistema e o fato de que estas formas de opressão se atualizam em cada conjuntura, sendo fundamental, como afirma Wood (2003), observar, em cada momento histórico, as complexas relações entre gênero, raça/etnia e o capitalismo. Entendemos, assim, que a busca pela igualdade de gênero está para além da equidade entre masculino e feminino, ou mesmo da conquista de um novo papel para a mulher na sociedade. O que só pode ser obtido com igualdade substantiva na vida social, na qual mulheres e homens de diferentes raças/etnias, orientação sexual e identidade de gênero, possam vivenciar sua diversidade sem opressão [...] (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p.13).

Embora seja particularmente atravessada por três dos marcadores sociais da diferença anteriormente citados, pois sou uma mulher, lésbica e oriunda das classes populares, conto com o privilégio de ser uma mulher branca, com alguma ‘passabilidade’ hétero⁶. E isso também é

⁶ Termo usado para designar pessoas que mesmo fazendo parte da comunidade LGBT são lidas socialmente a partir de uma perspectiva heteronormativa como pessoas heterossexuais.

um dado digno de nota, visto que não podemos ignorar que ser lida com uma mulher branca e hétero é algo que inevitavelmente abre portas e possibilita acessar certos espaços com mais facilidade. Principalmente espaços de poder, que outros corpos talvez não acessassem tão “naturalmente”. Como foi o caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do estado da Paraíba (CONSEA-PB), onde tive a oportunidade de acompanhar a sua primeira reunião presencial no ‘pós-pandemia’. Lá fui apresentada e validada como pesquisadora pela presidente do Conselho, que gentilmente me concedeu uma entrevista depois que a reunião chegou ao fim. Quer dizer, na qualidade de mulher branca, acadêmica e com passabilidade hétero, não fui em momento algum questionada sobre o que estava fazendo ali ou tive a minha presença problematizada naquele espaço. Fui aceita com muita naturalidade e presteza, algo que atribuo ao privilégio branco.

Além disso, considero que ser uma mulher branca e com o respaldo da acadêmica contribuiu para que fosse bem atendida pela coordenação da CECAF, que também tive a oportunidade de entrevistar, e pelos próprios feirantes, que no geral me acolheram no campo muito rapidamente. Quer dizer, concedendo entrevistas, me ajudando a encontrar pessoas dispostas a participarem da pesquisa, conversando informalmente comigo em horários de pouco movimento. O que possibilitou que eu me sentisse ‘dentro’ do campo em um curto período de tempo.

Um fato curioso, porém, que vivi em campo e que evidenciou o quanto a questão de gênero se fez presente na pesquisa, foi protagonizado por um senhor que veio a ser interlocutor da minha pesquisa posteriormente. Esse fato ocorreu quando ele deu a entender, em tom jocoso, que só iria falar comigo por eu ser mulher, antes de aceitar participar da pesquisa disse que “falar com você eu falo o dia todinho, agora para falar com macho eu sou meio preguiçoso”. Assim, considero que ser mulher pode ter trazido algumas limitações a minha experiência de campo em certos sentidos, mas ser uma mulher branca me abriu outras possibilidades.

Isso porque a depender da situação a cor/raça vem antes do gênero. Ou seja, em alguns momentos durante o trabalho de campo o que prevaleceu foi o privilégio branco e não a opressão de gênero, embora essa não tenha deixado de existir, afinal, não deixei de ser mulher. O que ocorre em função das hierarquias sociais, que são criadas a partir de uma divisão desigual do poder (AGUIAR, 2007). Sendo este comumente concentrado na mão de homens brancos com poder financeiro, que tem ocupado historicamente espaços de poder e cargos de destaque, mas que aos poucos tem sido apropriados por mulheres brancas.

Dessa forma, uma das hierarquias sociais mais relevantes, por seu caráter estruturante, é a branquitude, que foi construída para se pensar e ser encarada como “moralmente ideal,

decente, civilizada e majestosamente generosa” (KILOMBA, 2020, p.27). Isso implica dizer que a branquitude é uma identidade privilegiada, que estabelece hierarquias sociais e faz uso delas para benefício próprio às expensas de grupos historicamente marginalizados, colocados em um lugar de outridade, como é o caso de pessoas negras e não brancas.

De acordo com Kilomba (2020), esse lugar de outridade implica na construção de um lugar onde pessoas não brancas são encaradas sempre como o “outro”, o diferente, o exótico e nunca como o “eu”. Isso porque o direito de ter subjetividade, de ser a norma e, portanto, de ser encarado como o “eu” é sempre das pessoas brancas. Ao serem transformadas em outridade pela branquitude as pessoas não brancas são transformadas na representação mental de tudo aquilo que os brancos consideram indesejável.

Isso significa dizer que a branquitude só existe enquanto identidade e ideologia que estrutura relações de poder, porque pessoas não brancas são colocadas na categoria de “outro”. O que possibilita que sejam explorados, estereotipados e encaradas como essencialmente “diferentes” dos brancos, que constroem as suas identidades raciais a partir dessa pretensa diferenciação. Assim, o “outro” só se torna “outro” a partir da negação de sua subjetividade, o que é condição necessária para que a branquitude se perpetue enquanto discurso dominante e enquanto ideologia que estrutura as relações sociais.

Por conseguinte, a produção do conhecimento antropológico precisa ser compreendida a partir de um debate político-epistemológico sobre a construção do texto etnográfico e da alteridade. Isso porque com a emergência de novas vozes e, portanto, de novas perspectivas dentro da antropologia, tornou-se imprescindível problematizar as representações limitantes e essencialistas do “outro”, que tem se colocado como uma das grandes questões para a teoria antropológica nas últimas décadas (Cf. Comaroff; Comaroff, 2010; Hall, 2006; Kenyatta, 1961).

Fazendo-se necessário desvelar as relações de poder que baseiam a autoridade etnográfica e que fazem do “outro” objeto. Convertendo sujeitos em objetos e não apenas metaforicamente, para fins metodológicos, mas sim transformando o “outro” em outridade (KILOMBA, 2020). O que não pode passar despercebido, pois o texto etnográfico tem o potencial de moldar, em alguma medida, o imaginário sobre determinados povos e grupos. Além disso, o texto etnográfico constrói discursos que podem servir para endossar ideologias e modos de vida dominantes, não havendo pesquisa em antropologia sem implicações e sem responsabilidade social.

E como argumenta Ribeiro (2019), é preciso discutir de qual *lócus social* nós partimos enquanto indivíduos e pesquisadores, ou seja, de que lugar partimos para pensar, problematizar

e descrever o mundo à nossa volta. Afinal, pertencer a um *locus social* privilegiado não apenas favorece, mas autoriza a ocupação de espaços de poder, confere legitimidade às narrativas que são criadas, e o caso das pessoas brancas é um bom exemplo disso.

Além do que foi dito, considero ser importante pontuar essas questões por dois motivos: 1- pelo histórico racista e colonial da antropologia, que se formou e consolidou enquanto área do conhecimento produzindo ciência a partir de uma perspectiva colonial e eurocêntrica, muitas vezes essencializando o “outro”, e que deve ser sempre problematizada e 2- pelo fato de a maioria de meus interlocutores serem não brancos⁷ e eu ser uma pesquisadora branca trabalhando diretamente com essas pessoas.

Assim, parto da compreensão de que o texto etnográfico tem uma dimensão política, no sentido de criar, enraizar e perpetuar relações de poder, hierarquias e violências através dos discursos criados por sujeitos que estão em situação de privilégio, a exemplo dos antropólogos/as brancos/as. Fazendo-se necessário problematizar o *locus social* do qual partimos para descrever o nosso campo de pesquisa e para produzir conhecimento. O que implica em trazer à tona a branquitude da pesquisadora pelo caráter estrutural e normatizador do privilégio branco.

Isso significa dizer que, a língua, assim como os discursos falados e escritos tem o poder de informar o que é considerado normal e quem tem a capacidade de retratar a verdadeira condição humana (KILOMBA, 2020; RIBEIRO, 2019). Uma vez que, até pouco tempo atrás só quem tinha o direito de falar e a prerrogativa de ser lido, discutido e estudado quando o assunto é teoria antropológica, eram antropólogos, e algum tempo depois antropólogas, brancos/as, entendo que a perspectiva branca e, muitas vezes, distorcida do que seja o “outro” ainda impera em muitas elaborações antropológicas.

Constituindo-se em uma das muitas heranças coloniais da disciplina que precisa ser problematizada, como vem sendo por teóricos não brancos nas últimas décadas (Cf. Baniwa, 2019; Basques, 2019; Hall, 2006; Kenyatta, 1961). Desse modo, faço eco a problematização de uma antropologia que não pensa epistemologicamente a branquitude, assumindo o compromisso de fazer uma dissertação que reflita sobre SAN junto dos feirantes-agricultores familiares da CECAF, sem objetificá-los e evidenciando eles enquanto sujeitos, protagonistas de suas próprias histórias. De modo a “fazer uma pesquisa com”, ou seja, em relação com outras pessoas, grupos, entidades, como propõe Haraway (2016).

⁷ Uso esse termo por abarcar uma quantidade maior de identidades não brancas, não limitando os meus interlocutores as categorias de negros ou pardos.

1.2 O percurso metodológico

Dito isso, essa dissertação é produto de uma pesquisa etnográfica, que foi realizada com feirantes-agricultores familiares da CECAF visando trazer à tona outras perspectivas sobre temas que, embora, não sejam desconhecidos, não são de fato *vistos* em toda a sua complexidade no nosso cotidiano. Como é o caso da segurança e da cultura alimentar dos feirantes-agricultores familiares, que no mais das vezes é uma temática irrefletida pelo senso comum, mas que vem ganhando cada vez mais espaço na acadêmica, assim como na antropologia.

Logo, partimos da compreensão de que o que se objetiva com a pesquisa etnográfica é refletir sobre o contexto social de um grupo específico, fazendo uso de ferramentas comuns as pesquisas qualitativas. A exemplo de participação observante, entrevistas semiestruturadas e do uso de caderno de campo (BEAUD; WEBER, 2007; GASKELL, 2015; GUBER, 2005), tendo sido estes os principais instrumentos de pesquisa utilizados no decorrer do meu trabalho de campo.

Parto da compreensão de que a entrevista aliada a participação observante deve ser utilizada com o intuito de se complementarem, conferindo uma visão mais ampla e, talvez, verossímil do campo. É importante ter em mente que o campo não é compartimentado, dividido em fragmentos, por isso mesmo é interessante passar da observação para a participação e, posteriormente, para a entrevista (BEAUD; WEBER, 2007), a fim de compreender como os elementos observados em campo se relacionam.

De acordo com Guber (2005), se faz necessário observar para poder participar do contexto social que se pretende investigar. A autora argumenta que o único meio de acessar os significados sociais da experiência humana, que são constantemente negociados e modificados, é através da vivência. Ou seja, da possibilidade de experienciar por meio de nossos sentidos os contextos onde os sujeitos que nos propomos a analisar socializam, criam relações. Isso significa dizer que, o pesquisador precisa estar em campo para entender o funcionamento das coisas, como os indivíduos se relacionam, se comunicam, como atribuem significados as suas vivências cotidianas. Dessa forma, Guber (2005) afirma que

De ahí que la participación sea condición sine qua non del conocimiento de un sistema cultural. Las herramientas son, pues, la experiencia directa, los órganos sensoriales y la afectividad que, lejos de empañar, esclarecen la dinámica cultural. Para ello, el investigador debe proceder a la inmersión subjetiva; dar cuenta de esa cultura no es explicarla, sino comprenderla. El investigador comprende desde adentro a los sujetos que estudia (GUBER, 2005, p. 111).

Portanto, é nesse jogo entre observar e participar, ou participar observando, que se torna possível entender o campo de pesquisa de forma mais ampla, assim como que tipo de perguntas faz sentido fazer aos interlocutores, ao montar o roteiro de entrevista. Afinal, a presença direta no campo é algo que possibilita que o pesquisador leia os contextos que pretende estudar sem grandes interferências das representações de terceiros, desde que mantenha algum distanciamento inicial. O que é de suma importância, haja vista que a participação observante não é apenas uma ferramenta de pesquisa, mas também uma forma de produzir conhecimentos e dados etnográficos.

Ademais, entendemos que a participação observante como parte de uma produção antropológica implicada, que não é estritamente acadêmica e nem estritamente militante. Isso significa dizer que compreendemos essa ferramenta de pesquisa como uma forma de produzir conhecimento a partir da análise das práticas, tanto do pesquisador quanto dos sujeitos que compuseram a pesquisa propriamente dita. De modo a entender que, a participação do antropólogo em campo deve ser tomada como objeto de reflexão teórico-metodológica em todo e qualquer contexto, sendo a participação observante um instrumento para tal (WEISS, 2010).

Dessa forma, ao longo de minha pesquisa de campo fui aprendendo a ir à CECAF. Fui descobrindo quais ônibus passavam lá, na ida e na volta, e quais trajetos poderiam ser feitos para chegar até lá. Descobri que só duas linhas passavam próximo ao meu bairro, a 1510 e a 5110, e foi utilizando destas que consegui chegar na CECAF. Nesse processo aprendi também a como *estar lá* (GEERTZ, 1989), como transitar naquele espaço, observando, mas também em algum nível participando daquelas relações. Isso, através das interações dos feirantes-agricultores familiares que trabalham naquele espaço e que se conhecem há anos, nas quais eu fui inserida pouco a pouco. O que se traduziu nas conversas entre eles, que se tornou em conversas entre nós, na troca de informações e de conhecimentos que ocorriam através dessas conversas. Na cobrança de minha presença em campo por parte de alguns interlocutores, mesmo depois de ter finalizado a minha pesquisa. Afinal, a pesquisa pode ter sido finalizada, mas as relações com os interlocutores não.

De modo que, aprender a *estar lá* foi fundamental para conseguir ler as continuidades e fluxos da feira e para fazer uma participação observante, através da qual pude ter acesso a informações assaz valiosas. Nessa esteira, foi partindo desses pressupostos que a minha pesquisa foi desenvolvida. Isto é, a pesquisa de campo na CECAF teve dois períodos, o período exploratório, que se deu nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021 e o período de participação observante, que ocorreu nos meses de abril, maio, junho e julho. Com um lapso

temporal, entre o final de 2021 e início de 2022, que teve como motivo a necessidade de maior dedicação a outras demandas do mestrado. Logo, essa experiência de pesquisa se dividiu em quatro etapas, das quais falarei melhor a seguir. Tais etapas foram iniciadas em conjunto com outras mulheres-pesquisadoras – Bruna Cordeiro, Thayonara Santos, Lays Lopes e Roméria Sousa – que participaram desses inícios comigo, por eu me sentir insegura em dar os pontapés iniciais sozinha.

Antes de entrar em campo de fato e de passar a ser reconhecida como pesquisadora, houve momentos em que achei que não daria conta de fazer essa pesquisa, pela dificuldade em me aproximar das pessoas, pelo medo de incomodar os feirantes-agricultores familiares no seu ambiente de trabalho com as minhas perguntas. Essas e outras angústias ficaram registradas no meu caderno de campo.

Esperando o ônibus estava meio apreensiva, sentindo que o meu campo de verdade ia começar hoje. O que não era exatamente verdade, porque já tinha começado a fazer campo no início do mês [...]. Ainda assim, não tinha me aventurado na CECAF como pesquisadora oficialmente, hoje seria a primeira vez que apareceria como pesquisadora, porque na visita anterior tinha me apresentado como tal, mas não tinha tido conversas “formais”, “oficiais” com ninguém. O que é muito mais uma questão técnica, afinal, a pesquisa já está se desenvolvendo há algum tempo. Chegando lá, estava um pouco nervosa, mas tentando sistematizar quais seriam os itinerários de pesquisa que iria seguir. Acabou que as coisas aconteceram de forma diferente do planejado, mas deu certo igual (26 de maio de 2022).

Só com o passar do tempo é que consegui me sentir mais segura para assumir esse papel, esse lugar de pesquisadora. O que só foi possível porque tive ajuda para dar os primeiros passos na CECAF, algo essencial para o desenvolvimento da minha pesquisa. Embora a responsabilidade de observar, explorar e ‘ler’ o campo de pesquisa fosse integralmente minha, ter alguém do lado, percorrendo a feira junto comigo, contribuiu muito para aliviar a tensão e dissipar um pouco da pressão envolvida no processo de adentrar em um campo de pesquisa novo. E por esse ‘apoio moral’ sempre serei grata.

Dessa forma, as etapas se dividiram da seguinte forma: (1) houve a fase de ir ao campo pela primeira vez, de descobrir qual ônibus passava em frente a CECAF, de entender como se estruturava aquele espaço físico, que foi feita com Bruna Cordeiro⁸; (2) depois disso passei para a fase exploratória, visando entender como era a dinâmica da feira nas quintas e nos sábados,

⁸ Deixo aqui mais uma vez o meu agradecimento a essas mulheres-pesquisadoras que contribuíram significativamente para o desenvolvimento dessa pesquisa, sem elas talvez essa pesquisa não tivesse se desenrolado tão bem.

qual o perfil das pessoas que frequentam a CECAF, que se deu com Thayonara Santos; (3) em seguida fui ensaiando uma aproximação com os feirantes, não apenas observava, mas interagia, comprava seus produtos e tentava entabular conversa, nessa fase contei com a ajuda de Lays Lopes; (4) e, por fim, se deu a fase das entrevistas semiestruturadas (BEAUD; WEBER, 2007), que se tornaram uma possibilidade depois que fui apresentada como pesquisadora no campo por Roméria Souza, que já era conhecida na CECAF por ter realizado pesquisa lá em 2020-2021 (Cf. Souza, 2021). O que mudou a forma como os feirantes-agricultores familiares me viam e as relações que travamos a partir disso, pois agora eles tinham a informação de que também era uma pesquisadora da UFPB.

Esse último início, por assim dizer, que ocorreu junto de Roméria Souza consistiu em um divisor de águas na minha pesquisa de campo, afinal, foi quando o campo começou a se abrir para mim pouco a pouco. Ademais, ao trazer a participação de outras mulheres-pesquisadoras no meu trabalho, que não necessariamente fizeram a pesquisa comigo, mas que me ajudaram a entrar no campo, busco evidenciar que uma pesquisadora e um projeto de pesquisa não se fazem sozinhos. É preciso contar com pessoas dispostas a colaborar com a sua pesquisa em todas as etapas para fazer antropologia, assim como para se tornar antropóloga. Sendo esses encontros fundamentais para enriquecer e densificar a experiência de pesquisa.

Nesse sentido, parto da compreensão de que a metodologia de uma pesquisa se assemelha a uma rota, que construímos teórica e metodologicamente para desbravar, por assim dizer, um território por nós escolhido, delimitado e recortado a partir de uma perspectiva epistemológica. Gradativamente nos vemos criando e recalculando essa rota a fim de orientar o intercurso em um ambiente que pode ser familiar ou estranho.

Sendo o processo de tornar o estranho em familiar e o familiar em estranho uma das ferramentas mais importantes do fazer antropológico, haja vista que o estranhamento e a familiaridade são elementos essenciais para a construção da alteridade (DA MATTA, 1978). Assim, através dessa ferramenta de pesquisa que é o estranhamento se faz possível ver o campo por pontos de vista diferentes, bem como as nossas verdades pessoais e científicas. Os conhecimentos que julgávamos ter e as possíveis pré-noções que possamos ter concebido ao longo do período exploratório da pesquisa.

Isso porque muitas vezes é ao sentir-se um *outsider* (ELIAS, SCOTSON, 2000) no campo de pesquisa que relações de familiaridade vão sendo tecidas (MAGNANI, 2009), constituindo-se em um ponto de partida importante para estabelecer contato com possíveis interlocutores. Por vezes ocupar esse lugar de ser alguém visivelmente de fora, de estranhamento em um contexto social diferente, pode ser incômodo, porque tendemos a buscar

a sensação de pertencimento, mesmo que esta seja apenas uma sensação e não um fato. No entanto, esse lugar de *outsider* é um lugar de possibilidades, porque nos permite ver o campo de fora, sem a interferência das narrativas e impressões de terceiros, o que pode contribuir para a construção de uma visão mais ampla do campo.

É nesse lugar de *outsider* que podemos ocupar um espaço privilegiado onde é possível vislumbrar um primeiro panorama do campo, identificar continuidades, fluxos, acontecimentos atípicos. E foi ocupando esse lugar que fiz boa parte de minhas observações de campo, a partir das quais percebi, por exemplo, que em grande parte os feirantes mantêm uma atitude proativa e de atenção ao longo de um dia de feira. Os feirantes se movimentam, ora para atender os clientes que surgem, ora para deixar tudo pronto para quem chegar no seu banco. Debulham feijão verde, organizam mercadoria, raramente se encontram parados ou sentados, afinal, o objetivo é vender o máximo e o mais rápido possível. Tudo numa espécie de dança a la Tsing (2019), com eles em movimento constante, sabendo exatamente o que estão fazendo, o que estão buscando, ou seja, tornar seus produtos atrativos a fim de vendê-los.

Desse modo, ao ter a minha condição de *outsider* trazida à tona, que se deu a partir do momento em que fui apresentada como pesquisadora por Roméria Souza, é que pude ser identificada e ter a minha presença justificada para os feirantes-agricultores familiares da CECAF pela primeira vez. Foi através desse primeiro estranhamento, desse não “saber o que esperar”, que acredito ter partido de ambos os lados, que se tornou possível ir construindo uma relação de familiaridade com o campo e com os feirantes. Relação essa que só foi possível pela generosidade de Alice⁹, a primeira feirante-agricultora familiar a qual fui apresentada e que depois veio a ser a minha primeira entrevistada.

Foi a feirante com quem tive a maior proximidade ao longo do desenvolvimento da pesquisa, com quem tive a entrevista mais longa e mais aprofundada e, sobretudo, foi a primeira pessoa que me fez sentir estar dentro do campo. E isso aconteceu ao final da entrevista, pois ela fez questão de me dar o que chamou de “uma lembrancinha”, e essa lembrancinha foi alguns dos produtos que cultivava e vende na feira. O que aceitei com um misto de empolgação, por receber tanto carinho de uma pessoa que mal conhecia, e de constrangimento, por querer pagar pelos produtos e não poder, pois isso poderia causar algum mal estar entre nós duas. No final das contas, esse gesto de Alice, por mais simples que pareça, fez com que eu me sentisse abraçada pelo campo e contribuiu para que eu tivesse segurança para dar andamento a pesquisa

⁹ Os nomes usados ao longo dessa dissertação são todos fictícios, visando preservar as identidades dos sujeitos dessa pesquisa.

que só estava iniciando.

Um dado digno de nota é que não só fiz perguntas a Alice, como também fui questionada por ela. Alice me perguntou se era casada, se tinha filhos, quantos anos eu tinha, se era de João Pessoa, onde morava e se morava com meus pais. Ela ficou surpresa quando disse que morava sozinha, perguntou se não tinha “nem um bicho” e se eu fazia meu próprio “cumê”, quando disse que não e que sim respectivamente, ela ficou surpresa. O que mostra que a gente “coleta” informações no campo, mas o “campo” e as pessoas que dele fazem parte também coletam informações sobre a gente, seja nos observando, seja nos questionando. Algo que pode ser entendido como a tessitura de uma antropologia reversa por parte de Alice (WAGNER, 2012).

De qualquer forma, Alice teve um papel fundamental no desenvolvimento do meu trabalho de campo, ela se tornou uma espécie de ponto de referência para mim, seu “banco” sempre foi o primeiro lugar que eu ia ao chegar na CECAF. Além do que, ela não apenas se dispôs a ser entrevistada, como também foi me colocando em contato com outros feirantes-agricultores familiares que ela julgava ter interesse em me ajudar. Ou seja, Alice fez, em certo sentido, uso de um método chamado de *snowball* (VÍCTORA, 2000), que consiste na indicação por parte do interlocutor de pessoas que podem se interessar em participar da pesquisa. De modo a possibilitar a criação de uma rede a partir da indicação mútua entre sujeitos que se conhecem. O que de fato aconteceu, criando-se uma espécie de rede entre eu e os feirantes-agricultores familiares com os quais ela tinha alguma relação de proximidade.

Um fato curioso que notei depois de algumas semanas de observação é que há a formação de uma espécie de *pedaço* (MAGNANI, 1998) na CECAF, formado em grande medida por esse grupo de feirantes-agricultores familiares que Alice me apresentou, embora também houvesse outros que não cheguei a me aproximar ou entrevistar. De acordo com Magnani (1998), o *pedaço* é caracterizado por ser um espaço social que é constituído entre o espaço da casa e da rua, e pelas relações de coleguismo, amizade, vizinhança e de trabalho que são compartilhadas por quem faz parte do pedaço.

Quer dizer, seriam formas de sociabilidade intermediárias, mais abertas do que as familiares e menos fechadas do que aquelas vivenciadas em contextos sociais mais amplos. Nesse pedaço pude observar o compartilhamento de dificuldades vivenciadas no roçado e nas vendas na CECAF, a troca de gracejos e de interações jocosas, conversas sobre o cotidiano. Embora nem sempre estivesse dentro desse pedaço, interagindo diretamente com aqueles que faziam parte dele, observei que esse pedaço faz parte da sociabilidade do grupo de feirantes-agricultores familiares que entrevistei.

Assim, através de Alice, direta e indiretamente, consegui chegar a quase todos os meus

interlocutores. Por meio dela fiz contato com Elena, que é sua vizinha de “banco” e que com certa desconfiança aceitou ser entrevistada. Para que aceitasse ser entrevistada, Alice teve que ficar tomando conta do “banco” de Elena, onde comercializa hortaliças e legumes. Inicialmente parecia pouco interessada em ser entrevistada, uma vez que não fez muito contato visual e estava debulhando feijão enquanto falava com ela. Porém, gradativamente ela foi me dando uma maior abertura, respondendo as perguntas com muito bom humor. Enquanto entrevistava Elena, conheci seu Joca, que veio conversar com Alice e Elena, não me dando muita atenção.

Apesar disso, persisti e a partir desse breve contato com seu Joca convidei ele a participar da pesquisa, o que ele aceitou, mas não sem fazer um gracejo, algo que descobri posteriormente ser típico dele. A entrevista com seu Joca ocorreu com muita tranquilidade, ele se mostrou bastante disposto a conversar e a me ajudar no que fosse preciso. Um fato interessante é que enfatizou que não come o que chamou de “bugingangas”, que são os alimentos industrializados. Depois disso, conversando com Alice sobre estar a procura de alguém para entrevistar, ela me colocou em contato com Everton, que meio receoso aceitou participar da pesquisa. Ele trouxe uma visão bastante crítica sobre as políticas voltadas para a agricultura familiar, argumentando que ocorreu uma piora considerável nos últimos anos. Foi taxativo ao dizer que a agricultura familiar estava abandonada.

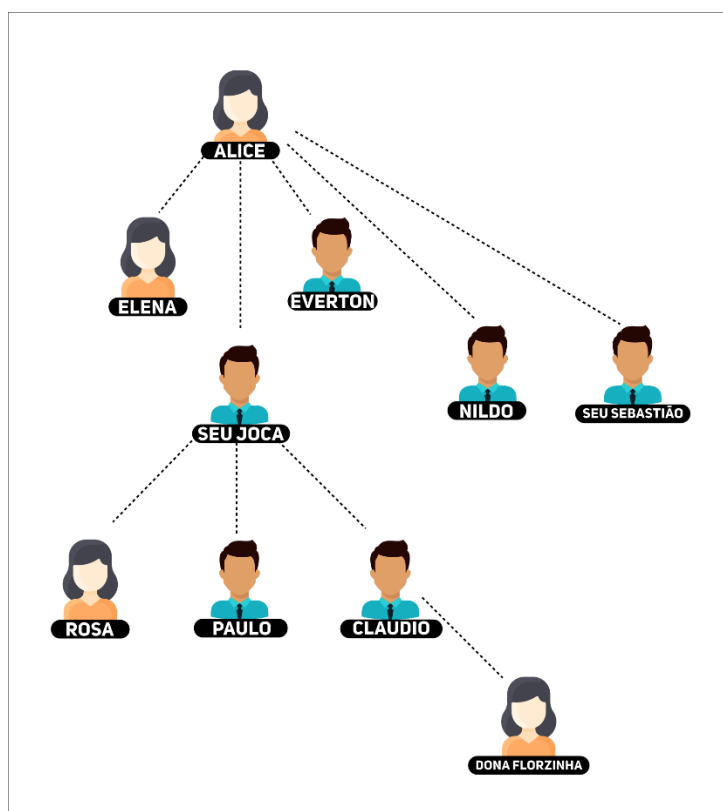
No mesmo dia, conheci e entrevistei Nildo que tem seu banco posicionado de frente ao “banco” de Alice, que mesmo muito tímido aceitou conversar comigo. Nildo, assim como outros feirantes entrevistados, trouxe informações de suma importância para compreender a alimentação desse grupo, mas concluiu a nossa conversa dando a entender que o conhecimento que tinha era pouco, mas esperava ter ajudado. O que era um discurso comum entre eles, embora as suas narrativas apontem justamente o contrário.

Em outro momento, mais uma vez conversando com Alice e ouvindo ela conversar com outros feirantes, tive a oportunidade de conhecer seu Sebastião, que entre um cliente e outro conversou comigo. Mais uma vez, foi com certa desconfiança que aceitou falar comigo, mas ao longo da entrevista ele entendeu a nossa conversa com uma oportunidade de se fazer ouvir e disse que gostaria que suas reclamações sobre o descaso em relação a agricultura familiar, chegassem aos políticos.

Em um dia de pouco movimento, e que Alice parecia estar ocupada, fui em direção ao banco de seu Joca com quem conversei sobre vários temas, inclusive, sobre a pesquisa, expressei a minha preocupação em encontrar mais pessoas para entrevistar. Depois de um tempo de conversa ele me levou até o banco de Rosa, que aceitou prontamente participar da pesquisa. Rosa no decorrer de nossa conversa fez um comparativo entre os governos do Partido dos

Trabalhadores (PT) e o governo atual e concluiu que antigamente as coisas eram melhores. Isso, tanto para a agricultura familiar, quanto para outros setores da sociedade. Ao longo da entrevista descobri que, além dela, irmãos, cunhadas e seus filhos tinham bancos na CECAF, cada um em uma extremidade da feira.

Figura 1: Rede de feirantes-agricultores familiares entrevistados, constituída a partir de Roméria Souza



Fonte: criação da autora e ilustração do designer Pedro Lilo

Por meio dela cheguei a entrevistar o seu filho Paulo, que foi o único feirante jovem que entrevistei, os demais faziam parte da meia idade e melhor idade. Paulo, assim como a sua mãe Rosa, tem uma visão bastante crítica sobre a situação da agricultura familiar na atualidade. Afirma que os investimentos governamentais são mais para quem trabalha com produção para exportação do que para os pequenos produtores. Através de seu Joca tive a oportunidade de entrevistar o seu filho Claudio, que tem um banco do lado do seu. Claudio foi alguém que demorei a conseguir entrevistar, porque nossos horários nunca batiam, mas quando a entrevista aconteceu, fluiu muito bem. Ele está entre os feirantes-agricultores familiares que reclamam da desvalorização da agricultura familiar, contando casos de amigos que, inclusive, desistiram do ofício, por acreditarem que não vale o esforço.

Chegou a falar mais de uma vez que já pensou inúmeras vezes em desistir também e conseguir um trabalho de carteira assinada. Dada as dificuldades que os pequenos produtores tem enfrentado nos últimos anos, com a conseqüente desvalorização da agricultura familiar. Claudio foi quem me apresentou a dona Florzinha que foi a última feirante-agricultura familiar que entrevistei. Dona Florzinha fez uso do espaço da entrevista para especular quem tinha “me mandado” até ali e aproveitou para reclamar do governo federal, disse que esperava que as coisas melhorassem se “Lula entrasse”. Embora tenha sido uma entrevista rápida, foi bastante significativa.

A única feirante entrevistada que está fora dessa “rede” que foi tecida a partir da relação de proximidade que estabeleci com Alice, é Lua. Embora elas se conheçam, o meu contato com Lua foi mediado por Roméria Souza. Lua é um ponto fora da curva nessa pesquisa, porque mesmo tendo parado para entrevistar ela duas vezes, contando com mais de 3 horas de entrevista gravada, ela quem estabeleceu o tom das entrevistas. Embora houvesse um roteiro de entrevista, eu nunca conseguia seguir ele quando conversava com Lua.

Dessa forma, foi ela quem determinou o rumo das entrevistas, deixando de lado as questões que aparentemente não considerava interessantes, dando bastante enfoque para os acontecimentos mais marcantes da sua trajetória profissional e da sua história de vida. Sempre que tentava redirecionar a entrevista, trazendo as questões do meu roteiro, ela se esquivava e mudava o rumo da conversa para falar do que ela realmente queria falar. O que acabei entendendo e “deixando” que Lua assumisse o controle, falando o que julgava importante que fosse dito. Coincidentemente ou não, Lua é a única feirante branca que eu entrevistei.

A sua “recusa” em responder as perguntas se mostrou especialmente forte quando tentei dialogar com ela sobre a sua alimentação, Lua deu a entender que a alimentação dela não era ideal, chegou a dizer que “minha alimentação é errada que só”. Embora tenha me contado algumas particularidades de sua alimentação, não nos aprofundamos nesse tema. Aos poucos fui percebendo que ela não tinha interesse em conversar *apenas* sobre a sua alimentação ou sobre os outros tema da pesquisa, porque sempre que chegava no seu “banco”, mesmo que estivesse desocupada e dissesse que poderíamos sim conversar, acabava encontrando o que fazer ou entabulando conversa com outras pessoas, me deixando meio escanteada. O que entendi como uma recusa sutil a dar continuidade a nossa conversa, algo que respeitei e que não necessariamente comprometeu a qualidade dos dados que ela me forneceu.

Nesse sentido, para traçar o perfil dos interlocutores dessa pesquisa foi montada uma tabela com alguns dados dos feirantes-agricultores familiares entrevistados. Assim, ao longo dessa pesquisa foram entrevistados 6 homens e 5 mulheres, com uma média de idade de 51

anos, sendo todos eles residentes em cidades paraibanas, em sua maioria da Zona da Mata, havendo apenas uma entrevistada residente em João Pessoa. Dessas pessoas, 11 no total, 10 são pessoas não brancas, havendo apenas 1 entrevistada branca, como foi exposto anteriormente. A maioria dos entrevistados depende exclusivamente da agricultura e das vendas de seus produtos na feira para garantir o próprio sustento e de suas famílias. E aqueles que entrevistei tem famílias pequenas, no geral vivem apenas com o/a cônjuge e os que tem filhos, tem uma média de dois filhos. O que vai na contramão da realidade de muitas famílias rurais, caracterizadas em grande medida pelas famílias extensas (WANDERLEY, 1996).

Tabela 1: Dados dos feirantes-agricultores familiares entrevistados

Nome	Idade	Cidade	Escolaridade	Pertencimento étnico-racial
Alice	42	Pedras de Fogo	Ensino médio completo	Negra
Elena	50	Pedras de Fogo	Ensino fundamental incompleto	Negra
Seu Joca	67	Pitimbu	Ensino fundamental incompleto	Negro
Everton	42	Sapé	Ensino fundamental incompleto	Negro
Nildo	55	Conde	Ensino fundamental incompleto	Negro
Seu Sebastião	69	Alhandra	Ensino fundamental incompleto	Negro
Rosa	53	Conde	Ensino fundamental incompleto	Negra
Paulo	25	Conde	Ensino médio	Negro

			completo	
Lua	63	João Pessoa	Ensino técnico completo	Branca
Claudio	39	Pitimbu	Ensino fundamental incompleto	Negro
Dona Florzinha	62	Pitimbu	Ensino fundamental incompleto	Negra

Fonte: criação da autora (2022)

Dessa forma, considero que as teorias e métodos utilizados na feitura de um trabalho de campo são espécies de ‘GPSs’ teórico- metodológicos, pois através deles podemos seguir ou não determinadas rotas na realização da pesquisa. Algumas delas nos ajudarão a atingir os nossos objetivos de pesquisa, enquanto outras poderão nos colocar na direção oposta destes. Fazendo-se necessário atentar para a necessidade de possíveis ajustes ao longo do caminho, que inevitavelmente irão surgir, porque o campo se impõe ao pesquisador, se não o tempo todo, pelo menos em alguns momentos, o caso de Lua deixa isso bastante nítido.

E isso acontece quando não encontramos as respostas que esperávamos, mas sim outras que nos levam a diferentes direções, outros dados. Quando os interlocutores não apenas respondem as nossas perguntas, mas nos questionam também, se recusando a ficar com os problemas que trouxemos com as nossas questões. Ou quando surge a necessidade de expandir o *locus* de pesquisa para abarcar as questões surgidas ao longo do campo.

Essa expansão foi algo que senti a necessidade de fazer, indo buscar a perspectiva do CONSEA-PB e de seus representantes sobre o estado da SAN na Paraíba. Para isso, estive em contato com a secretaria do CONSEA-PB, com sua presidente, Mãe Renilda e com uma de suas conselheiras. Contudo, só houve entrevista com Mãe Renilda, com as demais pessoas foram estabelecidas apenas conversas informais. O CONSEA-PB se encontra localizado no centro da cidade, na Casa dos Conselhos¹⁰, que consiste em um prédio que reúne conselhos criados e gerenciados pela gestão pública, que são voltados para a implantação e monitoramento de políticas sociais. Assim, o CONSEA-PB conta com três salas: sala de reunião, secretaria e

¹⁰ A Casa dos Conselhos é vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de João Pessoa (Sedhuc).

escritório, além disso tem orçamento e recursos humanos para debater, monitorar e propor políticas de SAN.

Assim sendo, a principal narrativa institucional sobre a SAN no estado da Paraíba foi obtida no âmbito do CONSEA-PB, através de sua presidente Mãe Renilda, que faz parte da representação da população negra e das comunidades de terreiro. No que diz respeito a coordenação da CECAF, representada por seu coordenador Jerônimo Júnior, obtivemos um panorama do funcionamento da feira em termos práticos e administrativos. O que ajudou a compreender como a política pública a partir da qual a CECAF foi criada tem sido implementada, em especial em tempos de Covid-19.

Dessa forma, esse contato com o CONSEA-PB e com a coordenação da CECAF contribuiu para expandir o panorama sobre as ações voltadas para a garantia da SAN da população do estado da Paraíba, bem como sobre como tem sido a atuação da gestão pública nas questões relacionadas à agricultura familiar. Isso, buscando compreender quais tem sido os desafios vivenciados e as intervenções necessárias para dar suporte para a agricultura familiar em tempos de pandemia e pós-pandemia.

As entrevistas realizadas com Mãe Renilda e com Jerônimo Júnior trouxeram dados importantes sobre a situação da SAN no contexto local da Paraíba, em termos das possibilidades e dos limites da atuação do governo do estado e do governo municipal de João Pessoa. A partir do estabelecimento desses diálogos pudemos observar como a SAN da população e, conseqüentemente, do pequeno produtor tem sido impactada pelos desmontes das políticas de SAN a nível federal e da ingerência do Estado brasileiro na gestão das crises que se intensificaram no ápice da pandemia de Covid-19. Isso, a despeito dos esforços do governo estadual e municipal em dar seguimento às políticas de SAN.

Isso significa dizer que, o percurso metodológico foi sendo construído antes e durante a pesquisa de campo, sendo bastante impactado pelo *lócus*, sujeitos de pesquisa, demandas trazidas por estes, dados que vamos reunindo, ou que não conseguimos reunir, e pelas nossas próprias afetações. No final das contas estar em campo e, conseqüentemente, em contato com contextos e pessoas que não fazem parte do nosso cotidiano, é algo que tende a nos fazer recalculas as nossas rotas, criando os percursos que parecem mais viáveis para atingir os nossos objetivos e, portanto, para chegar onde definimos que seria o nosso destino final.

2 DA CECAF-JP À SEGURANÇA ALIMENTAR DOS FEIRANTES-AGRICULTORES FAMILIARES

Neste capítulo iremos trazer descrições sobre o ambiente da feira e como este é constantemente atravessado pela alimentação e pela comida. De modo a refletir como as relações que se estabelecem na CECAF, entre os próprios feirantes-agricultores familiares e entre feirantes-agricultores familiares e clientes, se constituem a partir desse tema e interesse mútuo que é a alimentação. Sendo a cultura alimentar em comum de feirantes que lá trabalham, vendendo suas mercadorias, e dos clientes que frequentam a feira a procura desses produtos, algo que dá o tom das interações que se estabelecem na CECAF ao longo dos dias de feira.

Para tanto, será trazido um breve panorama da CECAF enquanto resultado de uma série de políticas públicas e políticas sociais, que possibilitou que feirantes-agricultores familiares paraibanos tivessem como escoar a sua produção de 2015 até então, ano de inauguração da Central. De modo a evidenciar a importância de políticas de fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária. Ademais, serão discutidos os desafios que foram vivenciados pelos feirantes-agricultores familiares da CECAF no período crítico da pandemia da Covid-19, mas também no pós-pandemia.

2.1 A CECAF-JP: de sua construção ao seu funcionamento na pandemia de Covid-19

Figura 2: Estacionamento e fachada da CECAF



Fonte: arquivos da autora (2022)

A Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF) da cidade de João Pessoa é uma das muitas Centrais que existem no país, fazendo parte dos Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFES). O objetivo dos SECAFES é atuar de forma estratégica, articulando ações, programas, políticas e parcerias relacionadas ao processo de comercialização e distribuição de produtos oriundos da agricultura familiar. Isso, de modo a fomentar a economia solidária, gerando renda para o pequeno produtor, além de articular políticas que assistam a agricultura familiar desde o processo de produção até o momento de venda e distribuição de sua produção (CONAES, 2010).

Isso significa dizer que, os SECAFES são constituídos por uma série de ações e serviços que tem como propósito articular o processo de distribuição da produção da agricultura familiar, isto é, desde as unidades produtivas até os centros consumidores (SOUSA, 2014). Assim, os SECAFES foram pensados para fortalecer a agricultura familiar, mas também a gestão social, para isso associações e cooperativas fazem parte das redes de relações oportunizadas pela SECAFES. De maneira que, a gestão pública e representantes da agricultura familiar pudessem dialogar para construir uma política e um Sistema que atenda as necessidades e demandas do pequeno produtor.

Dessa forma, os SECAFES são resultado de políticas públicas que visam fomentar a economia solidária e a agricultura familiar sendo, portanto, um dos muitos desdobramentos da Política de Territórios Rurais e Cidadania e da Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, que foram pensadas a partir de 2003, do início do governo Lula. Políticas estas que atuaram no sentido de implementar políticas de combate à pobreza, à redução das desigualdades sociais e de fortalecimento da agricultura familiar (AMARAL, 2020). Dessa forma, os SECAFES se estruturam a partir dos territórios rurais e das relações comerciais que se estabelecem neles e a partir deles e, assim, criando estratégias para abastecer os mercados locais.

Logo, o objetivo de uma CECAF é gerenciar as informações e dados necessários para que a Central funcione, possibilitando o armazenamento e comercialização de produtos vindos da agricultura familiar. Consistindo em um espaço onde possa haver o comércio intra e extraestadual. Para tanto, se faz necessário uma gestão senão compartilhada, ao menos dialógica, onde as demandas dos agricultores familiares possam ser ouvidas e atendidas. Assim, é de responsabilidade da gestão de uma CECAF prestar serviços de apoio à comercialização, bem como de gestão do espaço físico.

Nesse sentido, a CECAF de João Pessoa surgiu como resultado de discussões realizadas no âmbito do Colegiado de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODETER), tendo sido pensada para estimular a comercialização de forma direta e solidária. Visando a valorização do trabalho do agricultor familiar e potencialização de seus lucros, por venderem direto ao consumidor, sem precisar de atravessadores para escoar a sua produção, que encarecem esse processo. Inicialmente, a CECAF foi pensada para atender 27 municípios das Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul, porém, o seu projeto foi reformulado para atender mais 13 territórios rurais do estado da Paraíba. De acordo com o CODETER, a CECAF

Tem a missão de integrar as instituições de apoio a AF [agricultura familiar], valorizar a capacitação tecnológica, organizacional e gerencial como elemento de base para a consecução plena dos resultados esperados; em termos de melhoria da qualidade, regularidade, diversificação, e maior valor final dos produtos com apropriação dessa renda pelos agricultores familiares (CODETER, 2007, p. 05).

Assim, a CECAF foi criada objetivando incluir os agricultores familiares no mercado consumidor, buscando agregar valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e possibilitar que os pequenos produtores melhorem tanto a sua renda, quanto a sua qualidade de vida (LUNA, 2011). Além disso, é importante não perder de vista que a CECAF resulta de uma política pública, que é a Política de Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com Sousa (2014), a verba para a construção da primeira etapa da CECAF foi liberada em 2007, que veio da Prefeitura de João Pessoa e da SDT e do MDA. Sendo 1.376.650,00 (hum milhão trezentos e setenta e seis mil seiscentos e cinquenta reais) vindo da SDT e do MDA e R\$ 525.873,72 (quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos) da Prefeitura de João Pessoa (LUNA, 2011). Contudo, a conclusão da primeira etapa da obra só foi entregue em 2012.

Além disso, a segunda etapa da obra, que seria para ampliar o espaço da CECAF, urbanizar sua área e comprar equipamentos, mesmo tendo orçamento aprovado desde 2010, antes mesmo da primeira etapa ter sido concluída, foi atrasada em mais de 2 anos em função de entraves burocráticos. Em especial pela dificuldade da prefeitura de João Pessoa em se articular com os órgãos responsáveis em dar andamento a obra. Até 2014 a CECAF era usada como depósito de máquinas que posteriormente seriam distribuídas aos municípios do estado, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) (SOUSA, 2014).

O que demonstra que um longo caminho foi percorrido até que a CECAF fosse efetivamente inaugurada e passasse a ser utilizada de fato pelos feirantes-agricultores familiares, algo que só ocorreu em 2015. Contudo, a partir de sua inauguração foi aberto espaço para que os feirantes-agricultores familiares paraibanos pudessem dispor da CECAF enquanto resultado de políticas públicas, com a perspectiva de melhorar de vida e aumentar sua renda. No período de seu planejamento e construção a CECAF era pensada como uma forma de fortalecer o pequeno produtor, assim como o PAA e o PNAE vinham fazendo.

Embora antes da inauguração da CECAF houvessem dúvidas quanto à capacidade de mobilização dos agricultores familiares, no sentido de empreenderem esforços para efetivamente ocuparem a CECAF (SOUSA, 2014), os feirantes-agricultores familiares entrevistados deixam nítido em suas narrativas o poder de articulação dessa categoria. A maioria deles afirma que ficou sabendo da CECAF através das associações das quais fazem parte e/ou por meio de colegas que já trabalhavam lá. Não sendo incomum um feirante indicar outro para fazer o cadastro na CECAF e, posteriormente, começar a trabalhar lá.

Alice, por exemplo, foi quem trouxe Elena para a CECAF, incentivando ela a fazer o cadastro e esperar ser chamada para trabalhar lá. Atualmente existem por volta de 100 feirantes-agricultores familiares na CECAF e, portanto, há uma lista de espera com os feirantes-agricultores familiares interessados em trabalhar lá, algo que só conseguem quando abrem vagas. Seu Joca, um dos fundadores, um dos primeiros feirantes-agricultores familiares a ocuparem a CECAF, trouxe o seu filho Claudio. Já Rosa ficou sabendo da CECAF através da Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Junto de Rosa boa parte de sua família passou a trabalhar na CECAF: seu filho, sua filha, sua cunhada e três irmãos.

Nesse sentido, é visível que os feirantes-agricultores familiares tem sido bastante eficientes em termos de articulação, divulgando a CECAF entre eles e colaborando para que colegas, conhecidos e familiares possam fazer parte da CECAF. A partir dessa divulgação ‘boca a boca’ e do trabalho das associações, cooperativas e entidades, a CECAF foi tomando forma e sendo ocupada por feirantes-agricultores familiares vindos de várias cidades paraibanas. Embora no período de planejamento da CECAF houvessem planos de fazer a sua divulgação nos meios de comunicação, principalmente rádio e TV, observa-se que só existe divulgação da CECAF no período junino, na época do Festival do Milho.

Figura 3: Primeiro festival do milho pós-pandemia de Covid-19



Fonte: arquivos da autora (2022)

O que é insuficiente, visto que é necessária a divulgação da CECAF durante todo ano, visando maximizar o alcance da feira e a aquisição de renda dos feirantes-agricultores familiares paraibanos. O desconhecimento da CECAF é tamanho que inúmeras vezes pessoas que pegam ônibus na parada em frente da CECAF perguntaram a mim “o que era aquele galpão”, pessoas essas em grande maioria que moravam no bairro do José Américo, onde está localizada a CECAF. Embora a gestão pública, a qual a CECAF é ligada, não tenha a iniciativa de fazer ações de divulgação da CECAF frequentemente, no final de 2022 os feirantes-agricultores familiares resolveram colocar um carro de som anunciando a feira. De acordo com eles, o aumento de fregueses foi instantâneo.

Apesar disso, do trabalho insuficiente de divulgação da CECAF, a sua coordenação afirma realizar todo um trabalho para oportunizar que os feirantes-agricultores familiares paraibanos tenham condições de escoar e comercializar a sua produção. Sobre isso e sobre a constituição da CECAF o seu coordenador, Jerônimo Júnior, fala o seguinte.

A CECAF é formada por agricultores familiares, né? Que produzem em toda a região, tanto de João Pessoa, como da região metropolitana. Que realmente produzem e que fazem da agricultura a sua fonte de subsistência. Sendo eles aqueles que realmente produzem e eles mesmos fazem a comercialização aqui. Agricultores familiares, pescadores, indígenas e quilombolas. [...] A idéia da CECAF é oferecer a infraestrutura, é o bem-estar para começar a produzir, então aqui eles não pagam nenhum centavo para estarem aqui, nós somos responsáveis por toda a limpeza, organização do espaço, segurança e iluminação. Nós também ofertamos câmaras frigoríficas para a estocagem desse material, desses produtos. Oferecemos balanças, enfim, como eu te disse, toda a estrutura para que eles possam produzir com qualidade (Jerônimo Júnior, 32 anos, 02 de junho de 2022).

Assim, podemos observar que a prefeitura de João Pessoa, através da Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano (SEDURB), a qual a CECAF é ligada, oferece toda uma estrutura para que os agricultores familiares de João Pessoa, da Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul tenham condições de comercializar a sua produção. O que é bastante enfatizado por sua gestão. Ou seja, o apoio oferecido pela CECAF, que foi pensada para oferecer condições de trabalho adequadas ao agricultor familiar que vem vender seus produtos em João Pessoa. Fortalecendo a agricultura familiar e a economia solidária na capital paraibana.

Uma vez que, a produção e o trabalho do agricultor familiar são atravessados por processos históricos de desvalorização, o que se objetivava com as políticas que deram origem

a CECAF era romper com esse ciclo, pelo menos no contexto local do estado da Paraíba. Algo que apesar dos esforços político-econômicos empreendidos, tem as suas dificuldades para se concretizar. Contudo, de acordo com as falas dos feirantes-agricultores familiares entrevistados ao longo da pesquisa, foi possível observar o quanto a CECAF é caracterizada pela economia solidária e pelas relações de solidariedade que são estabelecidas a partir desse espaço. Algo que aparece também em outras pesquisas (Cf. Sousa, 2021).

Tanto que todos os feirantes-agricultores familiares que trabalham lá são necessariamente vinculados a associações e/ou cooperativas, sendo essa uma exigência da CECAF para que possam estar lá, mas também uma forma desse grupo se articular politicamente e se organizar para venderem os seus produtos. O que foi usado como estratégia no ápice da pandemia de Covid-19, quando as feiras foram fechadas, e os feirantes-agricultores familiares da CECAF tiveram que se articular para conseguir escoar a sua produção e encontrar novas formas de comércio. Sendo a internet uma ferramenta importante nesse processo (SOUSA, 2021).

Apesar das articulações estabelecidas entre alguns dos feirantes-agricultores familiares da CECAF ao longo da pandemia, o coordenador da CECAF argumenta que esse grupo sofreu e segue sofrendo com os impactos da pandemia e do desmonte de políticas. Além da pandemia, ele atribui as dificuldades enfrentadas por essa categoria ao desmonte de políticas voltadas para a agricultura familiar a nível federal, o que tem relação direta com o esfacelamento das políticas de SAN pelo governo Bolsonaro. Ele afirma que

A cada dia a gente vê que os produtos, eles perdem o seu valor, a sua qualidade, né? A gente sabe o quanto é lamentável, a gente vê agricultores lamentando e as vezes vendendo a qualquer custo porque não têm meios de estocar em casa, porque realmente, o desloque, como bem foi dito por você, causa um impacto em toda a cadeia, desde a sua produção, até realmente o seu escoamento que não há hoje, justamente, pela falta dessas políticas. [...] Olhe, eu acredito que nós ainda estamos sofrendo com isso [com a pandemia]. Tudo voltou muito lento, muito compassado. Junta-se as misturas das faltas dessas políticas, desses incentivos, dessas estratégias para os agricultores por parte de ‘cima’, né? E aí nós somos a ‘ponta’, nós estamos aqui na ponta e aí une com essa volta bem ainda precária (Jerônimo Júnior, 32 anos, 02 de junho de 2022).

Apesar dos entraves postos à agricultura familiar para escoar a sua produção no período da pandemia e no “pós-pandemia”, dada a redução da freguesia e a diminuição drástica de programas de incentivo à agricultura familiar e de compras institucionais, a exemplo do PAB e PNAE, a coordenação da CECAF atuou no sentido de tentar melhorar o trabalho do pequeno

produtor nesse período de crises. Ainda que, em função dos decretos estaduais, tenham precisado paralisar as atividades da CECAF no período crítico da pandemia, no momento de reabertura uma série de estratégias foram utilizadas para viabilizar o funcionamento da feira.

Segundo o coordenador, a CECAF voltou a funcionar seguindo todos os protocolos de biossegurança. O espaçamento entre os bancos e as “avenidas” da feira foi aumentado, foram instalados lavatórios para que as pessoas pudessem lavar as mãos e o uso de máscara foi adotado pelos feirantes-agricultores familiares. Algo que pudemos observar pessoalmente ao longo do trabalho de campo, que teve início no final de 2021. Embora o uso de máscaras tenha sido abandonado gradativamente no decorrer de 2022.

Figura 4: Placa recomendando o uso de máscaras na entrada da CECAF



Fonte: arquivos da autora (2022)

Nessa esteira, a despeito dos esforços da coordenação da CECAF, os pequenos produtores vivenciaram uma série de dificuldades com o fechamento das feiras, com a redução das compras institucionais e com a morosidade do Estado em adotar medidas emergenciais no período crítico da pandemia, onde tudo que não fosse considerado “essencial” foi fechado. O que trouxe uma série de dificuldades para os feirantes-agricultores familiares da CECAF, que precisaram criar estratégias para conseguir escoar seus produtos e garantir o próprio sustento. Como é o caso das vendas por *delivery* que alguns deles começaram a fazer. As vendas por *delivery* foram a principal fonte de renda de muitos feirantes-agricultores familiares da CECAF.

Uma vez que não podiam vender da forma tradicional, fizeram uso da internet para divulgar os seus produtos, trabalhando com entrega à domicílio.

Figura 5: Fluxo de compradores entre às 7:00 e 8:00 horas da manhã em um dia de feira na CECAF



Fonte: arquivos da autora (2022)

Essa necessidade em encontrar alternativas por conta própria reside na dificuldade em vencer as burocracias para conseguir participar dos programas de compras institucionais, por exemplo. Isso porque embora o governo federal tenha liberado, através do CONAB, verbas milionárias para o PAB, como medida emergencial, os feirantes-agricultores familiares entrevistados afirmam não ter acesso aos programas de compras institucionais do governo. Eles relatam que existem muitas dificuldades para serem contemplados por programas governamentais, que já tentaram participar, mas na maioria das vezes sem êxito. E mesmo aqueles que já foram beneficiados pelo PAA, relatam que os lucros obtidos são muito poucos em comparação com os investimentos que fazem em suas lavouras.

Sobre isso Nildo argumenta que “Eu não acho suficiente, porque é ‘muito’ pouco. É muito pouco. O limite [de ganho] é até sete mil reais. Governo do Estado, sete mil. Aí Prefeitura, sete mil. É pouco demais. A mercadoria da gente é muita coisa [...] Aí pronto, continua sobrando pros ‘atravessadores’ (16 de junho de 2022). Quer, dizer ainda que esses programas sejam importantes para a garantia da SAN da população e dos agricultores familiares, observa-se a limitação de seu alcance e a necessidade de maiores investimentos.

Afinal, os recursos destinados ao antigo PPA, atual PAB, decresceu consideravelmente ao longo dos últimos anos. De acordo com Maluf (2020), houve uma diminuição drástica nos repasses do PAA de 2019 para cá. Isso porque o PAA que já chegou a contar com uma verba de 850 milhões anuais, beneficiando 185 mil agricultores familiares, em 2019 não chegou sequer a ter um orçamento de 100 milhões.

Além disso, estima-se que houve uma redução orçamentária de 31% no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2022) nos últimos quatro anos, afetando diretamente a agricultura familiar. Especialmente pelo fato do MAPA do governo Bolsonaro não ter uma agenda voltada para o fortalecimento da agricultura familiar. O que, a despeito dos esforços do governo estadual e municipal, com as articulações feitas pelo CONSEA-PB e pela CECAF, tem trazido impactos diretos para o pequeno produtor paraibano, como veremos ao longo da dissertação.

2.2 A CECAF-JP e seus emaranhados

A CECAF é uma feira com estrutura de mercado público que se encontra localizada na Avenida Hilton Souto Maior, em um dos bairros mais conhecidos da Zona Sul da capital paraibana: o bairro do José Américo. Considerando o seu tamanho, contando uma área de 16.680 m², e desse total 1.860 m² de área coberta (SOUZA, 2021), é um prédio que chama atenção ao longe. Em especial por estar localizada em uma região comercial, próximo a lojas de material de construção, de lojas que vendem produtos variados e não necessariamente ligados à alimentação. Apesar disso, chama muito mais atenção o que encontramos na feira propriamente dita, com suas cores, cheiros, sons e experiências sensoriais.

De maneira que, em um ambiente como esse, principalmente quando adentramos nele pela primeira vez, os nossos sentidos tendem a ficar mais aguçados, de repente as misturas de cheiros que impregnam o ar se tornam mais pronunciados. Há cheiros de tudo: do dulçor de frutas maduras que são manipuladas pelos feirantes e pelos frequentadores da feira, de comidas sendo feitas ou esquentadas para, enfim, serem servidas aos que buscam uma refeição, das

carnes que se encontram dispostas, à mostra para atrair a atenção das pessoas e serem vendidas. Sendo essa provocação dos sentidos, de experiências olfativas e gustativas algo característico das feiras, o que não encontramos nos ambientes fechados e pasteurizados dos supermercados.

Assim, a primeira incursão em uma feira pode gerar algum nível de estranhamento. Isso, considerando o fluxo de pessoas, a variedade de cores, sons, cheiros podem inicialmente trazer algumas dificuldades para que um indivíduo de fora consiga *ler* as continuidades existentes naquele lugar, bem como as relações que possibilitam a existência e manutenção da feira tal qual ela é. Ou seja, sendo um lugar que se constrói a partir de relações: de confiança, de solidariedade, de afetividade.

No espaço das feiras há relações de compra e venda entre feirantes e clientes, mas também há a criação de laços, o estabelecimento de relações de afetividade. As compras não são só compras, muitas vezes são oportunidades de dialogar, de trocar ideias e conhecimentos. Ou seja, as feiras são lugares que oferecem muito mais do que um espaço de compra e venda, é antes de tudo um espaço onde trocas sociais são realizadas e relações de reciprocidade (MAUSS, 1974; LÉVI-STRAUSS, 1979) são estabelecidas. A partir dessas trocas e relações de reciprocidade que se faz possível criar laços de afeto e de confiança entre feirantes e fregueses.

Na CECAF tudo isso é observado, afinal, essas relações são o coração da feira. É o que faz dela esse ambiente vivo e pulsante. É o que faz a gente ir uma vez e querer voltar religiosamente toda semana. A feira é, assim, um espaço de sociabilidade por excelência, onde relações nascem e se mantêm a partir da alimentação e da comida. Consistindo em um lugar onde circulam alimentos e comidas, sendo os alimentos aquilo anterior a preparos culinários e a ingestão, ligados fortemente ao aspecto biológico, e as comidas são os alimentos transformados por preparações culinárias e pela cultura (LIMA, NETO, FARIAS, 2015) . De maneira que a alimentação consiste numa ponte entre as pessoas e suas experiências de vida. É diante da compra de um produto ou de uma refeição compartilhada que histórias, preocupações e medos são trazidos à tona e que relações são estabelecidas e/ou mantidas.

O que foi algo que se mostrou de forma bastante nítida nos meus primeiros dias de trabalho de campo, quer dizer, o quanto o ambiente da feira é um ambiente vivo e vívido em seus fluxos e emaranhados. Em uma de minhas primeiras entradas em campo observei o estabelecimento de uma *linha de vida* entre os personagens da CECAF (TSING, 2019), ou seja, de um movimento de cruzamento entre os caminhos percorridos com objetivos comuns por várias pessoas diferentes. Isso porque uma feirante estava passando por uma situação de franca competição com outra feirante que vendia verduras e legumes assim como ela, ao passo que dialogava com a funcionária de uma das lanchonetes da CECAF. A feirante, já uma senhora de

certa idade, talvez mais de 60 anos, contava de suas preocupações, dos problemas de seu cotidiano para a outra mulher enquanto comia um pedaço de torta. E se justificava dizendo que estava vendendo barato, porque queria ir para casa o mais cedo possível. Essa relação de confiança, e talvez de confidências, entre a feirante e a funcionária da lanchonete foi uma das coisas que mais me chamou atenção na CECAF nos meus primeiros dias.

Além disso, me impressionou bastante o tamanho e a estrutura física da CECAF¹¹. Caracterizando-se por seu espaço amplo, tanto interno quanto externo. Conta com um pátio grande na parte da frente e na parte de trás, que é utilizado como estacionamento, e com um galpão amplo, que é onde se encontram dispostos os “bancos” usados pelos feirantes-agricultores familiares semanalmente. Neste galpão também encontramos “boxes” onde são vendidos queijos, manteigas, frutos do mar, carnes variadas e polpas de fruta congeladas. A variedade de produtos lá encontrados é uma de suas principais características. Enquanto os “bancos” ficam, em grande medida, na parte central da CECAF e são numerosos, os “boxes” ficam próximos a praça de alimentação, caracterizando-se por serem espaços fechados e em menor quantidade do que os “bancos”.

A CECAF é uma daquelas feiras onde se encontra de tudo, de chapéu de couro a frutas e hortaliças, de condimentos a goma de tapioca, de um prato de macaxeira com galinha guisada a uma porção de salgados. Lá encontramos bancos de feirantes vindos principalmente da mesorregião da Mata Paraibana, tendo feirantes das microrregiões de Sapé, do Litoral Norte, do Litoral Sul e de João Pessoa. No que diz respeito aos municípios, há feirantes-agricultores familiares de João Pessoa, Conde, Pitimbu, Alhandra, Pedras de Fogo, Itapororoca, Mamanguape, Sapé, apenas para citar alguns. Muitos dos “bancos” carregam, através de uma plaquinha de madeira, a identificação de qual cidade aquele/a feirante é. De modo a informar de onde os produtos ali vendidos vem. Como mostram as imagens a seguir.

¹¹ Apesar do tamanho da CECAF algo que me intrigou no decorrer do campo foi o fato de que muita gente que pegava ônibus na parada que ficava literalmente na frente da CECAF desconhecia totalmente a existência da feira, sendo muitas dessas pessoas residentes no bairro do José Américo, que é onde a CECAF está localizada.

Figura 6: Bancos de Mamanguape e Gurugi contendo frutas, raízes e legumes



Fonte: arquivo da autora (2022)

Confesso que fui surpreendida positivamente com o fato de encontrar na CECAF feirantes-agricultores familiares do Litoral Norte paraibano, que é onde se encontra localizada a minha cidade natal: Mamanguape. Ver feirantes de Mamanguape e cidades circunvizinhas fez com que o estranhamento de estar adentrando um campo completamente novo pela primeira vez fosse um pouco dissipado. Saber que havia ali pessoas de cidades que conhecia fez com que me sentisse quase que abraçada por aquele resquício de familiaridade.

Um dado digno de nota é a variabilidade de idades, fases da vida dos feirantes-agricultores familiares da CECAF. Apesar de minhas representações sobre a figura do feirante ser quase sempre alguém de mais idade, calcadas em memórias infantis, me deparei com uma quantidade considerável de feirantes jovens e de meia idade. Embora boa parte dos feirantes-agricultores familiares que trabalham na CECAF seja, de fato, pessoas de mais idade, isso não significa dizer que obrigatoriamente todos os que lá trabalham estejam nessa faixa etária, dos 50+. Afinal, por serem agricultores familiares há a tradição de passar o negócio de pai/mãe para filho/a, algo que é observado no âmbito da CECAF. Por conseguinte, fazendo com que haja feirantes jovens assumindo o negócio da família e até mesmo começando o seu próprio negócio com ajuda familiar. Como é o caso dos filhos de Rosa e seu Joca, Paulo e Claudio, que

tem cada um deles seu próprio “banco” na CECAF e são relativamente jovens, com 25 e 39 anos respectivamente. Embora isso, essa transmissão do ofício entre gerações, não seja necessariamente uma regra, por assim dizer, entre as famílias de agricultores familiares.

Outra surpresa positiva foi a boa estrutura física da CECAF e a visível organização da feira propriamente dita. Os “bancos” se encontram dispostos em fileiras e geralmente os feirantes ocupam os mesmos “bancos” todas as quintas e sábados, que são os dias de funcionamento da feira. Embora a administração da CECAF, que funciona na própria CECAF, tenha expediente de terça a sábado. Além dos “bancos” de metal, os feirantes-agricultores familiares que lá trabalham contam com acesso à água, lavatórios, eletricidade, balanças, limpeza do ambiente realizada por funcionários e uma estufa para armazenar seus produtos entre um dia de feira e outro.

De modo que, contam com uma boa estrutura para comercializarem seus produtos, assim como para passarem a maior parte dos dias de feira lá, que começa por volta das 5 horas da manhã e vai até às 11 horas da manhã. Logo, um dos pontos altos da CECAF é a sua praça de alimentação, que é onde encontramos as lanchonetes que servem lanches e comidas tipicamente nordestinas, como: tapioca, beiju, pé de moleque, macaxeira, batata, inhame, cuscuz e carnes de boi, de galinha e de bode.

Um dos principais atrativos da feira é o acesso a um café da manhã regado as chamadas “comidas fortes”. O que é compreendido aqui como algo que em alguma medida reflete a *cultura alimentar* do povo paraibano. Tanto que de acordo com Woortmann (2013), o nosso consumo alimentar enquanto indivíduo e enquanto coletivo, assim como os ingredientes que compõem certas comidas, refeições, falam, comunicam a existência de uma *cultura alimentar* que guia as escolhas alimentares. Quer dizer, as comidas que comemos refletem um sistema simbólico e de classificação em torno do comer, do que é considerado bom ou ruim. Não apenas em termos gustativos, mas de saúde, e quais comidas são tidas como fortes ou fracas (CANESQUI, GARCIA, 2005).

Logo, essa classificação entre comida forte e comida fraca tem relação direta com questões socioculturais e históricas, assim como com um sistema simbólico calcado nas desigualdades socioeconômicas e de acesso à alimentos, a partir das quais se produzem representações sobre as comidas. Dessa forma, para muitos grupos, incluindo a classe trabalhadora, uma comida sem proteína animal seria uma comida fraca. Segundo Goody (1982), a ausência de carnes na dieta de um indivíduo e de sua família, por exemplo, é um forte indicativo de pobreza em muitas sociedades. Uma vez que as proteínas animais são uma das principais bases da alimentação de muitos grupos, inclusive, da classe trabalhadora e do

trabalhador rural. A carne guizada, por sua vez, é entendida como uma forma econômica e eficiente de complementar a dieta e alimentar muitas pessoas, quando necessário (GOODY, 1982).

Tanto que a este respeito, para os feirantes-agricultores familiares entrevistados, uma das principais queixas em relação as crises vivenciadas a partir e ao longo da pandemia, junto com a diminuição da renda, está na necessidade de mudança no consumo das proteínas. Eles argumentam que antes o seu consumo de carne era maior, quando a inflação estava controlada e seu poder de compra permitia escolher quais carnes iriam consumir. Em quase todos os relatos observamos a troca das carnes bovinas por carnes de frango, embutidos e enlatados.

Assim, as classes populares entendem a comida forte como sinônimo de alimentos ricos em vitaminas, gorduras, que é o tipo de comida que se considera que confere energia, força para suportar a rotina de trabalho cotidiano. Tendo as carnes um papel central nessa concepção acerca do que seja a comida forte, o que tem relação com a teoria sanguínea, segundo a qual a “força” da carne é associada a força do boi (BARTHES, 1957 *apud* SAGLIO-YATZIMIRSKY, 2006). Sendo esta desejada por aqueles que tem trabalhos que exigem muito de seus corpos e força ‘bruta’. Enquanto que a comida entendida como fraca é aquela considerada pobre em vitaminas e gorduras e, portanto, insuficiente para atender necessidades básicas, mas que a depender da situação econômica é a única alternativa encontrada para evitar a experiência da fome (CANESQUI, GARCIA, 2005).

Nesse sentido, Lima, Neto e Farias (2015) argumentam que as escolhas alimentares que fazemos ao longo da vida não são apenas um ato de sobrevivência, afinal, refletem um comportamento simbólico e cultural que tem relação com dimensões de classe, gênero, memória, família, geração, religião, etc. Ou seja, a escolha ou rejeição de certos alimentos e comidas tem como base as experiências que os indivíduos têm enquanto membros de determinados grupos. De maneira que, entendemos que há algum nível de variabilidade nas dietas a depender da origem social, do gênero, da classe, das crenças e da idade de um indivíduo.

Exemplo disso é a diferença nas escolhas alimentares entre velhos e jovens que observei, em alguma medida, na praça de alimentação da CECAF, embora não entenda o fator geração como o principal determinante das escolhas alimentares das pessoas observadas e daquelas que entrevistei. Afinal, alguns dados que reuni durante a minha pesquisa apontam que os feirantes-agricultores familiares entrevistados não tem um consumo alimentar tão rígido nos dias de feira particularmente. Isso, mesmo sendo pessoas mais velhas e na meia idade, muitas delas tendo doenças crônicas e precisando cuidar da alimentação por recomendação médica.

Apesar de relatarem a sua preferência pelas “comidas fortes” e naturais no seu cotidiano,

atravessado pelo trabalho na roça, afirmam que quando estão na CECAF quebram um pouco essa rotina alimentar, escolhendo comidas “diferentes”, como bolos e salgados, evidenciando que os dias de feira são para eles um dia de “inversão”. Ou seja, é um dia de deixar um pouco de lado o rigor da alimentação cotidiana para dar lugar ao consumo de comidas que não fazem parte de sua dieta (WOORTMANN, 2013).

Figura 7: Self-service do Miguel em uma manhã de feira



Fonte: arquivos da autora (2022)

Dessa forma, ao longo da minha pesquisa de campo, quanto mais cedo ia à CECAF com maior frequência encontrava pessoas, jovens e velhas, se servindo no self-service da lanchonete de Miguel. Enchendo os seus pratos de cuscuz, inhame, macaxeira e, claro, alguma carne, no mais das vezes, guisada, com molho, para acompanhar, junto de uma xícara de café, que não pode faltar na primeira refeição de muitos brasileiros. Um ponto interessante é que, por mais cedo que estivesse, algumas pessoas trocavam alegremente o café por coca-cola, evidenciando que não há necessariamente regras sólidas na hora de escolher o que consumir em um café da manhã na feira.

Contudo, apesar dos diferentes consumos alimentares que podem ser observados no

âmbito da CECAF, um ponto de convergência é a *comensalidade* (POULAIN, 2013). Ou seja, é bastante comum presenciar pessoas que fazem com que uma refeição na feira seja um momento de sociabilidade. Algo que ficou registrado no meu caderno de campo no início da pesquisa, nele escrevi que “o clima aqui é de encontro (ou reencontro), as pessoas conversam e comem juntas. A comida parece ser um elo importante para celebrar esses encontros (25 de novembro de 2021)”. Isso significa dizer que as pessoas tornam momentos como esse uma ocasião de dividir a mesa e a hora da refeição com familiares, amigos, colegas – e por que não com desconhecidos? Afinal, a depender da lotação das lanchonetes é muito possível que estranhos dividam a mesma mesa e, portanto, o momento da refeição. Algo que já me ocorreu enquanto fazia pesquisa de campo na CECAF.

Nesse sentido, Poulain (2013) argumenta que a *comensalidade* tem o poder de estabelecer e reforçar relações de sociabilidade, assim como de ensinar aprendizados sociais valiosos sobre a sociedade e cultura em que estamos inseridos. É através da comida que pessoas se reúnem, encontram e reencontram na feira, evidenciando o quanto o ato de comer e dividir a mesma mesa é agregador. Diante do compartilhamento de uma refeição, as relações tem o poder de serem renovadas e a comida se torna muito mais do que algo a ser usado para suprir necessidades nutricionais e biológicas, revelando-se um aspecto inegavelmente sociocultural da experiência humana.

Isso significa dizer que, a comida e a bebida, assim como o compartilhamento desse momento, carrega consigo aspectos elementares de boa parte das relações sociais. Sejam elas formais, a exemplo de uma refeição realizada com a finalidade de marcar a transição de um ciclo da vida para outra, como um casamento, ou informais, como uma refeição realizada na feira. Dessa forma, o compartilhamento da comida e do momento da refeição com outras pessoas indica algum nível de compatibilidade e de aceitação entre os indivíduos envolvidos nessa situação. Ou seja, a *comensalidade* tem o poder de simbolizar a renovação das relações sociais, usando a comida para isso (CONTRERAS, GRACIA, 2011).

De acordo com Lima, Neto e Farias (2015), a *comensalidade* seria um elemento fundador da civilização humana tal qual a conhecemos, fazendo com que o compartilhamento de refeições seja uma atividade sociocultural por excelência. Visto que a comensalidade é um dos principais aspectos da experiência humana, um ato que a priori era puramente biológico foi transformado através do tempo, em grande medida em função da descoberta do fogo e dos processos de cozimento, em uma atividade agregadora. Isto é, fazendo com que o comer se torne uma forma de comunicar, ensinar e criar sistemas simbólicos com significados variados: sociais, políticos, religiosos, étnicos, geracionais, etc.

Quer dizer, as escolhas alimentares dos indivíduos comunicam, refletem sua *cultura alimentar* local, mas também o sistema alimentar mais amplo em que estão inseridos em um mundo capitalista e cada vez mais globalizado. Observamos, assim, algumas variações nas escolhas alimentares daqueles que tomam café da manhã na CECAF. Inclusive, havendo diferentes composições de pratos entre pessoas sentadas na mesma mesa.

Enquanto que as pessoas mais velhas que observei tendem a investir em um café da manhã raíz, caracterizado por comidas de sustância, como é chamado pelo senso comum, que são consumidas com o intento de suprir as demandas de alguém que precisa de um café da manhã reforçado, os mais jovens geralmente dão preferência a salgados, bolos e refrigerantes. Embora haja pessoas mais velhas consumindo este tipo de comida também, em menor quantidade é verdade, mas lá estão. O que pode ser um indicativo do quanto a *cultura alimentar* de uma região é complexa e (talvez) *contextual*, variando de grupo a grupo e de acordo com contexto, idade, gênero e classe social.

De maneira que, no que diz respeito à alimentação não existem regras fixas e imutáveis, afinal, a *cultura alimentar* vai adquirindo novos contornos através do tempo, não raro apropriando signos mais contemporâneos, ligados à sociedade industrial ou pós-industrial. Exemplo disso são os feirantes-agricultores familiares que entrevistei, que como falei anteriormente vivenciam uma espécie de inversão de suas rotinas alimentares nos dias de feira, que é quando tem a chance de comer algo diferente, por assim dizer.

Tanto que a maioria dos feirantes-agricultores familiares, com os quais dialoguei ao longo do trabalho de campo, afirmaram que quando estão na CECAF podem até comer alguma comida mais forte do self-service¹² de Miguel ou da lanchonete de dona Ana, mas que gostam de sair um pouco da rotina e consumir bolos e salgados. Afinal, eles tem acesso ao tipo de comida que são vendidas no self-service no seu cotidiano e entendem os dias de feira como uma oportunidade de consumir comidas e preparações que não são facilmente acessados no seu dia a dia.

Isso porque, embora os feirantes-agricultores familiares em geral tenham acesso a uma quantidade considerável de alimentos, uma vez que produzem alimentos variados. Estes são aqui entendidos como produtos que se encontram em estado de “vir a ser” preparados e consumidos, de potencialmente deixar de ser alimento para ser transformado em comida através de preparações culinárias (WOORTMANN, 2013). Ou seja, o alimento representaria um estado mais natural, anterior a qualquer tipo de preparação culinária, enquanto que a comida seria o

¹² Self-service é um termo utilizado na língua inglesa para se referir à restaurantes onde o cliente serve a si próprio, tendo sido adotado no Brasil para se referir a lanchonetes e restaurantes com esse tipo de funcionamento.

alimento transformado através de processos de preparação, cocção e principalmente através da cultura (MENASCHE, MARQUES, ZANETTI, 2008).

Dessa forma, em função da rotina pesada de trabalho na roça, preparações mais complexas se tornam inviáveis para os feirantes-agricultores familiares entrevistados. Uma vez que, o alimento, por vezes, passa por um longo processo até se tornar comida. Algumas comidas tendem a não fazer parte da dieta dos feirantes-agricultores familiares, em função da necessidade de dedicar mais tempo ao trabalho do que ao preparo de comidas. Sendo esse processo de o alimento ser transformado em comida um dos marcos da passagem do ser humano da “natureza” para a “cultura” de acordo com Lévi-Strauss (1968). É através da dominação do fogo e de processos de cocção que o ser humano começa a se distinguir biológica e culturalmente de outros animais.

Logo, o que se come, quando se come e o que é considerado comida pode ser compreendido como uma linguagem, como um texto cultural que fala de vários aspectos da vida de um indivíduo, de um grupo. Relacionando-se com trabalho, relações sociais, compreensões acerca de saúde, alimentação adequada as diversas realidades. Quer dizer, o ser humano formula sua fome e as formas de saciá-la cultural, social e historicamente. Isso é o que irá definir a alimentação das pessoas em termos de práticas, classificações e representações (MENASCHE, MARQUES, ZANETTI, 2008).

A alimentação dos feirantes-agricultores familiares entrevistados evidencia isso, especialmente o quanto o que se come comunica, fala sobre questões de classe, sobre a aridez do trabalho no campo, sobre o que eles entendem como comidas ideais para suprir suas necessidades. Assim, o que essas pessoas comem no seu dia a dia diz sobre quem elas são, de onde vem, quais percalços enfrentam em suas vidas, qual seu status e seu valor na sociedade brasileira.

Isso significa dizer que, o que se come, como se come, com quem se come, reflete a *cultura alimentar* de um grupo, comunica através de suas práticas, sabores e símbolos como aquele grupo se comporta e realiza as suas escolhas alimentares. Escolhas essas que tem corpo, tem história, tem contexto e que são repassadas, em maior ou menor grau, de geração em geração. A *cultura alimentar* é cultura, é uma coisa viva, vívida, que se renova ao mesmo tempo que se mantém através do tempo. Através da *cultura alimentar* de um grupo é possível entender não só o seu consumo alimentar, mas seus modos de vida, suas cosmovisões, suas formas de habitar o mundo. E é isso que observamos nas narrativas dos feirantes-agricultores familiares da CECAF, que demonstram que a *cultura alimentar* é produto de um longo processo de aprendizagem, que inicia na infância e ganha forma no contexto social do indivíduo.

2.3 O tempo, a comida e as relações de sociabilidade na CECAF-JP

Diante disso, iremos refletir sobre como os contextos sociais influenciam o consumo alimentar dos feirantes-agricultores familiares da CECAF, levando em consideração a rotina de trabalho do trabalhador rural e as mudanças trazidas pela pandemia e suas implicações para o dia a dia dessas pessoas. No que diz respeito a rotina alimentar de Elena, por exemplo, ela relata ter dificuldade de preparar comidas mais complexas no dia a dia, Elena afirma que só consegue comer bem e com tranquilidade no final de semana, mais especificamente no domingo, que é o único dia em que não trabalha. Elena é uma mulher de 50 anos, recém viúva, residente do município de Pedras de Fogo. Ela cultiva hortaliças e legumes, que comercializa na CECAF e a sua renda depende exclusivamente da agricultura. Ela estudou até a “quarta série”, atualmente quinto ano.

Elena argumenta que as “coisas” pioraram muito em função da pandemia no sentido de escoar seus produtos, diz que em certo ponto da pandemia as coisas chegaram a melhorar com o início dos “deliverys”¹³, mas aos poucos os clientes dos “deliverys” foram desaparecendo e os antigos clientes da CECAF também. Embora o trabalho na roça tenha seguido igual. Ela argumenta que o tempo de quem trabalha na agricultura é outro, é um tempo que, muitas vezes, o agricultor não consegue ‘dominar’. Além disso, ela diz que

[...] a vida da gente é corrida. Eu só tenho tempo mesmo de comer bem no domingo, e durante a semana, é corrido. É roçado, é casa, é feira, é conta pra pagar. É tudo, aí é bem corrido. Aí eu nunca tenho tempo de dizer assim: “Vou sentar pra comer bem”. Aí nunca tenho tempo (Elena, 50 anos, 02 de junho de 2022).

Essa relação com o tempo que falta, com o tempo que foge é algo trazido por Pais (1998) no seu trabalho sobre a vida urbana dos lisboetas na modernidade. Segundo o autor, muitas vezes é apenas nos finais de semanas que as pessoas, envolvidas nos dias úteis com seus trabalhos e atividades necessárias para manutenção da vida, têm condições de dar conta de demandas que, pela fuga do tempo, não conseguem realizar ao longo da semana. De maneira que, a ocupação com atividades de bem-estar, autocuidado, a exemplo de ter a possibilidade de se dedicar a realização de refeições mais complexas ou simplesmente consumidas sem pressa, são realocadas para dias onde o tempo se torna mais maleável.

¹³ A realização de deliverys foi uma alternativa encontrada por Elena e outros feirantes-agricultores familiares da CECAF para escoar sua produção no período crítico da pandemia, quando as feiras foram fechadas e posteriormente quando, mesmo abertas, as pessoas deixaram de frequentá-las.

Lua, por exemplo, afirma que tem “duas alimentações”: uma quando está em casa e pode ter um maior controle do que come e outra quando está na correria das feiras onde trabalha e precisa comer o que está “disponível”. Lua é uma mulher de 63 anos, separada, com uma filha e que reside em João Pessoa. Ela já trabalhou em muitas áreas, mas agora trabalha exclusivamente na agricultura. Ela comercializa temperos desidratados, gengibre e açafrão e revende produtos naturais de outras pessoas, como pães, ovos e patês, apenas para citar alguns. Ela concluiu o ensino médio e tem formação na área de prótese dentária, além de ser escultora. Apesar disso, sua principal ocupação e fonte de renda hoje é a agricultura e as feiras onde vende suas mercadorias.

No que diz respeito às suas escolhas alimentares ela diz que “o conhecimento que eu tenho é maior do que a minha prática” (Lua, 63 anos, 09 de junho de 2022), apontando para as contradições de sua alimentação nos diferentes contextos, nos diferentes “tempos” que vivencia. Lua diz que quando está em casa evita consumir glúten e carne, já na feira gosta de comer carne de porco, sopas. Porém, ela conta que nas feiras em que trabalha nenhuma lanchonete vende o que ela gostaria de comer, afirma que “ninguém faz o que eu quero... eu gosto de comer papa, de [tomar] chá de hibisco”. Com a rotina de trabalho na roça e nas feiras sua alimentação varia.

Ao contrário de Elena, Lua afirma que apesar da rotina de trabalho na produção de temperos, que é o seu forte, consegue ter algum nível de controle do que come, de suas escolhas alimentares. De maneira que, são nas feiras onde trabalha que acaba saindo da rotina, de uma espécie de “dieta”, embora não defina dessa forma, consumindo comidas mais gordurosas, que não tem o costume de comer quando está em casa. Quer dizer, há uma variação considerável ao longo da semana em sua dieta a depender de onde esteja, em casa ou nas feiras.

No caso de Elena, pelo menos durante a semana se torna inviável, senão impossível, fazer caber todas as atividades desejadas no tempo que se dispõe. Fazendo-se necessário, por vezes, sobrecarregar os finais de semanas com as atividades que não cabem em outro tempo nesses pretensos dias de folga. Apesar disso, o tempo é vivido e concebido de formas diversas pelos diferentes tipos de pessoas, em diferentes fases da vida. Tanto que foi possível observar nas incursões à CECAF que o tempo lá é vivenciado, pelo menos por alguns de seus frequentadores, de forma diferente da exigida por uma sociedade pautada por uma lógica capitalista da pressa, da necessidade de otimização do tempo a qualquer custo.

Em mais de uma ocasião pude observar que algumas pessoas não vão à CECAF apenas com o intuito de fazer suas compras semanais e/ou tomar aquele café da manhã mais reforçado, há quem vá à feira para isso sim, mas também para reencontrar amigos, colegas e conhecidos. Havendo, não raro, feirantes-agricultores familiares que estabelecem relações de amizade com

seus fregueses, se firmando ali mais do que trocas comerciais. Assim, pude perceber que frequentar a CECAF tanto tem conexão com a busca de alimentos e comidas que fazem parte da cultura alimentar que é compartilhada, em alguma medida, por feirantes-agricultores familiares e seus clientes, como também com as relações de sociabilidade que são criadas nesse espaço e alimentadas, simbólica e literalmente, semana após semana.

Dessa forma, foi possível observar pessoas, em geral mais velhas, talvez aposentadas, que depois de fazerem suas compras, de comer, se demoravam na CECAF. Ficavam por lá circulando entre um “banco” e outro, dialogando com os feirantes-agricultores familiares que estavam sem clientes para atender e, portanto, com mais tempo para entabular conversa com seus fregueses semanais.

Embora isso não signifique dizer que estar sem clientes implique em estarem desocupados, um ponto interessante é que raramente se vê na CECAF um feirante sem fazer nada. Eles em geral estão sempre procurando o que fazer, arrumando as mercadorias nos “bancos”, “debulhando feijão”, assumindo uma postura de atenciosidade em relação ao seu entorno. Sempre observando o movimento e as possibilidades de fazer alguma venda. E quando não estão fazendo isso, estão percorrendo a feira, visitando os “bancos” dos colegas para conversar com seus vizinhos.

Assim, na correria que são os dias de feira sempre se encontra tempo e espaço para papear com aqueles que passam e se demoram por ali. É algo que faz parte do encanto da feira, essa troca constante que ocorre entre as pessoas que transitam e frequentam esse espaço. Foi em um dia de campo como tantos outros que conheci um delegado famoso na cidade que é cliente de duas de minhas interlocutoras, que é uma dessas pessoas que se demoram, quando podem, na CECAF.

Enquanto eu fazia entrevista com Elena, o delegado fazia suas compras com Alice, os “bancos” das duas ficam lado a lado, e vendo aquela movimentação atípica que era a entrevista resolveu me questionar o que fazia lá. Alice é uma mulher de 42 anos, casada e mãe de dois filhos. Assim como Elena cultivava hortaliças, mas começou a trabalhar na agricultura há poucos anos e viu nisso uma possibilidade de trabalhar e estar perto da família. Ela é uma das poucas entre as entrevistadas que concluiu o ensino médio e a única que estava fazendo um curso profissionalizante, visando futuramente trabalhar em outro ramo. A partir dessa conversa fiquei sabendo que o delegado tinha contatos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), inclusive, com uma professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). Ao saber que também fazia parte do PPGA, ele fez questão de trocar contato comigo e de se mostrar alguém interessado por antropologia.

Desde então o delegado passou a ser uma figura que rendia comentários entre as minhas interlocutoras e eu, afinal, era uma das poucas pessoas em comum que conhecíamos. Em uma das ocasiões que nos encontramos na CECAF, em que estava entre os bancos de Alice e Elena, ele tentou me contar uma fofoca sobre um feirante de lá, mas sem muito sucesso dado o barulho do ambiente. Embora a contação de fofoca tenha sido mal sucedida, ele fez questão de tirar fotos minhas conversando com Alice e Elena e pediu para eu escolher a que tinha ficado melhor, com a finalidade de postar em alguma rede social. Algo que nenhuma de nós três entendeu muito bem, mas que acabou virando assunto depois.

Mais de uma vez o delegado foi citado em conversas com Alice. Ela me contou que ele era uma pessoa muito boa e que, por vezes, ajudava as pessoas dali, mas também me contou algumas situações engraçadas em tom jocoso, ainda que respeitoso, que envolvem essa figura. Um ponto importante nas relações de sociabilidade que se estabelecem nas feiras, e na CECAF não é diferente, é a jocosidade. Sendo a troça, a troca de comentários provocativos, algo que inevitavelmente iremos encontrar na CECAF. O que, no caso dos feirantes, indica a existência de relações de amizade e intimidade que justificam os comentários que são feitos e as piadas que são trocadas entre eles. E, no caso dos clientes, os comentários jocosos são usados para atrair atenção e viabilizar as vendas, que é o objetivo final dos feirantes.

De modo que, a jocosidade consiste em uma das muitas estratégias dos feirantes para apresentar seu produto a clientes em potencial e tentar fazer suas vendas. Dona Florzinha é um bom exemplo dos usos da jocosidade no cotidiano da feira, não é nem um pouco incomum ouvir ao longe ela gritando os preços das verduras e legumes que vende em tom brincalhão. Em um dos dias que estava em campo, ela gritava “baixou, baixou, baixou... só paga 4! ‘Vamo’ acabar com isso que eu quero andar no meio da feira!”. O que parecia criar algum nível de desconforto entre ela e seus colegas, pois ela estava competindo com sua vizinha de “banco”, que vendia seus produtos por 5 reais o quilo.

Dona Florzinha é uma mulher de 63 anos, casada e residente do município de Pitimbu. Ela cultiva morango, banana, macaxeira, inhame, cará, coentro, alface, pimenta e berinjela. Dona Florzinha é uma das poucas pessoas que entrevistei que relata preferir comprar em supermercado do que na feira, diz que busca ir ao supermercado para comprar o que não tem na feira, como produtos enlatados e material de limpeza. Dona Florzinha conta que a pandemia não mudou muita coisa na sua vida e na sua alimentação, diz que a única coisa que mudou foi quando a feira fechou, mas ainda assim seguiu trabalhando no seu roçado. Ela diz que a pandemia serviu para ensiná-la a como usar o seu dinheiro, porque antes acreditava que o dinheiro não tinha fim e a pandemia veio e mostrou que tem fim sim.

Podemos observar, porém, que nem sempre são as relações de amizade e coleguismo que prevalecem na CECAF, há também momentos de tensão, rugas e desentendimentos, como em qualquer outro ambiente de trabalho. Quer dizer, as relações tem várias nuances que nem sempre são facilmente apreendidas, é preciso um trabalho atento de observação e escuta para compreender as facetas assumidas pelas pessoas em cada situação. Embora a CECAF seja um lugar onde os feirantes-agricultores familiares criam vínculos de trabalho, colaboração e relações de amizade e coleguismo, estas relações não são estáticas, elas estão em constante movimento.

Ainda assim, nesse fluxo de relações, que podem se manifestar de formas variadas, algo que prevalece são as *relações de solidariedade* (MAUSS, 1974). Isso fica nítido nos feirantes que olham os “bancos” dos colegas quando eles precisam se ausentar de seus postos e quando aqueles que aceitam pix¹⁴ recebem pelas vendas daqueles que só vendem no dinheiro. Refleti um pouco sobre isso no caderno de campo.

Um acontecimento muito interessante foi a rede de solidariedade que se criou entre os feirantes através do pix. Aqueles que não tem pix ou que preferem não vender no pix acabam pedindo para aqueles que dispõem dessa tecnologia para receber o que venderem por eles, e depois devem repassar a quem vendeu no dinheiro o valor recebido. Achei muito interessante, tanto por não entender o porquê alguns não vendem no pix, quanto por observar essa rede que se forma através das vendas. O importante é não perder a venda, nem o cliente (05 de maio de 2022).

Além disso, é bastante comum que eles comprem produtos uns dos outros, levando da CECAF aquilo que não tem no roçado ou que não produzem de modo geral. As *relações de solidariedade* travadas dentro e a partir da CECAF se tornam bastante evidentes no relato de Lua. De acordo com ela, houve um período em que, por conta de ataques que sofreu em sua propriedade, onde produzia tudo o que vendia, não tinha absolutamente nenhum produto para vender em seu banco. E como naquela época a administração da CECAF levava ao pé da letra o princípio da produção, de os feirantes-agricultores familiares que lá trabalhavam só venderem aquilo que produzissem, sem poder trazer nada de “fora”, Lua não tinha nada para vender.

Vendo aquela situação e conhecendo a sua história, os demais feirantes-agricultores familiares se sensibilizaram e cada um deles colocou um pouco do que produziam no “banco”

¹⁴ Receber por pix significa receber o valor das vendas através de transação bancária instantânea, que cai direto na conta do recebedor.

de Lua, para que ela tivesse o que comercializar e para que não perdesse sua vaga¹⁵ na CECAF. Afinal, só os feirantes que também são produtores tem o direito de vender seus produtos na CECAF. Assim, ela também relata que recebia doações de seus colegas nesse período, que foi para ela um tempo de grandes dificuldades, quando a ajuda das pessoas da CECAF foi fundamental para se reestabelecer.

Logo, podemos observar que a feira não é apenas um espaço de trocas materiais, onde se vende e se compra produtos, diretamente do agricultor familiar no caso da CECAF, mas consiste também em um espaço de trocas simbólicas (NORA, ZANINI, 2015), seja de produtos, de ajuda, de saberes ou de conhecimentos. E essas trocas simbólicas não se dão apenas entre os feirantes e seus fregueses, como se poderia pensar em um primeiro momento, mas também entre os próprios feirantes, como pudemos ver anteriormente.

Figura 8: Variedade de produtos vendidos na CECAF e o fluxo de compradores



Fonte: arquivos da autora (2022)

¹⁵ Para conseguir uma vaga na CECAF se faz necessário ser agricultor familiar, ter Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e ser ligado a alguma associação ou cooperativa, uma vez que os requisitos forem cumpridos e que houverem vagas, o agricultor é chamado para trabalhar na CECAF.

Essas trocas materiais e simbólicas ocorrem a partir de uma lógica que faz lembrar as reflexões de Marcel Mauss (1974) no ensaio sobre a dádiva. Isso porque esse autor entende a vida social como uma espécie de *continuum* de dar, receber e retribuir, sendo as relações sociais que estabelecemos ao longo da vida pautadas em dar e retribuir, sejam bens materiais ou simbólicos. Esse processo de dar e receber, porém, vai acontecer de formas diversas a depender do grupo social, dos contextos societários, culturais, econômicos, históricos, não havendo regras fixas na doação ou no recebimento de uma dádiva.

De maneira que, a dádiva tem o poder de criar e renovar relações sociais a partir do princípio implícito da obrigação, que é criada no momento em que se recebe um bem de outra pessoa. Segundo Lanna (2000), essas trocas, ainda que nem sempre explicitamente, comunicam e fazem com que os sujeitos que estão em relação a partir da dádiva se aproximem, tornando-se semelhantes através das trocas realizadas, que se espera que sejam equivalentes em valor e/ou significado. Até porque nenhuma dádiva é conferida sem a expectativa de haver uma justa retribuição.

Isso fica nítido no trabalho de Menasche, Marques e Zanetti (2008), visto que as autoras refletem o quanto a dádiva é algo essencialmente paradoxal. Isso porque ao dar, supostamente de forma desinteressada, a incondicionalidade que tal ato expressa tem o poder de criar um laço com aquele que recebe. De modo que, a partir do momento que uma relação de troca se estabelece, ambos os lados passam a ganhar, a serem passíveis de receber dádivas mútuas. Embora nem sempre esse ciclo da dádiva de dar, receber e retribuir seja vivenciado de forma racional e calculada. De qualquer forma, o que é fato é que fazer parte do sistema contratual da dádiva cria obrigações e garante, ao menos teoricamente, a renovação de vínculos.

Nessa esteira, para Mauss (1974) a dádiva é algo que a um só tempo é voluntário e obrigatório, contendo em si essa dupla faceta, que não pode ser reduzida a uma só forma, quer dizer, da espontaneidade ou da obrigatoriedade por si só. A dádiva contém em si própria o dar e o receber, de forma interessada e desinteressada ao mesmo tempo (LANNA, 20000). Assim sendo, entendo que no âmbito da CECAF podemos observar a existência de dádivas, mas não necessariamente no sentido de trocas de presentes e sim de mercadorias, de favores, de conhecimentos.

Os feirantes-agricultores familiares que trabalham lá estão trocando dádivas o tempo todo, sendo uma das dádivas mais frequentes a escuta e a troca de conhecimentos, que são simultaneamente dádivas úteis e simbólicas. Sendo essa circulação de bens materiais e simbólicos uma das bases da vida social. De modo a ser parte constitutiva e transformadora dos fluxos de vida das pessoas, que são atravessadas, em certos sentidos, por essas trocas constantes.

A história de Alice traz um pouco disso. Ela diz ter tido a sua vida modificada pela agricultura familiar, pela convivência com outras/os feirantes-agricultores familiares da CECAF e, conseqüentemente, pela troca de dádivas realizadas nesse espaço que é a feira.

Segundo Alice, antes da agricultura e do convívio com suas/seus colegas da CECAF ela “não sabia de nada”, não entendia de plantas, não sabia da importância de uma alimentação saudável. Desconhecia práticas de cura tradicionais e o uso de remédios naturais para infortúnios cotidianos, a exemplo de dores de cabeça. Através da agricultura e da troca que se estabeleceu entre ela e suas/seus colegas na CECAF, ela afirma que passou a ter conhecimento sobre essas questões e a mudar seus hábitos, principalmente alimentares, mas não só.

Alice argumenta que foi vivendo e aprendendo com “as coisas”. Ou seja, com suas experiências com remédios naturais, que utiliza para males diversos, dispensando no mais das vezes o uso de remédios comprados em farmácia. Ela diz que aprende com o “conhecimento que a gente tem com outras pessoas... se eu não tivesse aqui trabalhando na agricultura eu acho que nem ia saber disso [da eficácia de remédios naturais], nem ia me importar com isso” (Alice 42 anos, 26 de maio de 2022). Alice é enfática ao dizer que certas coisas ela só ficou sabendo e teve acesso a partir de seu trabalho na agricultura e na CECAF.

Foram nas trocas de escuta, de saberes cotidianos que ela foi adquirindo conhecimentos sobre os usos de remédios naturais e que foi entendendo o quanto o bom funcionamento do corpo, do organismo depende de certos cuidados com o que ingerimos, tanto em termos de alimentos, comidas, quanto de remédios. Alice diz que “foi deixando” de consumir remédios comprados na farmácia, que era o que utilizava anteriormente. Afirma que hoje em dia “não tem esse negócio de remédio mais não”. Depois da agricultura ela diz que é tudo “na base do natural”. Assim, para inflamações íntimas o que cura é banho de assento com vinagre, cajueiro roxo ou aroeira, para tosse é chá ou lambedor de xaxambá e para inflamações variadas é chá da folha da goiaba.

Ademais, ela conta que muitos dos conhecimentos que adquiriu foram através de outras mulheres feirantes-agricultoras familiares, principalmente de Elena e de Lua – que teve oportunidade de entrevistar também. Através dessa rede de mulheres Alice foi entendendo melhor como o corpo, organismo está em relação e em constante “reação” com o que é consumido em bases cotidianas. A troca de experiências e de conhecimentos foi fundamental para fazer Alice entender a importância de tratar das causas dos processos de adoecimento e não apenas dos efeitos. De modo que, entende que a melhor forma de cuidar de si e de seu corpo é mantendo uma alimentação saudável, com o intuito de evitar o desencadeamento e agravamento de doenças.

Assim sendo, passou a valorizar a importância do uso e consumo “dos naturais”, haja vista que sentiu os impactos positivos dessa mudança de hábitos em seu corpo. Antes de começar a trabalhar com a agricultura e de criar essa rede de trocas com as mulheres da CECAF, Alice diz que “não sabia nem pra onde vai [sic]”, que seu conhecimento sobre os benefícios de uma alimentação saudável e do uso de remédios naturais era muito pouco, para não dizer que era inexistente. Ela conta em tom jocoso que algumas espécies de plantas só conhecia por meio de desenhos animados, a exemplo do espinafre que só veio ter acesso depois que começou a plantar para comercializar na feira.

Nesse sentido, podemos observar o quanto as relações de sociabilidade estabelecidas no âmbito da CECAF e de trocas de dádivas simbólicas, através do câmbio de saberes, tem o poder de mudar a vida das pessoas. Alice reflete o quanto sua inserção no mundo da agricultura familiar mudou a sua relação com alimentação, com medicamentos, trazendo para ela uma qualidade de vida antes desconhecida. De maneira que, ela tenta estender essas mudanças que vivenciou para a sua família, seus filhos e marido, por entender a imprescindibilidade de comer bem para viver bem.

2.4 A Segurança Alimentar e Nutricional dos feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP em tempos de Covid-19

No que tange a sua alimentação, Alice relata o quanto esta mudou desde a sua inserção no mundo da agricultura familiar, ocorrendo um aumento do consumo de frutas, verduras, legumes e hortaliças. Mudança essa que tenta estender para os demais membros da família através das comidas que prepara no cotidiano, na intenção de fazer com que não só ela, mas todos tenham uma alimentação mais saudável. Ela afirma ter certa dificuldade em convencer o marido a mudar seus hábitos alimentares, diz que ele é muito “comilão”, mas que precisa começar a atentar para o que come em função da idade que está chegando. Alice diz que ele é teimoso, mas que não vai desistir.

Alice, assim como a maioria dos feirantes-agricultores familiares entrevistados tem uma alimentação pautada na aquisição e na preferência de alimentos *in natura*, em grande parte produzidos por eles próprios, que são os alimentos que consideram bons para a saúde e para conferir forças. Sobre a sua alimentação matinal Rosa diz que “na roça lá, como a gente é acostumado a comer uma comidinha mais pesada... De manhã é cuscuz com uma carne, de manhã, né?” (Rosa, 53 anos, 07 de julho de 2022). A escolha pelas chamadas “comidas fortes”, preparadas com alimentos *in natura*, é algo comumente relatado pelos feirantes-agricultores

familiares entrevistados. Além disso, observamos a defesa do consumo de alimentos *in natura* e de comidas feitas à base destes, por serem considerados alimentos “mais saudáveis”.

Rosa tem 53 anos e reside no Conde. Estudou até a 8ª série, equivalente ao 9º ano no atual sistema educacional. Ela produz e comercializa mandioca, jerimum, feijão, milho, no seu sítio tem pé de acerola, sapoti, cajá, manga, laranja, coco, limão e banana. O que vai vendendo de acordo com a época de cada coisa. Uma vez que é presidente da associação de sua comunidade, tem uma visão bastante politizada dos problemas políticos do país que afetam diretamente a agricultura familiar. Outro ponto interessante é que outras pessoas de sua família trabalham na CECAF: seu filho, sua filha, seu irmão, sua irmã e sua cunhada, cada um tem seu próprio “banco” e trabalha de forma independente no seu lote na zona rural. O que, até onde pude observar, não existe nenhum impedimento para que toda uma família seja beneficiada pela CECAF.

Elena segue na mesma esteira de Rosa ao dizer que “tudo que a gente produz a gente come, se alimenta também” (Elena, 50 anos, 02 de junho de 2022), fazendo coro aos outros feirantes-agricultores familiares que entrevistei na valorização dos “alimentos naturais”. Apesar da preferência pelos alimentos *in natura*, alguns deles relatam que em razão da alta no preço dos alimentos e do custo de vida tem precisado fazer algumas adaptações na sua alimentação. Everton diz que

Hoje eu saio um pouco da rotina devido os custos, né? Porque o custo com alimentação hoje, pra você manter uma alimentação saudável, ‘tá’ altíssimo. Antigamente eu me alimentava mais saudavelmente, hoje diminuiu o mais saudável devido à grande alta dos preços. [...] Eu não costumava consumir transgênicos e nem embutidos, hoje não é só uma preferência, é uma opção hoje, é uma necessidade (Everton, 42 anos, 16 de junho de 2022).

Everton tem 42 anos, é casado e reside em Sapé. Ele é raizeiro, vende ervas medicinais e produz alimentos *in natura* apenas para consumo próprio. Estudou até o 5º ano do ensino fundamental. Tem um discurso muito consciente sobre a sua alimentação e entende esta como essencial para ter saúde e qualidade de vida. Ele atribui a sua atitude consciente em relação à alimentação ao fato de ter aprendido a se alimentar com os seus pais, que também são agricultores e sempre mantiveram uma alimentação mais natural. Diz que “eu já tenho toda a minha educação alimentar vindo de berço”. Everton é uma das poucas pessoas que relatam ter tido uma melhoria na comercialização de seus produtos na época da pandemia. Ele diz que antes da pandemia as pessoas não valorizavam tanto os chás, os remédios naturais, e depois da pandemia aumentou consideravelmente a procura pelas ervas que vende, tendo, inclusive, que

aumentar a sua produção.

Ainda assim, se viu tendo que mudar a sua alimentação, de modo a aumentar o consumo de processados. Embora a necessidade de substituição de alimentos *in natura* por processados e ultraprocessados seja um indicativo de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) leve, haja vista que aponta para uma piora na qualidade da alimentação e potencialmente na piora da saúde, os entrevistados não acreditam estarem dentro dessa categorização. Os feirantes-agricultores entrevistados afirmam que, apesar das dificuldades impostas pela alta da inflação e pela diminuição de sua renda, poder de compra, tem conseguido assegurar que não falte comida na mesa. Ainda que substituições sejam necessárias.

Sobre essa necessidade de substituições de alimentos, Rosa relata que algumas coisas deixou de comprar por conta da inflação, principalmente a carne bovina. Ela diz que “Porque eu comprava mais carne, assim, né? Agora não, eu ‘vareio’, eu compro um frango, peixe, porque o preço é mais acessível, né?” (Rosa, 53 anos, 07 de julho de 2022). Ainda assim, apesar da inflação, do salário mínimo não ter aumento real há anos, produzir alimentos tem sido essencial para garantir que os feirantes-agricultores familiares entrevistados pudessem assegurar minimamente a sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), assim como preservar, em alguma medida, a sua *cultura alimentar*.

Contudo, Maluf e Menezes (2006) entendem que a SAN é definida a partir da qualidade nutricional dos alimentos consumidos, sendo necessário levar em conta os possíveis produtos químicos contidos nos alimentos que possam prejudicar a saúde; a *cultura alimentar* de um determinado grupo social; e a continuidade na produção e presença de alimentos. De acordo com os relatos dos entrevistados, pode-se observar uma piora na qualidade de sua alimentação, mesmo que não tenha faltado comida no período crítico da pandemia, com o fechamento das feiras e redução de sua renda. Porém, ocorreu uma necessidade de substituição dos alimentos *in natura* e das carnes por embutidos, enlatados, que são alimentos ricos em conservantes, sal e açúcar.

O que pode trazer uma série de riscos à saúde dessas pessoas, a exemplo do desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como diabetes e hipertensão. Diante disso, Silva e Santos (2022), refletem que

No contexto de crise econômica do Brasil atual, marcado por uma inflação dos alimentos acumulada em 11,73% e pelo aumento do custo da cesta básica em 67% (IBGE, 2022), a população mais pobre se vê impelida a substituir os alimentos *in natura* por processados e ultraprocessados. Isso acontece porque estes são mais baratos, duráveis e, no mais das vezes, demandam menos tempo de cocção, além de serem uma alternativa mais acessível para evitar que falte

comida na mesa. Assim, quanto menor a renda, maior a frequência do consumo desse tipo de alimento (ROSSETTI, 2015; CORREIA, 2016) (SILVA, SANTOS, 2022, p. 5).

Apesar disso, de haver uma possível piora na qualidade da alimentação dos feirantes-agricultores familiares entrevistados, ao serem apresentados ao conceito de SAN, eles consideram que tem conseguido garantir a sua. Tanto que dona Florzinha afirma que as dificuldades que surgiram nos últimos anos pela pandemia e pelas crises que atravessam o país não chegaram a trazer impactos significativos para a sua alimentação, mas entende que o caso dela é uma exceção. Quer dizer, na sua percepção a sua SAN não tem estado comprometida, mas de muitas pessoas sim. Ela diz que

Não mudou nem o meu almoço, a minha janta, nem meu café, mas de muita gente ‘tá’ mudada aí... Tem gente que deixa de comer pra pagar um aluguel, pra comprar um ‘bujão’... Aí fica com o ‘bujão’ e não fica com a comida. Tem muita gente aí se ‘virando nos trinta’, ‘tá’ comendo ovo, salsicha e mortadela, sabe nem o que é carne mais (dona Florzinha, 62 anos, 14 de julho de 2022).

Isso posto, o fator produção, ter acesso à terra¹⁶ para plantar alimentos, tem sido essencial para essas pessoas. Rosa afirma que quem mora no sítio e produz alimentos não tem enfrentado tantas dificuldades para ter acesso à alimentos. Contudo, entende que a realidade seria bem diferente caso morasse na cidade.

Pra gente que mora no sitio e nós temos uma boa parte que a gente mesmo que produz, então a gente não tem essa dificuldade, mas isso aí no caso, no geral [as pessoas da cidade] tem por conta que quem mora na cidade, na periferia, tem as grandes dificuldades. Não tem acesso a alimentação que a gente tem no sitio, entendeu? (Rosa, 53 anos, 07 de julho de 2022)

No que tange a compreensão do que seja a SAN os feirantes-agricultores familiares entrevistados entendem que eles estão conseguindo garantir a sua, mesmo que grande parte da população brasileira não esteja. Eles tem a sua própria compreensão do que seja SAN, partem da ideia de que desde que estejam tendo acesso à alimentos, sem precisar fazer mudanças drásticas em seu consumo alimentar, estão com sua SAN garantida. Sobre isso Claudio diz que “A gente da zona rural tem muita opção, mas... Eu juro a tu, eu não sei como é que a pessoa vive com um salário mínimo na cidade não. Se pagar aluguel, aí é que eu não sei mesmo” (Claudio, 39 anos, 14 de julho de 2022). A maioria deles toma como parâmetro os brasileiros

¹⁶ A valorização da terra para plantar, garantir o sustento e a alimentação dos feirantes-agricultores familiares da CECAF remete à uma luta histórica, protagonizada principalmente pelo MST, pelo direito à terra e pela necessidade de realização de uma reforma agrária ampla e efetiva no Brasil.

que não conseguem ter o mínimo para comer, os que vivem nos centros urbanos com salário mínimo, e consideram que em comparação com essas pessoas, tem conseguido ter o mínimo de qualidade de vida.

Claudio tem 39 anos e reside no município de Pitimbu, ele é casado e tem três filhos. Ele estudou até a 7ª série, 8º ano atualmente. A sua produção é majoritariamente de macaxeira e inhame, embora no seu “sítio” também tenha pé de limão, manga e abacate, que vende de acordo com a época. No que diz respeito a sua alimentação, diz que tenta comer o mais natural possível, visando evitar o desenvolvimento de doenças, especialmente o câncer. Claudio diz ter medo, até porque já tem hipertensão e está acima do peso. Ele conta que “eu sempre digo a minha esposa... A gente fica sem uma televisão, fica sem um guarda roupas, fica até sem uma casa. Agora sem comer? Não fica, não. Sem comer a gente não vai pra canto nenhum. A barriga ‘tando’ cheia, o resto a gente conquista”.

Dessa forma, podemos observar o quanto a *cultura alimentar* é algo que formamos ao longo do tempo, que tem sim relação entre o contexto sociocultural, o sistema alimentar mais amplo e com o contexto político-econômico em que estamos inseridos, mas também com as nossas escolhas de vida individuais, ao menos até certo ponto (Cf. Guedes, 2015). Quer dizer, não existem regras fixas e imutáveis, uma vez que os indivíduos estão em constante relação com outros contextos, situações e sujeitos, assim como com outras cosmovisões e culturas alimentares.

Por conseguinte, o cenário político-econômico do país durante e depois da pandemia de Covid-19, que inevitavelmente trouxe consequências para o contexto local da Paraíba, impactou em certos sentidos a alimentação dos interlocutores dessa pesquisa. Isso porque, diante desse panorama nacional, atravessado por crises e desmonte de políticas e órgãos importantes para a garantia da SAN da população, a exemplo do CONSEA, observamos que o produtor rural tem enfrentado algum nível de dificuldade para manter a alimentação que considera adequada.

Seu Sebastião, por exemplo, afirma que “a inflação ‘tá acabando com a gente! [...] a inflação deixou a gente [o agricultor] lá pra trás. Quem planta pra negociar principalmente.” (seu Sebastião, 69 anos, 23 de junho de 2022). Dessa forma, com a emergência da pandemia e o agravamento das crises política e econômica no país, a agricultura familiar foi um dos setores mais afetados. Visto que, os agricultores tiveram dificuldades para escoar suas mercadorias devido ao fechamento das feiras e de instituições para as quais vendiam seus produtos.

Seu Sebastião tem 69 anos e mora em Alhandra. Segundo ele, estudou até o 4º ano do antigo primário, que corresponde ao 4º ano do ensino fundamental na atualidade. E é um dos feirantes-agricultores familiares com mais consciência política. A sua história, porém, é um

pouco diferente dos outros entrevistados, porque ele estava na CECAF no dia da entrevista apenas para ajudar um amigo nas vendas no Festival do Milho, evento tradicional da CECAF que ocorre em junho, na semana do São João. Isso porque ele não trabalha mais na CECAF, parou de “negociar” na feira e agora produz apenas para consumo próprio e o excedente vende para atravessadores. Ele produz batata, inhame, macaxeira, verduras variadas e também cria galinhas caipiras. Argumenta que parou de “negociar” em função da idade, por não estar aguentando trabalhar como antes, mas também reclama da desvalorização da agricultura familiar.

Nesse sentido, por um lado, temos uma série de desmontes de políticas que anteriormente garantiam a SAN da população, gerando renda para a agricultura familiar e possibilitando o escoamento de seus produtos, por outro, temos a eclosão da pandemia, que intensificou problemas que já estavam postos, como: o desemprego, a inflação e a fome. Tanto que, de acordo com Sousa e Jesus (2021), a agricultura familiar foi um dos grupos mais afetados pela pandemia e ingerência do Estado brasileiro no manejo das crises, isso em termos políticos, sociais e econômicos.

Mesmo aqueles que conseguiram com alguma dificuldade escoar suas mercadorias e gradativamente voltar a comercializar sua produção nas feiras, reclamam das dificuldades enfrentadas para conseguir “recuperar” os investimentos feitos no roçado por meio das vendas. Isso fica nítido na fala de Claudio.

A tendência do agricultor, eu não sei nem qual é, visse? [...] Antes da pandemia, a gente comprava uma carrada de esterco de galinha por dois e duzentos, hoje ‘tá’ por três e oitocentos. O saco de adubo NPK a gente comprava por sessenta reais, hoje ‘tá’ cento e setenta e cinco. Agora se o preço da mercadoria acompanhasse, tudo bem, mas não acompanha não, ‘tá’ entendendo? É dificuldade, é dificuldade... Só sabe quem passa. Só sabe quem ‘tá’ lá dentro. Tem agricultor lá que não tira o dinheiro que trabalha o ano todo não. Pegou cinco mil, investiu cinco mil, aí quando vai tirar, tira os mesmos cinco mil (Claudio, 39 anos, 14 de julho de 2022).

A fala de Claudio confirma os dados trazidos por Sousa e Jesus (2021), de acordo com os autores cerca de 50% dos agricultores familiares brasileiros enfrentaram redução de renda. Ao passo que apenas 33% desse quantitativo teve acesso ao auxílio emergencial, destinado a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Quer dizer, uma quantidade considerável de agricultores familiares, além de se defrontarem com o fechamento das feiras e com cortes nos repasses do antigo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consistia em uma fonte de renda importante, ficaram sem acesso ao benefício do governo federal.

Figura 9: Produção e roçado de inhame de Claudio



Fonte: fotos enviadas por Claudio (2022)

Isso posto, podemos refletir como esse contexto político e socioeconômico mais amplo traz implicações para a vida cotidiana do pequeno produtor, que a despeito de sua importância para garantir indiretamente a SAN da população segue lidando com a desvalorização de seu trabalho e de seus produtos. O que, uma vez que impacta a sua renda, impacta também em alguma medida a sua qualidade de vida e de alimentação, como pode ser observado nos relatos até aqui. Evidenciando que, como afirma Fischler (1998), a alimentação na contemporaneidade está situada entre a corrente tecnológica, industrial e funcional do nosso sistema alimentar mais amplo, que está cada vez mais sofrendo os impactos da globalização, e as escolhas individuais, pautadas no prazer e sensações de bem estar.

A despeito da desvalorização histórica da agricultura familiar e do que é produzido por esses trabalhadores rurais, tanto pelos governos quanto pela população, os feirantes-agricultores familiares da CECAF entrevistados vão na contramão dessa corrente. Isso porque em suas narrativas eles deixam muito nítido o quanto valorizam o consumo de produtos, alimentos naturais e de comprar diretamente do produtor. No mais das vezes, de produtores que já conhecem e com os quais tem uma relação já estabelecida de confiança.

De maneira que, eles contam que os alimentos que não produzem geralmente compram na CECAF dos colegas ou em outras feiras. A grande maioria dos feirantes-agricultores

familiares entrevistados afirmam que preferem fazer compras na feira do que no supermercado e justificam suas escolhas em função da maior qualidade dos produtos. Quer dizer, conhecerem a procedência do que está se comprando e terem uma relação de confiança com o produtor são critérios fundamentais em suas escolhas. Sobre isso seu Joca diz o seguinte

É porque na feira... Aqui mesmo nesse feira eu conheço todo mundo, né? E não é aquela mercadoria carregada de caminhão, ‘quebrada’ [comprometida]. Desprezada. Porque às vezes você compra uma mercadoria e já vem quebrada. Aqui não. Você compra tudo direitinho, nuns carros pequenos, aí fica melhor (seu Joca, 67 anos, 09 de junho de 2022).

Seu Joca, tem 67 anos, é separado, tem dois filhos, sendo Claudio um deles, e reside em Pitimbu. Ele comercializa em grande parte bananas de vários tipos, mas também vende inhame e algumas frutas, a depender da época, diz que no seu “sítio” há coco, mamão, limão e que vai trazendo para feira de acordo com o tempo de cada fruta. Afirma que a sua alimentação vem mudando há algum tempo, por conta da idade diz que vem cuidando melhor de sua alimentação, dando preferência aos alimentos naturais, especialmente aqueles que cultiva ou compra na feira, porque “quando passa dos cinquenta, ou breca ou desembesta”.

Everton segue em uma linha de pensamento semelhante a de seu Joca, justificando a sua preferência em comprar na feira e defendendo a superioridade desses produtos, mas vai além afirmando que “por conta dos alimentos ‘ser’ vindo direto do produtor, questões também de não ser transportado de muito longe, né? E questões de uso de agrotóxicos demais, né? Aí eu prefiro comprar na feira, porque na feira tem mais uma certa qualidade”. Há uma visível preferência por alimentos *in natura* e, além disso, que se tenha conhecimento de onde vem aquele produto, como é produzido. O que só se torna possível a partir do estabelecimento de relações de confiança entre consumidor e produtor.

Ademais, outro critério importante para os feirantes-agricultores familiares na hora de comprar alimentos é a possibilidade de negociação. Algo que os feirantes relatam não existir nos supermercados, que são os grandes concorrentes das feiras. Seu Sebastião é taxativo nesse sentido. Ele argumenta que

se eu pudesse não ir em supermercado, eu nem entrava não. (Risos) Porque aqui a gente chegar e dizer ‘rapaz, eu só tenho... A mercadoria aqui vale dez conto’, se o cara chegar aqui e disser que só tem nove, ele leva. E no supermercado se faltar dez centavos você não leva (seu Sebastião, 69 anos, 23 de junho de 2022).

Logo, podemos perceber que para seu Sebastião, assim como para outros feirantes-

agricultores familiares entrevistados, o supermercado é compreendido como o contraponto da feira, como um espaço onde relações de confiança e solidariedade inexistem. Na feira muitas vezes os alimentos são comercializados a partir de relações de confiança e de solidariedade, as trocas entre feirantes e fregueses não são apenas comerciais, tem ali trocas simbólicas também. Enquanto isso, no âmbito do supermercado o que impera é a lógica da mercadoria, do lucro, onde a única constante são as trocas financeiras e comerciais (MAUSS, 1974; ELIAS, 2021).

Isso significa dizer que, ao invés do acesso a alimentos ser encarado como um direito humano e social, que efetivamente é, estando, inclusive, previsto na Constituição Federal brasileira (BRASIL, 2010), acaba sendo entendido como uma forma de obter lucros. E quanto maiores forem os lucros, melhor, não importando os seus custos sociais. Essa é a lógica do capitalismo, de transformar elementos básicos para a sobrevivência, como alimentação, acesso à água, moradia, em mercadorias. Tanto que essa ideia segundo a qual os alimentos são mercadoria move um mercado nacional e internacional bilionário.

Tendo nos supermercados a sua expressão mais visível e cruel, afinal, todas as trocas são mediadas pelo dinheiro e pelo ganho de lucros, por vezes exorbitantes. Segundo Peres e Matioli (2021), os supermercados cresceram e ganharam cada vez mais espaço na vida do cidadão brasileiro médio se contrapondo as feiras e sacolões. Isso é, utilizando de recursos midiáticos para atacar estes espaços, assim como o consumo de alimentos *in natura*, e para fazer propaganda de ultraprocessados. Algo que fala muito sobre um estilo de vida e de alimentação que está sendo vendido até os dias atuais.

De acordo com Elias (2021), o alimento encarado como mercadoria é algo que tem relação direta e indireta com negócios altamente lucrativos, sendo o agronegócio e empreendimentos ligados a ele o principal responsável por movimentar esse mercado. Afinal, a esse mercado estão ligadas empresas nacionais e internacionais que atuam no ramo dos transgênicos, agrotóxicos, fertilizantes, da mecanização do trabalho agrícola, de empresas de distribuição varejista, etc. Ou seja, o alimento como mercadoria é algo que está entranhado no agro, se estendendo por toda cadeia produtiva e de distribuição de alimentos.

Isso ocorre porque o agronegócio consiste em um agregado de atividades, setores e serviços que se encontram interligados, operando em nível multiescalar. Como explica Elias (2021), citando um trabalho seu anterior, o “agro” é composto por

Produção agropecuária; atividades industriais de transformação, beneficiamento e modificação dos produtos agropecuários, comumente chamadas de agroindústria; indústrias de máquinas agrícolas, agrotóxicos, produtos veterinários; serviços de pesquisa agropecuária, finanças, logística,

ensino tecnológico, marketing, comércio exterior; comércios de fertilizantes, sementes transgênicas; redes de supermercados; fundos de investimentos; redes de poder (tal como a poderosa bancada ruralista que atua no Congresso Nacional), entre outras (ELIAS, 2020).

Nesse sentido, o agronegócio está inserido em toda a cadeia produtiva em larga escala do país, de modo a controlar com endosso estatal, em grande medida, os rumos do sistema alimentar do nosso país. Quer dizer, o agro é responsável por mudanças significativas nos padrões de produção, principalmente da década de 1990 para cá, e conseqüentemente no consumo alimentar da população brasileira. Havendo uma crescente substituição dos alimentos *in natura*, considerados saudáveis e indicados pelo Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014), por alimentos processados e ultraprocessados.

Assim sendo, a ascensão dos supermercados e dos ultraprocessados tem relação direta com a diminuição do consumo de alimentos *in natura* e da busca por produtos no âmbito da feira. Como argumenta Maluf (2020), os ultraprocessados são uma nítida expressão dos supermercados e de seu poder de influenciar o consumo alimentar através dos meios de comunicação. Esse é um processo que está ligado à toda cadeia do agronegócio, que como pudemos ver até aqui, controla, em grande medida, boa parte da produção e distribuição de alimentos através de grandes redes de supermercados disponibilizando esses produtos para o consumo. O que só se tornou possível a partir da sujeição da agricultura às agroindústrias, algo que ocorreu no Brasil com aval e incentivo do Estado (PERES, MATIOLI, 2021).

De modo a evidenciar a participação significativa do Estado brasileiro na piora na qualidade da alimentação e da saúde da população, bem como no aumento estarrecedor da fome nos últimos anos. De acordo com a Rede Penssan (2022), contamos com mais de 33,1 milhões de brasileiros vivendo a experiência da fome no Brasil atual, sendo a ingerência dos últimos governos diante da fome epidêmica um agravante nesse cenário.

Isso implica dizer que os interesses mercadológicos tem sido colocados acima de direitos humanos e sociais básicos, como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Ainda que existam incontáveis estudos e dados apontando para as problemáticas do agro para o meio ambiente e para a saúde dos seres humanos isso não tem sido o suficiente para que o Estado siga concedendo benefícios ao agro, às expensas da agricultura familiar, que é cada vez menos assistida (ELIAS, 2021).

Sobre isso Maluf (2020) reflete que ao passo que o agronegócio e a agroindústria é muito eficiente em produzir para a exportação e em manter cheias as prateleiras dos supermercados, é capaz de causar prejuízos na mesma proporção ao meio ambiente e a saúde da população. As

dietas cada vez mais empobrecidas, que são, portanto, pouco nutritivas e muito adoecedoras se tornam a norma em um sistema alimentar regido pela lógica do mercado. O que só se sustenta com incentivo e apoio financeiro do Estado brasileiro (ibidem).

Ao financiar um setor que tem atuado na transformação do alimento em mercadoria, sendo o ultraprocessado o principal símbolo de um modo de produção, de um estilo de vida e de alimentação que está sendo vendido, o Estado contribui com a emergência de uma série de mazelas. Inicialmente, com a diminuição de variedades de alimentos consumidos, havendo uma quantidade cada vez mais restrita de vitaminas e minerais nestes, culminando no empobrecimento nutricional dos alimentos.

Além disso, quanto mais se consome processados e ultraprocessados, mais riscos se corre de adquirir Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), que no Brasil acometem mais de 25,2% da população (BRASIL, 2020). A exemplo de diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, câncer, alergias variadas e até mesmo doenças psíquicas como depressão. Isso, sem falar nas doenças provocadas pela Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), como a obesidade e a fome propriamente dita.

O que, seguindo as reflexões de Canesqui e Gracia (2005), entendemos como produto da passagem de ecossistemas diversificados para ecossistemas hiperespecializados e agregados a sistemas de produção agroalimentares mais amplos e globalizados. Ao passo que foi crescendo a produção, por meio das tecnologias agroalimentares e agroindustriais, foi-se perdendo variadas espécies animais e vegetais, que faziam parte de dietas locais ao redor do mundo. Sendo essa lógica produtiva, que visa aumentar a produção a partir de produtos de baixo custo a fim de potencializar o lucro, causadora de distribuição e consumo desigual de alimentos. O que traz “fortes impactos na saúde pública, permanecendo a fome no mundo e a violação de direitos humanos” (MACHADO, OLIVEIRA, MENDES, 2016, p. 506).

Diante disso, fica nítido a importância de governos com agendas governamentais voltadas para o combate não só à fome, mas também a precarização dos alimentos, em termos de qualidade e variedade. O que tem relação direta com a necessidade de criar políticas de incentivo à agricultura alimentar, especialmente aquela de base agroecológica, que produza alimentos *in natura* verdadeiramente saudáveis, livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Isso significa dizer que, se faz necessário retomar as políticas públicas de assistência e incentivo à agricultura familiar, para que alimentação de qualidade seja uma regra e não uma exceção na vida do povo brasileiro, inclusive, do pequeno produtor.

O que se torna ainda mais urgente quando levamos em conta as dificuldades que foram postas pela Covid-19 para a agricultura familiar, que esteve, em grande parte, desassistida pelo

governo federal. Além de não oferecer benefícios que amparassem o pequeno produtor no período crítico da pandemia, decretou o fechamento dos mercados e feiras locais. De maneira que comprometeu a produção da agricultura familiar e a sua renda, assim como o fluxo de pessoas que transitam nas feiras livres. Algo que é relatado pelos feirantes-agricultores da CECAF, mas também por outros Brasil afora (SCHNEIDER et al. 2020). De modo a evidenciar o quão importantes são a instituição de políticas sociais, que garantam a existência de condições de vida, de trabalho e de alimentação dignas para os diversos grupos sociais que compõem o Brasil.

Assim, veremos no capítulo a seguir como as políticas de SAN, em um momento político anterior, foram essenciais para assegurar que a população brasileira, especialmente a mais pobre, conseguisse garantir a sua SAN e viver com o mínimo de dignidade. Tendo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) um papel fundamental na construção de políticas e programas que contribuíram para tirar o país do Mapa da Fome em 2014. A exemplo do Programa Fome Zero (PFZ), do Programa Bolsa Família (PBF), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que beneficiaram muitos brasileiros, inclusive, aqueles que trabalham na agricultura familiar.

3 POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CASO DO CONSEA E CONSEA-PB

Neste capítulo, partiremos de uma perspectiva antropológica para refletir sobre os processos que possibilitam a construção e a extinção de políticas públicas, mais precisamente as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que serão discutidas a partir do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do CONSEA-PB. Isso, por compreendermos que as políticas públicas são produto de processos socioculturais sobre os quais a antropologia tem o poder de trazer novas perspectivas, diferentes daquelas oferecidas por técnicos, analistas e cientistas políticos, que têm historicamente ocupado esse espaço de análise das políticas (HINCAPIÉ, 2015).

Para tanto, foi desenvolvida uma discussão pautada em uma análise histórico-social de documentos, sendo estes compreendidos como parte do trabalho etnográfico (CUNHA, 2004) de debate acerca da construção, implementação e extinção de políticas de SAN. De modo a refletir como esses processos e esses documentos tem impactado a vida da população brasileira nos últimos tempos, em especial no cenário de caleidoscópio de crises que foi instaurado a partir da Covid-19. As falas dos feirantes-agricultores familiares da CECAF que aparecerão na última seção trarão um pouco desse diagnóstico das políticas de SAN no cenário paraibano.

Assim, objetivamos refletir sobre quais processos históricos, políticos e socioculturais possibilitaram a criação do CONSEA na década de 1980, no governo do presidente João Figueiredo, e posteriormente a sua extinção em 2019, no primeiro dia de governo do presidente Jair Bolsonaro (BRASIL, 2019). Tendo como objetivo frisar a importância histórica do CONSEA nacional na criação, implementação e monitoramento das políticas de SAN, que vieram a ter continuidade só a partir da reativação do CONSEA, em 2003, no primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Afinal, a reativação do CONSEA possibilitou que o Brasil saísse do Mapa da Fome em 2014. Algo que com o esvaziamento das políticas de SAN, durou pouco tempo, pois voltamos para ele em 2020 (REDE PENSSAN, 2021).

Além disso, será discutido como tem se dado a construção das políticas de SAN no contexto local da Paraíba a partir do CONSEA-PB que permaneceu atuante no cenário atual, a despeito da extinção do CONSEA nacional. Isso é, buscando entender se a extinção do CONSEA nacional trouxe algum impacto na continuidade das políticas de SAN do estado da Paraíba e, conseqüentemente, na atuação do CONSEA-PB. De modo a refletir especialmente como as políticas de SAN no cenário paraibano tem assistido a agricultura familiar. Levando em conta que o CONSEA nacional foi de suma importância na implantação do PNAE e PAA,

que são programas de compras institucionais que garantiram por muitos anos uma renda mínima aos pequenos produtores (MORAIS, MACHADO, MAGALHÃES, 2021).

3.1 Das políticas de SAN ao CONSEA

Nesse sentido, iremos refletir sobre como órgãos como o CONSEA, as políticas criadas a partir dos debates realizados entre os conselheiros e a gestão pública e os documentos produzidos a partir disso trazem uma dimensão sobre a temática da SAN. No que tange ao documentos, sobre os quais essa discussão se assenta, partimos do pressuposto de que estes são uma forma de acessar os processos políticos, históricos e socioculturais a partir dos quais as políticas de SAN emergiram. De modo que, os documentos são compreendidos como algo que pode ser lido a partir de perspectivas diversas, afinal, podem ser compreendidos como representação de sistemas de enunciados e de verdades parciais, sendo as suas interpretações atravessadas pelo crivo da história e da cultura (CUNHA, 2004). Além de estarem sempre sujeitas a novas e diferentes interpretações (FOUCAULT, 1986).

Assim, os documentos e as normativas que serão abordadas ao longo desse capítulo são compreendidas como parte do trabalho antropológico e etnográfico. Afinal, fazem parte da revisão bibliográfica que foi realizada para fundamentar os argumentos aqui trazidos e atuam no sentido de dialogar com os dados coletados a partir da pesquisa de campo. Quer dizer, o debate sobre os documentos são parte dessa pesquisa etnográfica e não apenas um complemento do trabalho de campo, como muitas vezes ocorre. Isso porque partimos da compreensão de que falar de políticas de SAN implica em trazer os debates e produções institucionais, assim como as perspectivas dos sujeitos dessa pesquisa.

Dessa forma, entendemos que falar em políticas de SAN implica necessariamente em falar do CONSEA, tanto em função dos processos políticos que levaram à consolidação das políticas de SAN no nosso país, quanto pela importância histórica do Conselho. Importância essa expressa na sua composição democrática e participativa, onde 1/3 de seus representantes era de setores diversos do poder executivo e 2/3 da sociedade civil, de diferentes entidades (CASTRO, 2019). O que é extremamente simbólico, levando em conta o lento processo de redemocratização do Estado brasileiro após décadas de regime ditatorial e o histórico centralizador da construção de políticas. A tabela a seguir ilustra bem a diversidade de conselheiros da sociedade civil com a qual o CONSEA contava, mais precisamente em 2016.

Tabela 2 : Entidades da sociedade civil que compunham o CONSEA

Setor/Temas	Vagas	Entidade
Povos e Comunidades tradicionais	4	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA)
		Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
		Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)
		Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde
		Fórum Nacional de SAN de Povos de Terreiro
Povos Indígenas	2	Confederação Nacional das Comunidades Negras Iturais Quilombolas (CONAQ)
		Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)
		Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)/Aty Cuaça
		Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)/UMIABI
Agricultura familiar, trabalhadores rurais e reforma agrária	3	Articulação do Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL)
		Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
		Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF)
		Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Semiárido	1	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
População Negra	1	Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)
Pessoas com necessidades especiais	1	Agentes de Pastoral Negros (APN)
		Rede de Mulheres Negras para a SAN
Centrais sindicais e entidades profissionais	4	Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (FENACELBRA)
		Associação Nacional de Assistência ao Diabético (ANAD)
Redes Nacionais com Matriz Religiosa	3	Central Única dos Trabalhadores (CUT)
		Central Geral dos Trabalhadores (CGTB)
		Força Sindical
Entidades de representação profissional e de estados	1	Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
		Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN)
		Cáritas Brasileira
		Pastorais Sociais
Redes e Fóruns nacionais temáticos	10	Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS)
		Pastoral da Criança
		Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
		Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
		Fórum Brasileiro de Economia Solidária
		União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)
		Rede Nacional de Mobilização Social (COEP)
		Comissão Nacional da Rede da Educação Cidadã
		Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
		Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)
Ação da Cidadania		
Especialistas e pesquisadores	5	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)
		Instituto ALANA
Entidades e direitos humanos	2	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCOC)
		Especialista/Pesquisador
Entidades empresariais	2	Terra de Direitos
		Rede de Informação e Ação pelo Direito a se alimentar (FIAN)
		Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
		Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA)
		Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)

Fonte: Brasil, 2010 *apud* Moraes, Machado e Magalhães, 2021

Nesse sentido, é possível vislumbrar o quão diversificado era o âmbito do CONSEA, com conselheiros representantes dos povos tradicionais, dos povos originários, da população negra, da agricultura familiar, do semiárido, das pessoas com necessidades especiais, de sindicatos, de entidades religiosas, de pesquisadores, de entidades dos direitos humanos e de entidades empresariais. De modo que, sua estrutura organizacional era composta por: secretaria geral; secretaria executiva; mesa diretiva; comissões permanentes; grupos de trabalho; e comissões formadas pelos presidentes dos Conselhos estaduais (MORAIS, MACHADO, MAGALHÃES, 2021).

Logo, entendemos que o CONSEA enquanto órgão intersetorial, interministerial e

participativo foi produto de lutas da sociedade civil no período de redemocratização do país, sendo o CONSEA a expressão da luta pela operacionalização e gestão de políticas por parte de atores e entidades da sociedade. Afinal, os atores contemplados com as políticas de SAN não se contentavam em estarem incluídos nos marcos legais apenas por meio de direitos adquiridos. Havia a vontade de lutar de dentro e a partir das estruturas estatais para fazer valer de forma contínua os direitos adquiridos (GOHN, 2013).

O que é uma herança das lutas da sociedade civil brasileira empreendidas no processo de redemocratização do país, que se deram intensamente a partir dos anos 1980. Provocadas pela crise do Estado autoritário, agravamento de problemas de ordem social, como é o caso da fome, e da necessidade de criação de políticas sociais. Algo que resultou na constituinte e na construção da Constituição Federal de 1988, conhecida como a ‘Constituição Cidadã’. De modo que marcou a mudança nas relações entre Estado e sociedade civil, que no período dos governos ditatoriais, de 1964 a 1985, foram pautadas no autoritarismo e na repressão. Logo, começou-se a serem constituídos espaços onde avanços democráticos se tornaram possíveis e onde houvesse a possibilidade de se estabelecer diálogos com a estrutura estatal (RAICHELIS, 2000).

De acordo com Tomazini e Leite (2016), a criação do CONSEA possibilitou que o tema da SAN passasse a fazer parte da agenda política brasileira. Estabelecendo-se uma relação de colaboração entre Estado e sociedade civil, a partir desse espaço representativo e consultivo que era o CONSEA. Dessa forma, a partir da atuação do CONSEA o problema da fome e da INSAN passou a ser compreendido como um problema da esfera federal, fazendo-se necessário pensar em ações, programas e políticas em conjunto com a sociedade civil para combater a INSAN em seus vários níveis.

Dessa forma, compreendemos que analisar as políticas públicas a partir de seus contextos políticos, históricos e socioculturais, permite entender os processos que possibilitam a emergência e/ou o esfacelamento dessas políticas. Sendo o contexto de criação do CONSEA exemplo disso, partiremos daí para refletir sobre a importância histórica do Conselho para a democracia brasileira e para a luta contra à fome e às desigualdades sociais e seguiremos analisando o encadeamento de acontecimentos que culminaram na sua extinção.

Vale ressaltar, porém, que o processo de consolidação do CONSEA, enquanto ferramenta do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), implantado em 2006, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), implantada em 2010, não se deu de forma linear. Haja vista que o Conselho enfrentou uma série de dificuldades para se manter ativo, encarando sucessivos movimentos de abertura e fechamento ao longo de

sua história.

Segundo Custódio et al. (2011), a história do CONSEA começa na década de 1980, quando o Conselho é criado pela primeira vez, como consequência de uma série de ações governamentais de combate à fome e à má nutrição que teve início ainda em 1940. Na época, a sua criação seguiu a tendência mundial pós-Segunda Guerra, de pensar em políticas que garantissem minimamente acesso à alimentação.

Uma vez que o período anterior foi marcado pela escassez em função de conflitos políticos, o que se objetivava era possibilitar o acesso de alimentos a todos, especialmente nos países mais pobres, onde as desigualdades eram mais pronunciadas (BRASIL, 2013). O que se tornou um compromisso mundial entre os países participantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a partir de 1945.

Embora já se discutisse Segurança Alimentar (SA) antes disso, muito em relação com a segurança nacional e com a capacidade produtiva de cada nação, essa discussão só ganha força depois da Segunda Guerra Mundial. Com a criação da ONU e da FAO na década de 1940 o problema da fome, do acesso a comida em quantidade e qualidade suficientes começou a ser pautado mundialmente pela primeira vez. Tendo como principal desdobramento a criação do conceito de Segurança Alimentar, que só depois teve o “nutricional” acrescido a sigla.

Conceito que foi construído gradativamente e segue sendo modificado, pois vem sendo repensado e aprimorado ao longo dos anos pela ONU e pelas nações que o adotaram. Além disso, a partir da ONU e da FAO foram criadas convenções internacionais voltadas ao combate à fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) em todos os seus níveis (BRASIL, 2013). A INSAN é aqui entendida como a falta de acesso permanente à alimentação em quantidade e qualidade suficientes, se manifestando em três níveis: leve, moderada e grave. O que implica respectivamente em perda da qualidade da alimentação (leve), instabilidade no acesso à alimentação (moderada) e na experiência da fome propriamente dita (grave) (BRASIL, 2014).

Isso significa dizer que, o pós-guerra se mostrou um cenário propício para criação e promoção de ações voltadas à garantia da SAN ao redor do mundo e no contexto do Brasil não foi diferente, embora por aqui inicialmente a discussão tenha avançado de forma mais lenta. No Brasil, o conceito de SA só vai ser proposto pela primeira vez na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que ocorreu em 1986, como sendo

a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso

a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (Doc. Final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, 1986)

Apesar de ter sido proposto em 1986, esse conceito de SA só é consolidado em 1994, quase uma década depois, na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, evidenciando que a discussão avançou a passos lentos no cenário nacional. O que é um dos indícios das dificuldades históricas do país em dar continuidade às discussões e políticas de SAN. Embora a dimensão nutricional estivesse implícita nesse conceito de SA, só vem a ser discutida com mais força e, posteriormente, a ser incorporada a sigla, deixando de ser SA para ser SAN, a partir do preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996. E do nascimento do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998 (BRASIL, 2013).

Depois de décadas, o conceito de SAN brasileiro é consolidado na primeira década dos anos 2000 e outros aspectos importantes passam a ser discutidos no sentido de ampliar e diversificar o que se entende por SAN. De modo que, a Soberania Alimentar foi incorporada ao nosso conceito de SAN, por se entender que cada país e cada povo deve ser soberano nas suas escolhas alimentares, respeitando as suas especificidades culturais e ecológicas. O que é especialmente importante no contexto nacional dada a multiplicidade da cultura alimentar brasileira, que é expressa através da alimentação dos diferentes povos e grupos que compõem a nossa sociedade. Essa dimensão da Soberania Alimentar foi incorporada ao conceito de SAN na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, uma década depois da I Conferência de Segurança Alimentar.

Conferência essa que foi encabeçada pelo CONSEA, tendo como um de seus principais desdobramentos a proposição de uma primeira versão da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que só veio ser sancionada dois anos depois, em 2006. A partir da LOSAN é que se torna possível a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que foi criado com o objetivo de assegurar o DHAA da população brasileira (DELGADO, ZIMMERMANN, 2022).

De maneira que, a LOSAN e o SISAN representam a consolidação de marcos legais que basearam a criação de políticas no âmbito da SAN e destinaram recursos para a garantia do DHAA da população, configurando um dos muitos desdobramentos do CONSEA. Sendo tanto as conferências, quanto o espaço do CONSEA historicamente caracterizados pela e dialogicidade entre esferas do governo e sociedade civil em diversos níveis. O que, como podemos ver, trouxe resultados bastante positivos no âmbito das políticas de SAN.

Diante disso, podemos observar a importância dessas conferências na atualização das discussões relativas a SAN, na compreensão do próprio conceito, que vem sofrendo modificações desde que começou a ser elaborado, bem como na criação de instrumentos institucionais que possibilitem a garantia do DHAA. Evidenciando que o que se entende por SAN é fruto de processos políticos e históricos, assim como de processos socioculturais, tendo sim influências externas, mas também refletindo as particularidades da sociedade brasileira. Desde 2006 o Brasil adota o seguinte conceito de SAN, que foi firmado por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN).

Assim sendo, entendemos que o caráter democrático e participativo da construção das políticas, ferramentas e órgãos de SAN impulsionou consideravelmente as ações governamentais nesse âmbito. Proporcionando avanços nunca vistos na história das políticas de SAN do nosso país, como a criação da LOSAN e instituição do SISAN, que ao se ramificarem trouxeram benefícios desde o agricultor familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), até a alimentação escolar, com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apenas para citar alguns exemplos.

Voltando um pouco para o histórico da constituição do CONSEA, compreendemos que uma das implicações da crescente preocupação nacional com a temática da SAN foi não só a criação do conceito de SAN, mas também a criação de espaços onde as políticas de SAN pudessem ser pensadas democraticamente. No nosso país, esse espaço foi o CONSEA, que embora fosse vinculado à presidência da república, era guiado pelos princípios da descentralização e intersetorialidade (DELGADO; ZIMMERMANN, 2022). Como dissemos anteriormente, o CONSEA foi criado pela primeira vez em 1980, através da Política Nacional de Segurança Alimentar proposta pelo Ministério da Agricultura (CUSTÓDIO et al., 2011). De lá para cá o Conselho foi ativado e desativado inúmeras vezes, evidenciando uma dificuldade histórica de ter continuidade, de sobreviver às mudanças nas agendas governamentais e na estrutura estatal.

Embora se reconhecesse a importância de políticas e ações voltadas a SAN desde a sua criação, observamos que a falta de articulação entre as propostas governamentais e o controle

social acabou possibilitando que o Conselho fosse sucessivamente desativado. O que aponta que o Brasil foi na contramão dos movimentos de participação que ocorreram a partir dos anos 1940 ao redor do mundo, que visavam reafirmar a importância do fortalecimento da democracia e da participação popular na construção das políticas. Isso, como forma de oposição aos regimes autoritários e fascistas que governaram no período da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, esse movimento só ganhou força tardiamente a partir dos anos 1980, quando um conjunto de forças sociais se uniram para lutar pela redemocratização do país, o que culminou na Constituição Federal de 1988. Ademais, a partir da década de 1990 e do início dos anos 2000, observa-se um maior envolvimento popular no campo da política (FÉ; OLIVEIRA; ÁVILA, 2021). Quer dizer, só temos um cenário de fortalecimento da participação popular na construção das políticas, particularmente daquelas voltadas à questão alimentar, a partir dos anos 1990, marcados pelo processo de redemocratização do país. De acordo com Custódio et al. (2011), os movimentos sociais fizeram uso da conjuntura política democrática do país para pautar avanços na elaboração das políticas públicas e, por conseguinte, uma maior participação popular nesse processo.

Esse momento foi marcado por um movimento de contestação das políticas assistencialistas e insuficientes propostas pelos governos federais entre 1940 e 1980 no campo da alimentação e do combate à fome (FÉ; OLIVEIRA; ÁVILA, 2021). A participação da sociedade civil organizada nesse período foi elementar para integrar políticas, descentralizando a sua elaboração, assim como a criação de marcos legais (PEILANO, 2010 apud FÉ; OLIVEIRA; ÁVILA, 2021).

Nesse sentido, foi no cenário dos anos 1990 que o projeto Fome Zero foi criado pela primeira vez, em 1993, sendo o CONSEA um de seus braços mais fortes, que, inclusive, foi resgatado pelo governo federal em função de mobilizações populares e da campanha de alcance nacional “Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” (BRASIL, 2013). Apesar disso, o Conselho acabou sendo desativado no ano seguinte, em 1994. Nesse momento o CONSEA, que era caracterizado pela descentralização na tomada de decisões e construção coletiva de políticas e ações entre ministros e conselheiros da sociedade civil, foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária.

Este programa tinha como principal foco a pobreza, deixando de lado as pautas da fome e da SAN, marcando o programa por seu viés clientelista e desarticulador de alianças importantes, anteriormente firmadas pelo CONSEA em seu curto período de atuação. Pouquíssimo tempo após sua criação, o programa foi relegado a segundo plano, embora tenha promovido alguns avanços nas políticas de SAN, a exemplo da implementação do Programa

Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, caminhando rumo a criação de uma primeira versão da PNSAN, que só aconteceu no início dos anos 2000 (CUSTÓDIO et al., 2011).

Ademais, foi também na década de 1990 que ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), em 1994, onde foi discutida uma política nacional de SAN e onde foram constituídas as bases nas quais o conceito brasileiro de SAN se assenta até hoje. Sendo este baseado no compromisso em serem oferecidos alimentos por preços que coubessem nos orçamentos familiares, mas também que fossem saudáveis e seguros em termos biológicos, sanitários, nutricionais e tecnológicos (CUSTÓDIO et al., 2011; BRASIL, 2013). O conceito de SAN forjado no Brasil era tão avançado para a época que foi, inclusive, adotado pela FAO na Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996.

Entre o final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e os governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff, ou seja, de 1998 a 2016, observam-se consideráveis avanços nas políticas voltadas à SAN no Brasil. O que é um feito digno de nota, pois pela primeira vez na história do país houve uma continuidade nas políticas e ações nesse âmbito. Isso, em função do crescente interesse da sociedade e dos movimentos sociais em participar do campo da política e com a progressiva abertura da estrutura do Estado. O que culminou na criação e implementação de uma série de políticas e ações voltadas à garantia da SAN, como pudemos ver até aqui.

Nessa esteira, o CONSEA foi reativado em 2003, no início do governo Lula. Esse governo estabeleceu como prioridade de sua agenda governamental o combate à fome, à pobreza e à miséria. Tendo como principal foco o Programa Fome Zero (PFZ), o Conselho foi trazido de volta à ativa por se assumir a sua importância na construção de políticas de combate à fome e à INSAN. Diante disso,

No início dos anos 2000, o Brasil estabeleceu uma clara opção pela redução dos índices de pobreza e de insegurança alimentar. Os governos do PT trouxeram para “o centro da agenda o combate à pobreza e à desigualdade, assim como a expansão da provisão de bens e serviços, sobretudo para os mais pobres” (Arretche, Marques & Faria, 2019, p. 6). A retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), vinculado à Presidência da República, a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Losan – lei n. 11.346/2006), com a criação e o fortalecimento de políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional (SAN) – destinadas à transferência de renda, alimentação escolar, doação de alimentos, estímulo à produção de alimentos e garantia da qualidade e frequência do consumo alimentar –, contribuíram sobremaneira para a redução da pobreza no país (Maluf, Zimmermann & Jomalini, 2021) (DELGADO; ZIMMERMANN,

2022).

Isso demonstra que os esforços dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no sentido de reduzir o número de brasileiros em situação de INSAN, através da construção de um sistema de SAN, expressos por meio do SISAN, foi bastante exitoso. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), houve uma redução gradativa de lares brasileiros em situação de INSAN. Em 2004, 65% dos brasileiros estavam tendo sua SAN garantida, enquanto que em 2009 esse número chegou a 70% e em 2013 a 77%. Ou seja, de 2004 a 2013 o povo brasileiro vivenciou uma melhora considerável no seu estado de SAN, tendo uma redução animadora do nível de INSAN no país (REDE PENSSAN, 2021). Tanto que o Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014 (ibdem).

O que tem relação direta com as políticas de combate à fome, à pobreza e à miséria do primeiro governo Lula, embora a figura política de Lula levante a bandeira do combate à fome muito antes de sua eleição, desde os anos 1990. Dessa forma, a construção do Programa Fome Zero, um dos principais programas de combate à fome do país, está intimamente ligada à um contexto internacional de debate acerca da temática da SAN e com um contexto nacional de pressão por parte da sociedade civil, de movimentos sociais variados, especialmente aqueles relacionados à produção de alimentos e à luta pela terra. Sendo o PFZ fruto desse cenário (TOMAZINI, LEITE, 2006).

Tanto que no início dos anos 2000, o projeto do que posteriormente seria o Programa Fome Zero, foi discutido entre Estado e lideranças políticas, representantes de movimentos sociais, pesquisadores, empresários e representantes de ONGs a partir de seminários realizados em São Paulo, Santo André e Fortaleza. Assim, o projeto Fome Zero foi oficialmente lançado em 2001, no dia mundial da alimentação 12 de outubro (TAKAGI, 2006 *apud* TOMAZINI, LEITE, 2016). No entanto, só vindo a se tornar Programa a partir da posse de Lula em 2003.

Inicialmente, em termos institucionais, o PFZ dispunha de uma estrutura bastante sólida. Além do CONSEA, contava com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), representantes do governo e da sociedade civil, que se capilarizavam, abrangendo desde associações de bairro à assentamentos, sendo esse diálogo intersetorial a base do PFZ. Apesar disso, no desenrolar do PFZ uma série de conflitos foram surgindo em relação ao papel da sociedade e ao papel do Estado na implementação do programa. O que em conjunção com problemas de operacionalização culminou na gradativa substituição do PFZ pelo Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004 pela Lei nº 10.836.

Sendo o PBF um programa consideravelmente mais verticalizado do que o PFZ, uma

vez que as relações daquele eram entre o Estado com os governos estaduais e municipais, marcado pela ausência de participação popular. De maneira que, o PBF enquanto programa de transferência de renda se mostrou um programa de menor complexidade e de manejo mais fácil por parte das estruturas estatais, tornando-se uma alternativa mais palatável em termos de políticas públicas. Apesar das disputas políticas em torno da substituição do PFZ pelo PBF, o PBF contribuiu diretamente para que o Brasil saísse do Mapa da Fome em 2014. De acordo com a ONU, entre 2002 e 2013 foi observada uma queda de 82% na subalimentação do povo brasileiro (ONU, 2014), tendo o PBF um papel central nessa conquista.

Nesse sentido, entendemos esses programas como essenciais para o estabelecimento de uma continuidade nas políticas de SAN no país, trazendo resultados inéditos na diminuição da extrema pobreza e da fome no Brasil. Seguindo a esteira da criação e da ampliação das políticas de SAN, em 2010 foi implementada a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e nesse mesmo ano foi incluído na Constituição Federal o DHAA (FÉ; OLIVEIRA; ÁVILA, 2021), tornando este um direito constitucional. Consistindo em uma série de acontecimentos históricos para a democracia brasileira, mas também para as políticas de combate à fome e à INSAN.

O que entendemos ser consequência da participação popular na elaboração das políticas públicas, em órgãos como o CONSEA, e de uma agenda governamental dedicada ao combate à fome. Mas também de trabalhos como o de Josué de Castro (1940), que discutiu o problema da fome a partir de uma perspectiva social, econômica e geográfica, algo inédito até então, e o de Herbet Souza, sociólogo e militante que liderou uma ampla mobilização social de combate à fome nos anos 1990, que se estendeu por todo o Brasil. Tirando a discussão em torno da fome da invisibilidade e evidenciando que ela é produto não da escassez de alimentos, mas sim das desigualdades sociais, de distribuição de terra e de renda.

De acordo com Vasconcelos e Moura (2018), o CONSEA é considerado um dos marcos que possibilitou que fosse construído um sistema de segurança alimentar e nutricional no nosso país, isso juntamente com o Mapa da Fome e o Movimento de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria. Assim sendo, é importante frisar o poder da mobilização popular na luta pela construção mecanismos sociais que garantissem direitos constitucionais, a exemplo do direito humano à alimentação adequada. Afinal, foi essa mobilização popular, liderada pelo CONSEA, que possibilitou que o DHAA fosse incluído na Constituição Federal em 2010.

Isso posto, o Conselho se singularizou por ter sido uma conquista marcadamente democrática. Visto que, o CONSEA era composto em sua maioria por membros da sociedade civil, embora os representantes do governo também se fizessem presentes, caracterizando-se

por sua articulação intersetorial, interministerial e participativa. De acordo com Castro (2019), o Conselho reuniu nas últimas duas décadas representantes de diferentes movimentos sociais e setores da sociedade, possibilitando que sujeitos historicamente invisibilizados e silenciados tivessem voz, contribuindo na elaboração de políticas que beneficiassem direta e indiretamente os seus grupos.

O que demonstra o quão significativo o CONSEA foi, especialmente no contexto de consolidação da democracia no Brasil, representando, inclusive, uma referência para outros países, dada a sua capacidade de articulação e de diálogo entre governo com a sociedade civil e movimentos sociais. Além de ter atuado em agendas estratégicas, possibilitou a

inclusão do direito à alimentação na *Constituição Federal*; defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas e comunidades quilombolas; fortalecimento das culturas alimentares em consonância com os biomas e ecossistemas brasileiros; fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica; redução do uso de agrotóxicos; avanço da agenda regulatória, por exemplo, no âmbito da rotulagem de alimentos (transgênicos, ultraprocessados) e da tributação de alimentos e insumos; avanço do código sanitário de forma a torná-lo mais incluyente e adequado à produção em pequena escala e à comercialização em circuitos curtos, entre tantas outras (CASTRO, 2019, p.2).

Como podemos ver o CONSEA foi um espaço onde uma série de discussões sociais importantes ganharam espaço no âmbito do governo federal, talvez pela primeira vez na história do país, possibilitando que as políticas voltadas para a garantia do DHAA fossem fortalecidas. Isso significa dizer que, o CONSEA além de ter sido um espaço onde articulações intersetoriais, interministeriais foram possíveis, assim como a criação de políticas de SAN nos mais diversos setores, também foi um espaço que possibilitou a produção de conhecimento.

Exemplo disso é a formação da da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) que ocorreu em 2017, como um dos desdobramento do I Seminário Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional de 2012, organizado por pesquisadores e conselheiros que compunham o CONSEA (REDE PENSSAN, 2022). Rede essa que, em um contexto de desmonte de políticas sociais e de crises, tem sido responsável por produzir conhecimento sobre a emergência da fome no Brasil atual, tendo construído dois relatórios emblemáticos que reportam o alastramento da INSAN no país de 2020 para cá (Cf. Rede Penssan, 2021; Rede Penssan, 2022). O que demonstra que as quase duas décadas de funcionamento do Conselho seguem dando resultados, a despeito da sua extinção do âmbito do governo federal.

Como podemos observar, o CONSEA foi um espaço que além de promover o debate e

a produção de conhecimento sobre temas relativos à SAN, foi de suma importância no combate à fome, à pobreza e às desigualdades sociais no país e isso por pelo menos três razões. 1- por seu poder de articulação entre o executivo, legislativo, judiciário com os movimentos sociais e as Unidades Federativas, que possibilitou a criação de políticas importantes na garantia do DHAA e da SAN; 2- por ser a principal expressão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), consistindo em um espaço onde o Sistema e a Política eram colocadas em prática; 3- por criar políticas e ações de fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo do PRONAF e do antigo PAA.

Evidenciando a importância de uma agenda governamental voltada à erradicação da miséria, assim como da responsabilização do Estado na garantia do DHHA. Algo que deixou de ser uma realidade a partir da posse de Jair Bolsonaro, que em seu 1º dia de governo extinguiu o CONSEA, através da Medida Provisória nº 870 (MP 870) (BRASIL, 2019). Comprometendo toda a estrutura do SISAN, afinal, com essa MP vieram cortes de orçamentos, extinção de órgãos que atuavam no âmbito das políticas de SAN e o desmantelamento de equipes técnicas que atuavam junto dessas políticas (DELGADO; ZIMMERMANN, 2022).

O que revela que o combate à insegurança alimentar não foi prioridade do governo de Jair Bolsonaro, que chegou ao ponto de negar a existência da fome no país em coletiva de imprensa¹⁷, evidenciando um profundo desconhecimento sobre a realidade do Brasil. Que mesmo sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo, tem experienciado um aumento extraordinário de pessoas passando fome, contato com um número de mais de 33,1 milhões em 2022 (REDE PENSSAN, 2022).

3.2 A extinção do CONSEA

Dessa forma, partimos da compreensão de que a extinção do CONSEA aconteceu de forma gradativa, tendo sido iniciado em 2016 a partir do golpe jurídico-midiático que a então presidente Dilma Rousseff sofreu, culminando no seu *impeachment* e no início do governo de Michel Temer. Com esse governo é colocado em curso um processo de esvaziamento de políticas sociais importantes, sendo as políticas e ações voltadas a SAN umas das mais afetadas,

¹⁷ O presidente Jair Bolsonaro afirmou que “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não” em coletiva de imprensa, em julho de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html Acesso em: 19 de julho de 2022.

o que foi elevado à máxima potência com a posse de Jair Bolsonaro em 2019 (Cf. Aliaga; Santos; Trad, 2020).

De acordo com Delgado e Zimmermann (2022), o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff tornou possível a instalação de um governo que deu início ao desmonte do SISAN e de todas as estruturas ligadas ao Sistema. Sendo a extinção do CONSEA, em 2019, uma das muitas consequências do desmantelamento do SISAN, que teve início ainda em 2016. Além disso, o governo Michel Temer oportunizou uma mudança radical no papel do Estado brasileiro. No sentido de deixar de lado o seu papel de promover o desenvolvimento e de assegurar a garantia de direitos sociais, como é o caso do DHAA, e passou a assumir uma postura conservadora, pautada numa perspectiva de Estado clientelista. Enfraquecendo nossas bases democráticas e tirando do Estado o dever de garantir que o cidadão brasileiro tenha acesso a direitos constitucionais.

Essa mudança drástica no papel do Estado brasileiro foi institucionalizada a partir da adoção do novo regime fiscal, sancionado através da Emenda Constitucional nº 95, conhecido popularmente como Teto de Gastos Públicos. Medida essa que congelou o teto de gastos do governo federal com saúde e educação pelos próximos 20 anos (DELGADO; ZIMMERMANN, 2022). A partir do governo de Jair Bolsonaro, caracterizado pelo seu viés ultraneoliberal e de extrema-direita, a construção das políticas se afastam ainda mais do processo democrático e as políticas de SAN são quase completamente esfaceladas. Enquanto que no governo Temer as políticas de SAN sofreram mais com ataques orçamentários, com redução radical nos repasses para programas e políticas de SAN, no governo Bolsonaro ocorreu a extinção massiva de órgãos e políticas de SAN, através da Medida Provisória nº 870/2019 (BRASIL, 2019).

A extinção do CONSEA foi uma jogada estratégica que a um só tempo suprimiu um espaço democrático e comprovadamente exitoso no que tange a construção e monitoramento de políticas de SAN, que direta e indiretamente garantia o DHAA da população, e estabeleceu uma política de Estado autoritária. O que é bastante simbólico, haja vista que a extinção do CONSEA e de outras estruturas do SISAN se deram no 1º dia de governo do então presidente, deixando nítido qual seria o tom do seu governo: autoritário e sem espaço para participação popular. Segundo Recine et al. (2020), esse processo de rompimento da articulação intersetorial e participativa que fez parte do CONSEA ao longo de suas quase duas décadas de atuação, implicou em um forte golpe de cunho autoritário em toda a estrutura do SISAN.

De maneira que, não apenas as políticas voltadas à questão alimentar sofreram consecutivos ataques e desmontes, mas também a própria democracia, algo expresso na

desativação do CONSEA, mas também na EC n° 95. Assim, com a crise política e de representação vieram as fissuras na democracia e nas conquistas que esta possibilitou ao longo das últimas décadas, especialmente na garantia de direitos humanos, sociais e constitucionais, sendo o DHAA exemplo disso.

Nessa esteira, junto com as crises democrática e de representação vieram as crises econômica, social, sanitária e humanitária, que foram potencializadas pela eclosão da pandemia de Covid-19 em 2020 e pela ingerência do Estado brasileiro frente a gravidade da pandemia e de seus desdobramentos. Com esse caleidoscópio de crises (MAGALHÃES, 2020) e a ausência de ações mais enérgicas por parte do governo federal na contenção das crises, o Brasil vivenciou um cenário de aumento do desemprego, das desigualdades sociais e, por conseguinte, da insegurança alimentar e da fome.

Embora o auxílio emergencial tenha sido uma medida importante para assegurar uma renda mínima para a população em vulnerabilidade socioeconômica, entendemos que o valor de \$600 reais em 2020 e de \$250 reais em 2021 foi, e segue sendo, insuficiente para garantir que as pessoas comam e vivam com dignidade. Em especial tendo em vista a alta crescente na inflação, que em 2022 chegou a 10,38%, com a cesta básica custando em média \$777,01 (IBGE, 2022). Nesse cenário de esvaziamento de políticas voltadas à SAN e diante do contexto de crises e de ingerência do Estado, o Brasil que tinha realizado o feito de sair do Mapa da Fome em 2014, acabou voltando para ele em 2020 (REDE PENSSAN, 2021).

De maneira que, com a diminuição do poder de compra da população, da alta da inflação e da diminuição da renda de muitas famílias, temos um número de mais de 60 milhões de brasileiros convivendo com algum nível de INSAN (FAO, 2022). O que aponta para a gravidade da situação, que aparentemente segue uma tendência mundial de retrocesso nas ações e políticas de combate à fome (FAO, 2021). Segundo os dados trazidos pela FAO (2021), até 2014 a fome no mundo vinha decrescendo consideravelmente, em função dos pactos internacionais e da implementação de políticas a nível nacional e local nos países membros da ONU. Contudo, a partir de 2020 ocorreu uma diminuição sem precedentes no combate a todas as formas de INSAN em todo o globo, sendo além disso o ano de eclosão da pandemia de Covid-19.

Esse cruzamento de acontecimentos não se deu sem implicações imediatas, em especial nos países mais pobres e naqueles onde as desigualdades sociais são mais gritantes, como é o caso do Brasil. Estima-se que cerca de 702 a 828 milhões de pessoas enfrentavam os vários níveis de insegurança alimentar ao redor do mundo em 2021, como resultado da pandemia esse número aumentou em 150 milhões (FAO, 2022). No Brasil, temos um número de mais de 33, 1 milhões em situação de INSAN grave, portanto, passando fome (REDE PENSSAN, 2022).

Com base nos seus quatro últimos relatórios, a FAO (2021) considera que os conflitos políticos, as variações climáticas, as crises econômicas e as dificuldades em custear dietas saudáveis são as principais causas da insegurança alimentar e má nutrição em todas as suas formas. Apesar disso, partimos da compreensão de que existem ainda outros fatores não só importantes, mas determinantes no aumento da INSAN a nível mundial e que não são considerados nesses relatórios.

Ou seja, os governos ultraneoliberais, com as suas políticas baseadas no Estado mínimo, por um lado, e a concessão de benefícios a grandes empresas, que possibilitam o acúmulo irrestrito de capital e aumento das desigualdades sociais, por outro. De modo a privilegiar grandes empreendimentos, multinacionais, deixando de lado empreendimentos em menor escala – como é o caso do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil.

Considerando que o CONSEA era responsável por monitorar políticas de SAN que beneficiavam e destinavam recursos para o pequeno produtor da agricultura familiar, a extinção do Conselho pode ser encarada como uma espécie de ‘corte de gastos’. Onde recursos federais pudessem ser realocados para agendas do interesse do governo atual, como é o caso do agronegócio. Tanto que de 2018 para cá, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que foi criado para impulsionar o parque industrial do país, tem financiado mais o agronegócio do que a indústria (AGÊNCIA SENADO, 2022), evidenciando qual é a prioridade da agenda governamental que vigora.

Além disso, de acordo com Recine et al. (2020, p.5) a extinção do CONSEA “fere e nega o princípio da participação social como elemento central da democracia, e ignora todo o sucesso das experiências brasileiras no combate à fome e à pobreza extrema e na promoção de uma alimentação adequada e saudável¹⁸ (tradução nossa)”. Afinal, um dos pontos fortes do CONSEA foi trazer para dentro da estrutura estatal e para o âmbito da construção das políticas, grupos historicamente silenciados, que puderam contribuir com as políticas de SAN a partir de suas realidades. De modo que, consideramos que suprimir um órgão comprovadamente eficaz como esse implica assumir que direitos constitucionais e humanos serão necessariamente violados, em especial tendo em vista o contexto de crise sanitária que vivenciamos a partir da emergência da Covid-19, que se amalgamou com as crises política e econômica que estavam postas.

Segundo Castro (2020), a pandemia da Covid-19 trouxe à tona o cenário de

¹⁸ “Hurts and denies the principle of social participation as a central element of democracy, and ignores all the success of the Brazilian experiences in combating hunger and extreme poverty and promoting adequate and healthy nutrition (RECINE et al., 2020, p. 5)”.

desigualdades sociais que compõem a sociedade brasileira desde a sua gênese, cenário esse que se intensificou e se alastrou tal qual uma epidemia. ‘Transbordou’ das periferias, dos bolsões de pobreza, tomando as ruas das cidades, sejam elas grandes ou pequenas. Passou a ser parte do cotidiano do brasileiro médio se deparar com homens e mulheres, muitas vezes carregando consigo suas famílias, em situação de mendicância em vários pontos das cidades. Sendo esse aumento catastrófico da pobreza, da fome uma das consequências de “como o Estado escolhe gerir a sociedade (CASTRO, 2020, p.9)”.

Nesse sentido, entendemos a negação do atual governo em dar continuidade a políticas sociais, o que é ainda mais sintomático no contexto da pandemia, como expressão máxima da instituição de necropolíticas (MBEMBE, 2018). Uma vez que o Estado, com base na soberania, exercita o biopoder sobre grupos populacionais, ele direta e indiretamente exerce o direito de deixar viver alguns e de expor à morte, e efetivamente fazer morrer, outros (ibdem). Assim, o Estado ao se valer da soberania sob a qual repousa o seu poder, usa da sua capacidade de controlar os corpos para criar novas tecnologias de morte, que ao serem institucionalizadas por meio das necropolíticas criam “mundos de morte”. Ou seja, possibilitam a criação de formas desumanas de existência social, produzindo lugares onde há fome de tudo: de comida, de dignidade, de espaços seguros que possam ser ocupados, de direitos sociais e humanos (FANON, 1991).

Dessa forma, o Estado brasileiro tem criado novas formas de necropolíticas, afinal, estas que originalmente eram direcionadas a grupos específicos, considerados indesejados e, portanto, descartáveis, com o contexto da pandemia foram estendidas a toda sociedade brasileira. Embora impactem de formas diferentes os diversos grupos sociais que compõem a nossa sociedade, afetando com muito mais força grupos historicamente marcados por processos de vulnerabilização, afetaram, em alguma medida, toda a sociedade.

Isso significa dizer que, o Estado não mais se limita a distribuir morte a parcelas específicas da população, agora são criados mundos de morte onde a população como um todo é encarada como um suprimento descartável (PEREIRA; PICELLI, 2020). O que se torna nítido quando encaramos os números de mais de 693 mil mortos por Covid-19, que poderia ter sido um número consideravelmente inferior, caso a vacina tivesse chegado mais cedo e se houvesse uma campanha de vacinação nacional massiva, que não aconteceu. Assim como o número de brasileiros vivenciando os vários níveis de INSAN, que são mais de 60 milhões, que vem perdendo na qualidade e quantidade de suas refeições cotidianas, para tentar não passar fome.

O que tem impactos a médio e longo prazo na saúde e qualidade de vida dessas pessoas, haja vista que diante da diminuição da renda e do poder de compra, as pessoas tendem a

substituir alimentos *in natura* e minimamente processados por alimentos processados e ultraprocessados. Isso, por estes serem mais baratos, duráveis e no mais das vezes demandarem menos tempo de cocção, além de serem uma alternativa mais acessível para evitar que falte comida na mesa. De modo que, quanto menor a renda, maior a frequência do consumo desse tipo de alimento (ROSETTI, 2015; CORREIRA, 2016).

Já sendo um indicativo de insegurança alimentar, afinal, ter que vivenciar a perda na qualidade de sua alimentação para evitar passar fome, já é estar em insegurança alimentar, ainda que ‘leve’. Afinal, é preferível consumir alimentos ricos em sais, gorduras e açúcares, que a longo prazo podem provocar o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), do que ficar efetivamente sem ter o que comer. O que, entre outras coisas, consideramos ser um dos muitos produtos do desmontes das políticas de SAN no Brasil atual.

3.3 O contexto local da Paraíba

Diante disso, desse processo de esfacelamento de políticas de SAN a nível federal, busquei investigar como tem se dado as políticas de SAN no contexto local do estado da Paraíba. Assim, uma das etapas do meu trabalho de campo ocorreu fora do espaço da CECAF. Isso porque ao saber que o CONSEA do estado da Paraíba seguiu atuando, a despeito da extinção do CONSEA nacional, estabeleci contato com a secretaria do CONSEA-PB e falei do meu interesse em dialogar com a presidente desse órgão, Mãe Renilda. Embora as expectativas fossem baixas, fui atendida com bastante presteza, tanto pela secretaria do CONSEA-PB quanto por sua presidente. Assim, tive a oportunidade de acompanhar a primeira reunião presencial do CONSEA-PB no ‘pós-pandemia’ e de entrevistar a presidente, que se mostrou bastante disposta a contribuir com a minha pesquisa.

Nesse sentido, ainda que o CONSEA nacional tenha sido a maior expressão do SISAN, é importante não perder de vista que um dos objetivos do SISAN era se capilarizar, de modo a ser implantado nos estados e municípios Brasil afora. Para isso, ao longo da sua existência, foi incentivado a criação de CONSEAs estaduais e municipais, assim como a implantação do SISAN nos contextos locais das unidades federativas. A despeito da extinção do CONSEA nacional, conselhos estaduais e municipais em alguns estados e municípios seguiram atuando, sendo o CONSEA-PB um desses exemplos de resistência na luta pela continuidade do SISAN e da construção democrática de políticas de SAN.

Dessa forma, o CONSEA-PB foi criado em 2003, no governo de Cássio Cunha Lima, através do Decreto nº 24.029/2003 (PARAÍBA, 2003). Contudo, a Paraíba só passa a ter uma

Política de Segurança Alimentar e Nutricional mais estruturada com a criação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (SESAN/PB), que ocorreu em 2008 através da promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (LOSAN/PB) Lei nº 8.706/2008 (PARAÍBA, 2008). Assim, a LOSAN/PB dispõe do conceito de SAN, bem como das diretrizes e objetivos do SESAN/PB. De acordo com o Art. 6º da LOSAN,

O SESAN é integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, do Estado, e da sociedade civil, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, respeitada a legislação aplicável (Art.6º LOSAN/PB nº 8.706/2008).

De acordo com Vasconcelos (2017), a adesão da Paraíba ao SISAN aconteceu há pouco mais de 10 anos, em 2011, no governo de Ricardo Coutinho. Isso, durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que aconteceu em Salvador/BA, onde foi lançado o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do país. O que mostra um avanço consideravelmente lento das políticas de SAN no estado, haja vista que o CONSEA-PB foi fundado em 2003, mas só aderimos ao SISAN, possibilitando a constituição do SESAN/PB, quase uma década depois.

O CONSEA-PB é ligado desde a sua fundação ao gabinete do governo do estado, tendo como principal finalidade incentivar que a sociedade civil participe da elaboração e monitoramento das políticas de SAN junto da gestão pública. O CONSEA-PB é composto por 42 conselheiros, representando entidades diversas, sendo 2/3 sociedade civil e 1/3 da gestão pública. Além disso, o Conselho tem sede própria, que fica localizada na Casa dos Conselhos no centro de João Pessoa, dispondo de duas salas, com equipamentos e espaço para realização de reuniões. A presidente do CONSEA-PB foi enfática ao dizer que o Conselho dispõe de recursos financeiros e humanos para desenvolver as atividades do CONSEA-PB, tendo, inclusive, o que ela chamou de “QQD”, que é o quadro de detalhamento de despesas. De acordo com ela,

[...] o governo do estado, “ele” fez questão do consea continuar, e olhe que não era nem ano eleitoral, mas “ele” fez questão de continuar porque “ele” achava importante naquele momento, né? O conselho nacional ter se desmontado, né? Mas o conselho estadual, “ele” permanecer vivo para trabalhar a segurança alimentar no estado. E com toda estrutura. O nosso “QDD”, o nosso QDD fica na casa civil, né? [...] (Mãe Renilda, 67 anos, 19 de maio de 2022).

Isso implica dizer que o Conselho conta com recursos para pagamento de diárias de conselheiros que vêm de outras localidades do estado, exceto das cidades que compõem a grande João Pessoa, para a participação na reunião mensal do CONSEA-PB, que acontece sempre na penúltima quinta-feira de todos os meses. Assim, o CONSEA-PB conta com conselheiros representantes de várias entidades ligadas à questão alimentar direta e indiretamente, vindos do Litoral ao Sertão do estado. De acordo com a presidente, no período da pandemia da Covid-19 as reuniões do CONSEA-PB ocorreram de forma integralmente remota, e começou-se a retomar as atividades presenciais gradativamente em 2022, depois que a vacinação se tornou amplamente acessível e o índice de mortalidade por Covid-19 decresceu.

Imagem 10: Fachada da Casa dos Conselhos onde se encontra localizado o CONSEA-PB



Fonte: arquivos da autora (2022)

A primeira reunião presencial “pós-pandemia”, termo utilizado ao longo da reunião, ocorreu na sala de reuniões do CONSEA-PB no dia 19 de maio de 2022, que deve comportar

em média 20 pessoas, e não pude deixar de observar que a maioria dos conselheiros presentes eram mulheres, num total de 7 contando com a presidente. Haviam apenas dois homens, fora os funcionários do Conselho, um deles estava lá como convidado e outro que de fato era conselheiro. Isso pode indicar que há um maior interesse pela temática da alimentação entre as mulheres do que entre os homens, por uma questão de gênero. Afinal, culturalmente são as mulheres as mais envolvidas com a alimentação e com o processo de compra, gestão e preparação dos alimentos.

Ao longo da reunião foram distribuídas folhas impressas com a pauta do dia, que era: informes; discussão sobre a semente transgênica; o programa Tá na Mesa; ações de SAN no ‘pós-pandemia’; planejamento de ações para 2022; encaminhamentos. Embora a lista de presença com os nomes das entidades que têm cadeira no CONSEA-PB seja extensa, como pode ser notado, o número de conselheiros presentes não chegou a 10. Inclusive, nesse dia não havia nenhuma representação da agricultura familiar, apesar de haver entidades desse segmento entre os conselheiros dos CONSEA-PB.

Ao longo da pesquisa de campo na CECAF, porém, foi observado que a maioria dos feirantes-agricultores familiares entrevistados não sabiam da existência do CONSEA nacional, tampouco do CONSEA-PB. Foi recorrente no decorrer da pesquisa o estranhamento em relação ao conceito de SAN, poucos conheciam esse conceito e a existência de políticas voltadas para a garantia da SAN da população brasileira, embora alguns deles fossem beneficiados por tais políticas, através do antigo PAA. Alice, por exemplo, demonstrou surpresa quando falei da existência do CONSEA nacional e do CONSEA-PB, contou que nunca tinha ouvido falar, mas que considerava importante a existência de um espaço como esse e lamentou a extinção do CONSEA nacional.

Além disso, foi notável a existência de uma desconfiança considerável dos feirantes-agricultores familiares entrevistados com o campo político e com a atuação dos políticos de modo geral, sobre isso seu Sebastião diz que

É tanto de tal que no município tem um vereador que é bom de voto, o deputado ou senador procura logo ele e tome dinheiro na mão daquele povo, eles vão crescendo e enganando o povo com tapinha nas costas. Aí pronto, a política agrícola pra gente ‘tá’ defasada. [...] A gente tem vezes que ‘fica’ revoltado por causa disso, porque não existe uma política agrícola voltada em benefício da gente (seu Sebastião, 69, 23 de junho de 2022).

Seu Joca segue uma linha reflexiva semelhante a de seu Sebastião, ambos se mostram desconfiados com programas governamentais e com a insuficiência dos programas e ações

governamentais, voltados para a SAN e para a agricultura familiar. Seu Joca argumenta que os programas de SAN que oferecem refeições a preços populares, como o Tá na Mesa, são “muito trabalhosos”. Isso porque

É, isso é... Vamos dizer assim, pra mim, eu acho como se fosse negócio de ‘Branca de Neve’, né?! (Risos) É, história de Branca de Neve, porque ‘eles’ não faz não [garantem a SAN da população]... Você vê pra gente... Eu digo pra gente os humanos, né? Pegar isso de alimentação que a Prefeitura dá, que é dois reais parece, ou é um e cinquenta. É uma mão de obra... Você já viu, já? Já pegou a mão de obra? Não? Já experimentou? Acho que chega na fila de nove horas, oito e meia pra pegar aquele ‘comerzinho’ de doze horas (seu Joca, 67 anos, 09 de junho de 2022).

Embora todos os entrevistados afirmem que tem conseguido garantir a própria SAN, eles entendem que essa não é a realidade de boa parte da população brasileira. A maioria deles atribui a garantia da própria SAN ao fato de terem acesso à terra e terem a possibilidade de plantar, algo que não é a realidade de muitos, inclusive, no meio rural. Sobre isso Paulo diz que

Eu conheço muita gente lá [no sítio]... Porque não tem acesso como a gente tem, né? Porque a gente lá, a gente tem tipo, sítio pra plantar e esse pessoal não tem. Tipo, só tem a casinha, e tipo, vamos dizer assim, os maridos das mulheres trabalham de servente, aí só depende daquele salário (Paulo, 25 anos, 07 de julho de 2022).

De modo que, podemos observar as dificuldades postas em termos de garantia de SAN não só no âmbito urbano, mas também no meio rural, embora de acordo com os relatos dos feirantes-agricultores familiares da CECAF, seja menos frequente. Assim sendo, consideramos de suma importância a inclusão de representantes diretos da agricultura familiar em espaços institucionais, como o CONSEA-PB, para que possam levar suas perspectivas sobre as políticas de SAN e políticas voltadas para à agricultura familiar. De modo a trazer as suas demandas diretamente para espaços onde estas possam ser convertidas futuramente em políticas públicas.

Dessa forma, na entrevista com a presidente do CONSEA-PB, perguntei sobre essa representação, ao que ela respondeu que as que participam são o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAC), o Centro de Ação Cultural (CENTRAC), assim como Redes e Coletivos. Posteriormente descobri que a CECAF também tem cadeira no CONSEA-PB, apesar disso não foi mencionada pela presidente do CONSEA-PB, provavelmente por não configurar em uma representação direta da agricultura familiar, por ter um viés institucional. De acordo com a lista de participantes do CONSEA-PB só observei duas entidades de

representação direta a FETAG e o MST. O que nos parece ser insuficiente para atender as demandas da agricultura familiar paraibana.

Ademais, cheguei a questionar o porquê haviam tantos conselheiros na lista e na teoria compondo o CONSEA-PB e tão poucos na reunião, foi dado a entender que isso se devia a questões políticas. Ao conversar com a presidente sobre isso, ela disse que a reunião foi esvaziada por o CONSEA-PB estar voltando aos poucos e por não ter tido recursos para diárias, para pagar o deslocamento dos conselheiros que não são da grande João Pessoa. Um ponto importante, porém, é que durante a reunião foi sugerido que a quantidade de conselheiros fosse “enxugada”.

Isso porque nem todos que têm cadeira no Conselho de fato constroem o CONSEA-PB. Pelo o que pude notar através dos discursos dos conselheiros presentes, muitas entidades que compõem o CONSEA-PB não participam ativamente do Conselho há algum tempo. Por outro lado, pode ser problemático pretender “enxugar” a lista de participantes, por talvez tirar o direito de entes interessados de participar do Conselho futuramente. Evidenciando que existem disputas políticas em curso no âmbito do CONSEA-PB, ainda que sutilmente.

Apesar disso, a minha principal impressão do CONSEA-PB foi que, com todos os problemas do momento chamado de “pós-pandemia”, da crise política e econômica que vivenciamos, o Conselho conseguiu se manter atuante. E pelo o que foi dito na reunião, o governo do estado se mostra preocupado em garantir que os mais pobres tenham acesso ao mínimo em termos de alimentação. Exemplo disso são os esforços para manter o Programa do Leite, que ocorre sem recurso federal, e o Programa Tá na Mesa, criado em 2020, que tem sido fundamental para impedir que as pessoas mais vulneráveis passem fome na Paraíba. Esse programa consiste em uma parceria entre os governos municipais e o governo do estado, oferecendo almoço por \$1,00 real em restaurantes selecionados via licitação.

Atualmente, o Tá na Mesa atende 147 dos 223 municípios paraibanos e está em processo de expansão. Embora haja tentativas de enfraquecer o programa através de denúncias sobre a qualidade da comida servida a população que, segundo a gestão e os membros do CONSEA-PB, não procedem e tem um cunho marcadamente político. Contudo, foi deixado muito claro que o CONSEA-PB atua na fiscalização de denúncias como essas e monitora a implementação das políticas e ações de SAN no estado, justamente para entender quais são as demandas dos municípios e para melhorar o que for necessário.

Apesar da presidente do CONSEA-PB afirmar que a extinção do CONSEA nacional não trouxe impactos para o contexto local da Paraíba, foi possível observar que em alguma medida o desmonte das políticas de SAN tem inevitavelmente chegado na Paraíba. Sobre a

continuidade do CONSEA-PB ela diz que,

[...] para o nosso [Conselho] não trouxe muito não, porque a gente tinha um governo que acreditava na segurança alimentar e apoia justamente essa ação. Como você viu hoje, pelo menos, que nós temos o governo dentro do CONSEA-PB. Em outros estados foi um impacto muito grande [a extinção do CONSEA nacional], onde eu vi CONSEAs que foram fechados estaduais, porque a partir da hora que o governo nacional, desmonta o conselho nacional, aí aquele CONSEA de outro estado que não teve condições de ter um governo que assegurasse esses Conselhos, eles tiveram que fechar as portas também. Agora aqui na Paraíba não, aqui na Paraíba graças ao governo ter essa sensibilidade, e realmente o conselho continua, e de vento em popa (Mãe Renilda, 67 anos, 19 de maio de 2022).

No entanto, a luta do governo estadual para manter o Programa do Leite, por exemplo, apenas com recursos próprios evidencia que os desmontes tem chegado na Paraíba também. Ademais, há de se reconhecer que mesmo o Tá na Mesa sendo um programa importante, especialmente no contexto de alastramento da fome, tem suas limitações, haja vista que oferece apenas um refeição por dia, de segunda a sexta. Ou seja, mesmo garantindo que uma parcela da população em situação de vulnerabilidade da Paraíba tenha acesso a pelo menos uma refeição por dia, isso não significa dizer que o Tá na Mesa está garantindo que essas pessoas tenham SAN.

O objetivo aqui não é negar a imprescindibilidade do programa, que inegavelmente tem possibilitado o acesso à alimentação saudável e adequada aos paraibanos em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao menos uma vez por dia. E que, inclusive, está sendo expandido e recentemente deixou de ser um programa emergencial para se tornar permanente através do Projeto de Lei nº 3.643/2022 (PARAÍBA, 2022). O que buscamos problematizar é o alcance do programa, que em um contexto de valorização das políticas de SAN a nível federal poderia ser bem maior.

No decorrer da reunião foi discutido sobre quais desafios estavam postos em termos de garantia da SAN nesse “pós-pandemia”, foi consenso entre os conselheiros que os desafios desse ‘pós’ são muito maiores do que os desafios surgidos ao longo da própria pandemia. Afinal, a fome aumentou exponencialmente de 2020 para cá em todo o país e no nosso estado não foi diferente. Assim, foi questionado o que poderia ser cobrado do governo do estado em termos de combate à INSAN, a melhor sugestão que foi dada por uma das conselheiras foi o aumento das compras públicas através do antigo PAA que agora é Programa Alimenta Brasil (PAB). O que é uma proposta interessante, tanto por gerar renda para a agricultura familiar, quanto por possibilitar que um maior número de paraibanos tenha acesso à alimentos *in natura*,

que tendem a serem mais saudáveis, principalmente se cultivados de forma agroecológica.

De acordo com o que foi discutido, existe uma frente parlamentar voltada para a SAN que é muito mais “discurso do que prática”, mostrando que o debate em torno da SAN na Paraíba não é encarado como prioridade em todos os âmbitos da gestão pública, em especial no domínio legislativo. Além disso, foi trazido que o CONSEA-PB tem comissões internas que não tem se reunido nos últimos tempos, o que aponta para uma possível desarticulação dentro do próprio Conselho, que aparentemente tem relação com o contexto da pandemia.

Ademais, foi exposta a necessidade de se saber quantos CONSEAs municipais existem na Paraíba. Isso seria importante para monitorar os Conselhos municipais existentes, auxiliando eles no que for necessário, de modo a possibilitar a para implantação do SISAN onde já existem esses Conselhos. Pelo o que foi dito essas informações já existem nas bases de dados do CONSEA-PB, porém, na reunião ninguém soube estimar a quantidade de Conselhos existentes ou onde seria possível acessar esses números.

De maneira que, ter acesso a esses dados seria interessante para cruzar os dados de onde existem CONSEAs municipais e onde há a implantação do projeto Tá na Mesa. Isso, com o objetivo de fazer uso desses CONSEAs para melhorar as políticas de SAN do estado. Outra demanda discutida foi o lançamento do Plano Estadual de SAN da Paraíba do ano de 2022, que até maio deste ano ainda não tinha ocorrido. De acordo com o que encontramos no site do governo do estado, isso só ocorreu em julho de 2022, tendo sido lançado o II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba 2020-2023 (PARAÍBA, 2022).

Dessa forma, foi possível notar que mesmo o CONSEA-PB seguindo atuante após a extinção do CONSEA nacional, tendo trabalhado, inclusive, no contexto da pandemia, os desmontes das políticas de SAN a nível federal impactaram em alguma medida as políticas de SAN a nível estadual. Quer dizer, se não na construção e implementação de políticas de SAN, na sua extensão e alcance, o caso do Tá na Mesa ilustra bem essa situação, pois mesmo sendo um programa importante, é insuficiente para garantir a SAN dos mais pobres, dada a limitação da quantidade de refeições por dia que oferece.

O que evidencia que apesar dos esforços do governo do estado, o contexto da pandemia de Covid-19 e o desmonte de estruturas e órgãos que anteriormente garantiam a SAN da população brasileira, trouxe impactos para o contexto local do estado da Paraíba. Impondo algumas limitações as políticas de SAN propostas pelo CONSEA-PB com aval do governo estadual no período da pandemia, como podemos ver até aqui.

Dentro do próprio CONSEA-PB há o reconhecimento do quanto a pandemia foi devastadora em vários níveis, fazendo aumentar não só a fome, mas também o desemprego,

influindo diretamente na diminuição de renda dos mais pobres, daqueles que dependiam do fluxo de pessoas circulando nas ruas para garantir o próprio sustento, como os autônomos, pequenos comerciantes e feirantes, apenas para citar alguns exemplos. No caso dos feirantes-agricultores familiares, foi questionado na reunião o que o governo poderia fazer para gerar renda para esse grupo, que foi um dos mais afetados pela pandemia pelas crises política-econômica que atravessaram o país.

Foi sugerido que se aumentassem as compras institucionais por meio do antigo PAA, atual Programa Alimenta Brasil (PAB), e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O que não necessariamente aconteceu, ao menos no decorrer da pesquisa que deu origem ao presente trabalho. Embora os programas de compras institucionais e de doação simultânea tenha seguido com suas atividades, não se verificou qualquer tipo de aumento nas verbas destinadas ao PAA e PNAE em 2022.

4 PERCEPÇÕES DOS FEIRANTES-AGRICULTORES FAMILIARES DA CECAF-JP SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, SAN E POLÍTICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Nesse capítulo, iremos refletir sobre as percepções acerca da alimentação saudável e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos feirantes-agricultores familiares da CECAF da cidade de João Pessoa. No sentido de analisar como as suas representações sobre seu consumo alimentar e sobre a sua *cultura alimentar* se relacionam com as suas percepções sobre o conceito de SAN. Dessa forma, nos propomos a refletir sobre os pontos de convergência e de distanciamento entre o conceito de SAN e as realidades dos feirantes-agricultores familiares da CECAF, mediados pela *cultura alimentar*. E que relação isso tem com as políticas de SAN e de fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que as políticas de SAN e a agricultura familiar estão inseridos em um contexto de disputas políticas e narrativas.

Isso, levando em consideração a compreensão que esse grupo tem de sua própria SAN e da SAN da população brasileira no caleidoscópio de crises que atravessaram o Brasil a partir da eclosão e intensificação da pandemia de Covid-19. Problematizando a mudança do papel do Estado, que em momentos políticos anteriores atuava como promotor de direitos sociais, a exemplo do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). De modo a compreender como esses sujeitos entendem a SAN em contextos de crises, como o que vivenciamos de 2020 para cá.

Para tanto, partiremos de uma perspectiva antropológica a fim de discutir a alimentação por uma ótica biossocial, haja vista que o “comer” tem a condição da necessidade biológica, mas também das interações socioculturais. Dessa forma, pode-se dizer que a alimentação é um fenômeno ambivalente, porque vai atender necessidades nutricionais, orgânicas, mas também interesses políticos, econômicos (CONTRERAS; GRACIA, 2011). Com isso, queremos dizer que a alimentação é um fenômeno inegavelmente multifacetado e multideterminado, sobre o qual a antropologia tem muito a dizer.

4.1 Concepções sobre alimentação saudável dos feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP

O que se entende por *alimentação saudável* tem várias interpretações possíveis, seja em termos do que as inúmeras perspectivas nutricionais propõem, seja em termos das práticas alimentares adotadas por diferentes grupos sociais, nas mais diversas regiões e localidades ao

redor do mundo. De acordo com Ambrosi e Grisotti (2021), o que se entende por *comer saudável* assume diferentes significados a depender das linhas dietéticas compreendidas como benéficas à saúde. Sendo estas várias, a exemplo da nutrição funcional, da dieta paleolítica, da alimentação vegetariana e suas variações, da dieta *low carb*, apenas para citar algumas.

Logo, os dilemas da modernidade¹⁹ nas escolhas alimentares são incontáveis, dada a quantidade quase infinita e, por vezes, contraditória de informações disponíveis sobre alimentos e dietas consideradas boas e/ou ruins para a saúde. Sobre isso Fischler (2011) argumenta que o que se come está envolto em uma série de questões socioculturais, onde existem regras implícitas em relação ao que comer ou não comer, como comer, em quais horários e assim por diante. A quantidade e diversidade de regras existentes torna comer na contemporaneidade, no mais das vezes, um processo envolto em desconfianças e inseguranças, de acordo com o autor.

Apesar de pesquisas realizadas por especialistas ora afirmarem que determinados alimentos são benéficos, a exemplo do café, ora afirmarem que esses mesmos alimentos trazem malefícios para a saúde, gerando sentimentos ambíguos nas pessoas (FISCHLER, 2011). Partimos da compreensão de que o consumo de um alimento isoladamente não tem o poder de definir se a alimentação de um sujeito é saudável ou não (GRISOTTI, AVILA-PIRES, 2016). Isso porque a categorização do que seja saudável ou não, não se reduz ao consumo, ainda que regular, de apenas um alimento ou produto, mas sim pela posição do que é consumido na dieta de um indivíduo, assim como por seus hábitos de modo geral (ibidem).

Isso significa dizer que, a tentativa de rotular um alimento como bom ou mau para a saúde de forma isolada, sem levar em conta outros aspectos da dieta e estilo de vida de quem consome esse alimento, consiste em uma simplificação de vários fatores. Sendo estes que definem se uma dieta é saudável ou não. Seguindo na esteira de Ambrosi e Grisotti (2021, p. 1963), entendemos que o saudável é “um termo polissêmico e questionável”. Ou seja, o contexto da alimentação e da vida de um sujeito, grupo é muito mais importante para compreender a qualidade de sua alimentação do que o consumo isolado de certos alimentos.

O que pode ser observado no trabalho de Grisotti e Avila-Pires (2016), que com base em pesquisas sobre hábitos alimentares e estilos de vida refletem sobre o caráter multideterminado e multifatorial da alimentação e do que pode ser considerado uma alimentação saudável. Um bom exemplo trazido pelos autores é o caso dos cortadores de cana de açúcar de Cuba, a partir dos quais Pollan (2008) trabalhou, que consomem 6.000 calorias

¹⁹ Por modernidade trago aqui a perspectiva de Fischler (2011) que pensa como as mudanças sociais, políticas e econômicas tem trazidos impactos para a constituição dos sistemas alimentares e, por conseguinte, para as dietas dos indivíduos.

cotidianamente, considerada uma dieta de alta caloria, chamada de “comida pesada” pelos feirantes-agricultores familiares da CECAF. Algo que, não levando em conta o alto gasto calórico que o trabalho braçal demanda, poderia levar a crer que estaríamos diante de uma dieta que levaria essas pessoas a desenvolverem Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como diabetes e obesidade. O que não necessariamente ocorre, dado o alto gasto calórico exigido pelo trabalho no campo. No entanto, isso não significa dizer que não haja qualquer risco, em maior ou menor grau, de desenvolvimento de DCNTs.

Cabe exaltar que isso significa dizer que, os hábitos alimentares de uma determinada população ou grupo social devem ser compreendidos a partir das interações complexas que ocorrem entre alimentação, sociedade e cultura. De modo que a alimentação e as comidas que se consomem são entendidas como essenciais para a existência humana em termos biológicos, mas também em termos socioculturais (BOGADO, 2022). Logo, a preparação, conservação e o consumo, assim como a exclusão de alimentos da dieta, têm significados sociais e contribuem na construção identitária dos grupos sociais (AMON, MENASCHE, 2008).

Nesse sentido, entendemos que um dos pilares da *alimentação saudável*, embora não seja o único, é o consumo da “comida de verdade”. De acordo com Menasche e Machado (2019), apoiadas nas diretrizes do manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), de 2015, a chamada comida de verdade é condição necessária para que haja vida. Ou seja, é o que garante que o ser humano tenha algum nível de qualidade de vida e que o meio ambiente não seja ainda mais degradado, por formas predatórias de produção. Afinal, considera-se que a comida de verdade é a comida produzida a partir da agricultura familiar, de bases agroecológicas, protegendo e respeitando a cultura alimentar de um povo, a sociobiodiversidade, as práticas e saberes tradicionais.

A comida de verdade não é uma “coisa”, uma mercadoria, que está completamente sujeita a interesses mercadológicos e econômicos. Ela é acima de tudo um meio de erradicar a fome sem trazer prejuízo para a saúde humana e para o meio ambiente. Assim como de assegurar a soberania alimentar dos muitos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Além disso, através da comida de verdade se torna possível proteger o patrimônio cultural e genético das variedades nativas. De modo que, haja possibilidade de reconhecermos a memória, a identidade, as tecnologias ancestrais, os saberes e os sabores que constituem a cultura alimentar de uma população.

Assim, partimos da compreensão que definir o que seja uma alimentação saudável é algo bastante complexo, que vai se relacionar tanto com o consumo alimentar das pessoas, quanto com seus estilos de vida. Porém, entendemos que a *alimentação saudável* tem relação

com o consumo de “comida de verdade”, ou seja, de alimentos *in natura* e minimamente processados, e de preparações feitas a partir disso. Logo, iremos refletir sobre as concepções acerca do que seria *alimentação saudável* para os feirantes-agricultores familiares da CECAF que foram entrevistados ao longo dessa pesquisa etnográfica. De modo a evidenciar a amplitude de suas percepções sobre a qualidade de sua alimentação em tempos de Covid-19 e como esta se relaciona com o cenário de crises que tem atravessado o Brasil desde 2020, impactando em algum nível o contexto local da Paraíba. Assim sendo, iremos observar que existe uma variabilidade considerável de percepções sobre alimentação saudável e o ser saudável.

Elena, por exemplo, feirante-agricultora familiar de 50 anos, tem uma alimentação baseada em alimentos *in natura* e em comidas feitas a partir desse tipo de alimentos. Ela afirma evitar alimentos “enlatados”, que são processados e ultraprocessados, por considerar que esses não fazem bem a sua saúde e para evitar o agravamento do refluxo que tem. Elena argumenta que “esses negócios de enlatados, nunca me fez bem, sempre quando a gente come, eu tenho meu problema de estômago, como eu já disse, aí sempre dá um problema maior ainda” (02 de junho de 2022).

Assim, ao ser questionada se considera ser uma pessoa saudável, Elena afirma que não. E ela justifica sua resposta com o fato de ter alguns problemas de saúde, que vão desde gastrite, refluxo, dores no corpo a pressão alta e faringite crônica. Elena conta que “tem dia que eu não posso nem ‘bater o olho’ de tanta dor [...] ‘Homi’, é dor por todo canto. ‘Ói’ [olhe], tem dia que eu não fecho a mão direito, porque dói isso aqui. Eu ‘tô’ com isso aqui tudo doído, a coluna acabando comigo...” (02 de junho de 2022). Ela atribui as suas dores ao trabalho na roça, que começou a realizar ainda na infância, aos 9 anos de idade.

Ela conta aos risos que o médico já tirou “um bocado de coisa” de sua dieta e diz que dá preferência ao consumo de alimentos naturais, que só foge um pouco da rotina nos dias de feira, quando se permite comer bolo que compra em alguma das lanchonetes da CECAF. Ao ser questionada se algo mudou em sua alimentação em função da pandemia e das crises intensificadas por esta, ela afirma que não. Diz que tudo seguiu igual, apesar da redução de renda sofrida com o fechamento da feira e com a diminuição do fluxo de pessoas na CECAF. Quando perguntei o que seria *alimentação saudável*, Elena respondeu que seria “comer bem”. Contudo, ao ser questionada se comia bem, ela afirmou que não, em função da correria do cotidiano, do corre-corre entre o trabalho na roça e o trabalho na CECAF.

Já seu Joca, feirante-agricultor familiar de 67 anos, assim como Elena tem uma alimentação baseada em alimentos *in natura* e afirma que não come alimentos e comidas processadas ou feitas a partir desses produtos, a exemplo de lasanha e frituras. Ele conta que

Eu não como linguiça. Eu não como salsicha. Não como mortadela. Não como enlatado. Olhe, esse negócios que leva muita gordura, eu não como não [...] Porque tem produto químico, né? Aí eu não... Não dá pra mim não. Eu tenho muito medo da química, sabe? Eu não gosto não. [...] Eu tenho até nojo do nome lasanha. Porque aquele horror de ‘bugiganga’ que bota dentro. Tem tanto do veneno ali que você nem sabe (Seu Joca, 67 anos, 09 de junho de 2022).

Segundo Krone (2018), não é incomum encontrar entre agricultores familiares, residentes de zonas rurais, um discurso pautado na desconfiança e na aversão a alimentos industrializados. São alvos de desconfiança principalmente as propriedades químicas dos alimentos processados e ultraprocessados e os modos através dos quais estes são produzidos. E isso é baseado tanto nas informações que chegam através dos meios de comunicação, que por vezes trazem dados contraditórios sobre a qualidade de certos alimentos, quanto por informações que chegam por meio de conversas cotidianas, informais. O que, como afirma Fischler (2011), Contreras e Garcia (2011), faz com que o comedor contemporâneo tenha suas desconfianças diante da complexidade do sistema agroalimentar e das inúmeras regras que tem surgido sobre o que comer e o que não comer.

Ao ser questionado se considera ser uma pessoa saudável, seu Joca afirma que “eu me considero, graças a Deus e agradeço muito a Jesus Cristo. Eu não tenho uma dor de cabeça de nada” (09 de junho de 2022). Apesar disso, ele conta que tem hipertensão há muitos anos, mas é que “pouca coisa”, então não faz nenhum tratamento, uso de medicamento ou acompanhamento médico. Seu Joca conta que o único cuidado que tem com a pressão é fazer uso de chá de mastruz e complementa em tom jocoso que o tratamento que faz é “no roçado limpando uma coisa e tirando outra...” (09 de junho de 2022).

Contudo, um ponto bastante marcante da sua fala é quando diz que a sua única doença é a sua cor. Quando pergunto o porquê ele diz “porque é preta [...] é a única doença que eu tenho”. O que é aqui entendido como uma das máculas do racismo estrutural²⁰ que atravessa a constituição cultural, econômica e histórica do nosso país e do imaginário brasileiro sobre a população negra. De maneira que o racismo é tão profundo e problemático que faz com que pessoas negras tenham uma autoimagem distorcida, como podemos observar na fala de seu Joca. Ele não aprofundou sua reflexão, mas entendo que se refere aos preconceitos, discriminações e outras investidas sociais sobre as pessoas não brancas da sociedade brasileira.

²⁰ A interpretação desse trecho do pensamento de seu Joca nos remeteu ao pensamento de Almeida (2018), quando aborda o racismo estrutural. Isso porque é possível depreender como o racismo atravessa todos os setores da vida de uma pessoa negra, afetando a sua vida social, econômica, assim como a sua autoestima e autoimagem.

Em relação a sua alimentação em tempos de pandemia, seu Joca afirma que nada mudou para ele, mesmo com o fechamento da feira. Isso, muito provavelmente pelo fato de já ser aposentado e ter uma renda fixa, ao contrário de boa parte dos feirantes-agricultores familiares entrevistados que dependem exclusivamente da agricultura para sobreviver. Ele relata que

Pra ‘mim’ Graças a Deus, a maior glória que eu tenho é porque eu posso comer bem. Eu como o que eu quero, o que eu gosto. ‘É’ duas coisas que eu tenho prazer. É de comer bem e dormir a hora que eu quero. Entendeu? [...] Não mudou porque eu já vinha há muito tempo me cuidando com esse negócio de alimentação, sabe? Porque quando passa dos cinqüenta, ou ‘breca’ ou ‘desembesta’. (Risos) Aí eu venho devagar. Aí eu sempre tenho minhas coisas sadias, sabe? Que eu procuro pra comer (Seu Joca, 67 anos, 09 de junho de 2022).

Nesse sentido, podemos observar que existe uma nítida consciência em Elena e em seu Joca sobre a necessidade de atentar para o que se come a fim de evitar o desenvolvimento e agravamento de doenças, especialmente DCNTs que ambos já têm. Quer dizer, a partir de suas experiências corporais e das sensações de bem-estar que sentem ao consumir o que consideram “bom para a saúde”, é que fazem as suas escolhas por alimentos que consideram saudáveis.

Nildo, feirante-agricultor familiar de 50 anos, segue uma linha semelhante. Ele também afirma dar preferência aos alimentos *in natura*, especialmente aqueles que produz e que compra na feira, evitando os alimentos industrializados. Isso, por entender que essas comidas têm “muita química”. Nildo relata que fez algumas mudanças em sua alimentação visando preservar a própria saúde, devido ao diagnóstico de pressão alta que recebeu há pouco tempo. A partir daí passou a evitar comidas excessivamente salgadas, diz que “assim, eu for comer uma comida e sentir o gosto de sal, eu não como” (16 de junho de 2022). Além disso, passou a evitar pães, bolachas e comidas com muito açúcar, tudo isso por entender que a saúde depende muito da alimentação cotidiana. Assim, Nildo afirma que prefere consumir alimentos naturais, por acreditar que esses são melhores para a saúde.

Ao ser questionado se considera ser uma pessoa saudável, Nildo afirma que sim. Ele atribui isso ao fato de nunca ter precisado de cuidados médicos específicos ao longo da vida, Nildo conta que “nunca entrei num hospital pra... Por causa de mim mesmo, entrei assim, por causa de outras pessoas pra visitar. Por isso que eu me acho uma pessoa saudável, né? Nunca tive problema de saúde não” (16 de junho de 2022). No entanto, recentemente descobriu por acaso que tem pressão alta enquanto passeava no shopping.

Eu vou lá aqui no shopping, aí tava aqueles ‘academicozinhos’ que fica

fazendo estágio, né? Enquanto os médicos não vêm, eles ficam lá olhando, né? Aí eu disse: Vou verificar minha pressão. Só pra ver, eu nunca tinha feito isso, tu acredita? [...] Eu cheguei lá, aí a menina disse "senta aqui, eu vou olhar." Aí falou: A sua pressão 'tá' alta. Aí dá trinta minutos. Eu fiquei trinta minutos esperando lá, aí depois começou a olhar e minha pressão do mesmo jeito. Digo: E agora? Aí a menina: Você não vai poder ir embora agora não. Aí chamou a médica, né? Pra ver. "Deixa ele aí, mais uns trinta minutos." Eu fiquei lá, quando ela foi olhar, do mesmo jeito. Aí a médica: Agora você vai poder ir não, vou te levar pro hospital. Aí eu digo: Mulher, precisa me levar pro hospital não. Aí ela preencheu uns negócios lá e disse: Homem, me prometa procurar o seu posto (Nildo, 50 anos, 16 de junho de 2022).

Um ponto interessante de sua entrevista é que, assim como seu Joca, tem pressão alta, mas não faz um tratamento e acompanhamento contínuo, como recomendam os médicos. Disse que não costuma sentir nada, que fez tratamento por um tempo, mas atualmente só faz uso de medicamentos esporadicamente, quando lembra de tomar. Embora não sinta nada, diz que agora tem medo, coisa que não tinha antes do diagnóstico. Ainda assim, se considera uma pessoa saudável, por não ficar doente e não precisar fazer uso de "hospitais", chegou a dizer que nunca entrou em um hospital para ser atendido, todas as vezes que foi, estava levando ou acompanhando alguém.

No que diz respeito a sua alimentação no período da pandemia, afirma que não mudou em nada, mesmo com as dificuldades impostas pelas crises que atravessaram o país. Contudo, ele argumenta que só não mudou pelo fato de ser só ele e a esposa em casa, caso contrário acredita que as coisas teriam sido consideravelmente mais difíceis. Assim, ele relata que

Porque 'é' só eu, né? Só eu e minha esposa. Mas se, no caso, eu tivesse uns cinco filhos, acho que eu vivia passando dificuldades, não vou mentir... Que as coisas não 'tá' bem não, pra ninguém. Mas como 'é' só eu e minha mulher, que eu tenho duas meninas, mas todas duas são independentes. Só eu e minha mulher, então dá pra gente. (Nildo, 50 anos, 16 de junho de 2022).

Dona Florzinha, feirante-agricultora familiar de 63 anos, segue uma linha discursiva semelhante. Ela, assim como os feirantes-agricultores familiares trazidos até aqui, defende a importância dos "alimentos naturais", seja os plantados e cultivados por ela mesma, seja aqueles que compra na CECAF. Dona Florzinha argumenta que os alimentos "mais naturais" são bons para a saúde, isso porque

É um alimento saudável. Não se compara de comer um jerimum desses [da CECAF], pra ir comprar uma coisa que já foi passado um plástico que eu não sei nem de quantos dias é... Deixar de comer um tomate fresco, pra ir comprar no supermercado, essas coisas eu não compro em supermercado não (dona Florzinha, 63 anos, 14 de julho de 2022).

Dona Florzinha conta que no supermercado o que compra é o que não tem na feira, o que chama de “enlatados”, que são alimentos processados e ultraprocessados. Apesar disso, ela afirma que comer bem é consumir alimentos livres de produtos químicos, de “veneno”, que são os alimentos que considera saudáveis.

Uma comida saudável, ‘fia’. Como uma galinha de capoeira, que não tem nenhuma ‘vacina’. Comer uma carne de bode. Comer um carneiro. Isso aí se chama comer bem. Comer um inhame, uma macaxeira, uma batata doce... Isso é tudo comida saudável. Que não tem nenhum produto químico. Botou produto químico, já não é mais saudável. Colocou veneno, acabou (dona Florzinha, 63 anos, 14 de julho de 2022).

O discurso de dona Florzinha sobre *alimentação saudável* implica no consumo de comidas livres de processos químicos, característicos da indústria agroalimentar, é algo encontrado em narrativas de outros trabalhadores rurais. Ou seja, as concepções dos feirantes-agricultores familiares que foram trazidos nessa seção, tem pontos de convergência com as concepções sobre alimentação saudável de agricultores familiares de outras localidades do Brasil, ao menos em certos sentidos. Krone (2018) reflete sobre isso no seu trabalho sobre trabalhadores rurais de cidades de Pernambuco e do Rio Grande do Sul.

Nessa esteira, Krone (2018) propõe que os alimentos industrializados são encarados pelas famílias gaúchas que entrevistou como sinônimo de medo e desconfiança. Isso, em função do total desconhecimento sobre as propriedades bioquímicas desse tipo de alimento e, conseqüentemente, da qualidade desses produtos, que tem a inclusão de elementos que não são considerados naturais. Contreras e Garcia (2011), argumentam que os alimentos que se encontram nas prateleiras dos supermercados são reconhecidos pelos consumidores até certo ponto. Uma vez que a composição química dos processados e ultraprocessados é tão complexa, que se torna difícil estabelecer uma relação de confiança com esses produtos.

O que tem relação direta com o processo de industrialização e de globalização, haja vista que ambos os processos culminaram no deslocamento de certos tipos de alimentos dos contextos locais em que eram produzidos, comercializados e consumidos para o âmbito da indústria agroalimentar. Ou seja, distanciando-se dos processos de manejo dos alimentos considerados familiares por parte dos comedores. Implicando no rompimento da lógica segundo a qual os alimentos precisam estar ligados a seu universo social de produção, o que em um mundo globalizado tem se tornado algo cada vez mais raro (KRONE, 2018).

No entanto, observamos que os feirantes-agricultores familiares entrevistados tentam

manter, em alguma medida, a situação tradicional dos alimentos que consomem cotidianamente. Ou seja, mantendo práticas alimentares que refletem a sua cultura alimentar, consumindo alimentos e comidas que tem uma história, assim como uma memória social atrelada. De modo a resistir, tanto quanto se faz possível em uma sociedade regida pela lógica de mercado, que precariza a vida em vários níveis e sentidos, ao movimento de McDonaldização da vida e dos costumes alimentares (FISCHLER, 1998). Isso significa dizer que, um dos marcos da vida contemporânea é a expansão dos alimentos processados, ultraprocessados, que podem ser enlatados, embalados e/ou congelados. Portanto, isso seria a McDonaldização dos costumes alimentares, seria consumir alimentos sem uma identidade cultural própria, que poderiam ser consumidos no Brasil como em qualquer outro país.

Nesse sentido, pode-se dizer que os feirantes-agricultores familiares da CECAF que foram entrevistados, têm as suas escolhas alimentares pautadas em alimentos *in natura* e em preparações culinárias feitas a partir desses alimentos. Embora consumam em algum nível processados e ultraprocessados, compreendemos que essas pessoas estão indo na contramão do processo de McDonaldização dos costumes alimentares. Representados pelo alto consumo das comidas pré-prontas ou prontas, que tem se tornado cada vez mais comuns nas dietas mundo afora. Especialmente entre as classes sociais mais baixas, dado o menor valor desses produtos e a facilidade de consumi-los.

Ademais, partimos da compreensão de que o consumo cada vez maior de alimentos processados e ultraprocessados, que a depender da posição que ocupam na dieta de um indivíduo pode indicar algum grau de INSAN, tem relação direta com uma série de variáveis, sendo uma delas as políticas de Estado. De maneira que, não raro estar em INSAN implica no aumento considerável do consumo de processados e ultraprocessados. Assim, quanto menor a renda, maior o consumo desse tipo de alimentos. Indicando o que acontece quando as políticas de Estado voltadas à SAN falham em promover uma alimentação adequada e saudável a população ou simplesmente deixam de existir, como ocorreu nos últimos anos. Sobre a temática da SAN falaremos mais a seguir.

4.2 Concepções sobre SAN dos feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP

Partimos da compreensão de que a construção política do conceito de SAN e das políticas públicas voltadas à SAN do povo brasileiro, estão intimamente ligadas a políticas de Estado que tem o compromisso de promover o desenvolvimento econômico em conjunção com projetos de distribuição de renda e a implementação de políticas sociais. De modo a permitir

que o povo possa ter garantidos, além de sua SAN, o DHAA e a Soberania Alimentar.

Afinal, ter autonomia para escolher o que vai ser consumido, respeitando as necessidades e a cultura alimentar de um povo é sinônimo de Soberania Alimentar, mas também é um dos pilares para que haja SAN. Isso porque pensar a SAN sem levar em conta a Soberania Alimentar de um povo pode permitir que as políticas de SAN sejam instituídas de modo a beneficiar o agronegócio, a importação e a produção em larga escala às expensas da agricultura familiar.

Assim, a luta dos movimentos do campo, sendo muitos deles ligados a Via Campesina, estabeleceu a necessidade de que os pequenos produtores tenham condições de definir suas estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, *apud* CAMPOS, 2006). Nesse sentido, partimos da compreensão de que SAN, DHAA e Soberania Alimentar estão intimamente relacionados. Sendo de responsabilidade do Estado criar mecanismos para que a Soberania Alimentar da população seja respeitada e protegida, assegurando assim o DHAA e a SAN do povo (LEÃO, 2013).

De acordo com a FAO (2016), foi a partir da instituição de políticas sociais e de distribuição de renda que o Brasil conseguiu o feito de sair do Mapa da Fome. Isto é, a existência de uma agenda governamental de combate à fome e aos vários níveis de INSAN e de incentivo a agricultura familiar, foi essencial para que atingíssemos essa façanha. Sendo o Programa Fome Zero (PFZ), a reativação do CONSEA e a instituição do Programa Bolsa Família (PBF), instrumentos fundamentais das políticas sociais e do combate à fome no Brasil.

Nesse sentido, o conceito de SAN foi construído levando em consideração o lugar que a alimentação ocupa na constituição da identidade cultural de sujeitos, comunidades e grupos que compõem a sociedade brasileira. Logo, entende-se que as identidades dos mais distintos grupos sociais serão expressas, entre outras coisas, através da alimentação. Isso inclui desde a escolha do que irá ser consumido, até as técnicas utilizadas para preparar os alimentos. As várias variáveis que determinam as escolhas alimentares é o que vai distinguir os grupos e é o que vai definir a cultura alimentar de cada um deles (MALUF, 2006).

Desse modo, Maluf e Menezes (2007) definem a SAN a partir de três pilares. Quer dizer, para que haja SAN os autores acreditam que seria necessário que estivesse (1) garantido a qualidade dos alimentos em termos nutricionais, incluindo a ausência de produtos químicos que prejudiquem a saúde; (2) a possibilidade de preservação da cultura alimentar de cada grupo social; e (3) o desenvolvimento sustentável do sistema alimentar, assegurando acesso contínuo a alimentos. Esta definição de SAN de Maluf e Menezes (2007), dialoga diretamente com o

conceito de SAN proposto pelo Estado brasileiro (BRASIL, 2006), segundo o qual

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN).

Assim sendo, para que o conceito de SAN tenha aplicabilidade no cotidiano de um país de dimensões continentais e atravessado por uma série de desigualdades sociais e de distribuição de renda, como é o caso do Brasil, se faz necessário criar mecanismos institucionais para tal. Sem isso torna-se impossível assegurar o DHAA e a Soberania Alimentar do povo. De acordo com Maluf (2006), é importante não perder de vista que a sociedade brasileira é desigual e heterogênea e, portanto, garantir a SAN da população implica em criar condições de possibilidade para que os mais diversos grupos tenham acesso à alimentação de qualidade e de forma permanente.

Ademais, Maluf (2006) argumenta que uma das muitas facetas das desigualdades sociais do nosso país se encontra no meio rural, embora seja nele que muitos dos alimentos que são consumidos pela população sejam produzidos. Ainda que a agricultura familiar seja a principal produtora dos alimentos que chegam na mesa do povo brasileiro, estimando-se que fornece cerca de 70% dos alimentos consumidos aqui (IBGE, 2019), segue sofrendo os impactos das desigualdades sociais. Sendo a agricultura familiar um dos grupos mais impactados pelas crises que atravessam o Brasil desde a eclosão da Covid-19, sofrendo uma considerável diminuição de renda. Segundo a Rede Penssan (2022), houve um notável agravamento da fome e dos vários níveis de INSAN no âmbito rural a partir de 2020, se fazendo presente em 60% dos lares rurais, inclusive, entre aqueles que produzem alimentos.

Havendo por volta de 18,6% de agricultores familiares e pequenos produtores convivendo com a INSAN no Brasil atual (quem, ano). O empobrecimento dessa população e a piora da sua qualidade de vida e de alimentação é compreendido pela Rede Penssan (2022) como produto do desmonte das políticas voltadas para à agricultura familiar, o que entendemos ter relação com o esfacelamento das políticas de SAN. Além disso, a pesquisa realizada pela Rede Penssan (2022) evidencia que o aumento da INSAN e da fome tem um inegável recorte regional e racial. Uma vez que é muito mais prevalente nas regiões Norte e Nordeste, atingindo 45,2% de nortistas e 38,4% de nordestinos, afetando com muito mais força a população negra, que vivenciou um aumento da fome em 70%.

Diante disso, podemos observar a complexidade do conceito de SAN e de sua aplicabilidade em um país tão vasto e desigual como o Brasil, que no cenário atual foi transformado em um conceito bastante esvaziado. Dada a ausência de uma agenda governamental de combate à fome, à INSAN, à pobreza e à miséria, que foi instituída a partir de 2019 no início do governo de Jair Bolsonaro. Apesar disso, é possível perceber nas narrativas dos feirantes-agricultores familiares entrevistados, que mesmo após quase duas décadas de continuidade das políticas de SAN, criadas e implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o conceito de SAN se mostra algo distante para alguns desses sujeitos.

Seu Joca, por exemplo, ao ser questionado sobre o que pensava do conceito de SAN, argumenta que não vê muita aplicabilidade. Ele afirmou que

Eu acho muito bom, só que não funciona de jeito nenhum. Não vai funcionar e nem funciona. E nem pense que funciona não. A não ser que numa capital tivesse assim, umas vinte casas de referência, pra você chegar naquela casa e ser atendido... Aí isso não acontece no Brasil. Podia dar certo, né? Podia dar certo. Mas isso não acontece não. Não vou nem dar a minha opinião, porque a minha opinião é que não funciona (seu Joca, 67 anos, 09 de junho de 2022).

Seu Joca é taxativo ao dizer que o conceito de SAN não consegue ser posto em prática, ele demonstra uma grande desconfiança com esse tipo de ideia e com projetos governamentais. Além disso, ele afirma que a maioria da população brasileira não está conseguindo garantir a sua SAN, porque segundo ele “esses negócios não são cumpridos”. Ele fala também das desigualdades gritantes que tem ficado cada vez mais escancaradas nos últimos anos, seu Joca diz que “ah, eu hoje eu vim de madrugada falando ‘mais’ meu menino. Tem muita gente passando fome e muita gente com muito dinheiro”. Considerando que redes de supermercados obtiveram lucros recordes na pandemia, enquanto a fome se alastrava tal qual uma epidemia²¹, seu Joca tem razão.

O que tem relação direta com o funcionamento da lógica de mercado, segundo a qual o que deve imperar são os lucros, a despeito dos custos sociais da acumulação de capital, a exemplo do aumento exponencial da fome. Sendo o alimento colocado como mercadoria, a partir do qual deve-se buscar maximizar os lucros, um dos pilares do agronegócio e um dos principais fatores de diferenciação do agro da agroecologia. Isso porque o modelo de produção do agronegócio se dá a partir da superexploração da natureza, do uso de insumos químicos, da monocultura e concentração de terras e de renda. Já um modelo agroecológico de produção

²¹ Disponível em: <https://www.casaum.org/enquanto-brasil-volta-pro-mapa-da-fome-redes-de-supermercados-batem-recordes-de-lucro/> Acesso em 11 de jan. de 2023.

preza pela produção de alimentos diversificados, que tende a considerar não apenas o aumento da produção e do lucro, mas também os impactos ambientais de suas práticas (MASSOPUST, 2020).

Isso significa dizer que, o agronegócio e o modelo agroecológico de produção, cada vez mais adotado pela agricultura familiar, representam modos de vida, de relacionar-se com a natureza e com a produção completamente diferentes. Sobre isso Rosset e Martínez-Torres (2013) refletem que

Por un lado, la agricultura campesina sigue un patrón típicamente basado en circuitos de producción y consumo cortos y descentralizados, con fuertes lazos entre la producción de alimentos y los ecosistemas locales y regionales, y las sociedades (van der Ploeg 2008). Por otro lado, los agronegocios tienen un patrón centralizado basado en productores corporativos de insumos, procesadores y compañías comerciales con una producción que está descontextualizada y no relacionada con las especificidades de los ecosistemas locales y relaciones sociales (ibid). En este sistema, la producción y el consumo no están vinculados ni en el tiempo ni en el espacio, mientras que las corporaciones actúan en una escala global con alianzas estratégicas entre los suministradores de insumos, procesadores, comerciantes, cadenas de supermercados y bancos financieros, para formar complejos agroalimentarios [...] (ROSSET, MARTÍNEZ-TORRES, 2013, p. 2).

Quer dizer, o agronegócio e a agroecologia atendem a interesses radicalmente distintos. Enquanto o agro tem por objetivo satisfazer as demandas dos mercados internacionais, sempre buscando meios de maximizar seus lucros, não importando as consequências disso para os contextos locais, a agroecologia privilegia uma produção local, as cadeias curtas de produção e distribuição. De modo que existe toda uma preocupação não apenas com o lucro, mas também com a qualidade de seus produtos e como os custos da produção serão repassados para os compradores, como veremos em relatos a seguir.

Já Everton, feirante-agricultor familiar de 42 anos, tem uma visão um pouco diferente da de seu Joca. Ele diz concordar com o conceito de SAN e entende que a sua importância reside no fato da necessidade de ter consciência sobre o que está se comendo. Assim, ele reflete que “é importante [o conceito de SAN] por conta que a gente alimentando e tendo a consciência que ‘tá’ se alimentando bem, isso aí é importante tanto pra nossa geração, como pras gerações futuras”. Ao ser questionado sobre o estado da SAN da população brasileira ele conta que

Eu acredito que na minha família como é pouca gente, eu consigo, mas acho que de muitos, eu acho de oitenta a noventa por cento das famílias não ‘tá’ conseguindo. Da situação que encontra o nosso país, que vive uma carência muito enorme de alimentação, devido a mais entrada de transgênico, mais

entrada de agrotóxico, mais entrada de alimentos precários em nutrição. Aí isso tá acarretando na nossa alimentação. [...] Poderia ser melhor, porque as coisas hoje estão um absurdo, né? Caro, tudo caro e o custo de vida ele aumentou, desde o início da pandemia, ele triplicou, né? Pra mais de três vezes (Everton, 42 anos, 16 de junho de 2022). configurar

Rosa, feirante-agricultora familiar de 53 anos, segue uma linha argumentativa semelhante a de Everton. Ao ser questionada sobre o conceito de SAN, diz que a ideia é muito boa, mas que a população não está conseguindo garantir a sua segurança alimentar. Rosa vai além e diz que quem vive nas cidades enfrenta mais dificuldades em termos de alimentação do que quem vive nos sítios.

Pra gente que mora no sítio e nós temos uma boa parte que a gente mesmo que produz, então a gente não tem essa dificuldade, mas isso aí no caso, no geral tem por conta que quem mora na cidade, na periferia, tem as grandes dificuldades. Não tem acesso a alimentação que a gente tem no sítio, entendeu? Pelo menos onde eu moro tem [SAN]. Porque todo mundo trabalha na agricultura, todo mundo produz. Só é ruim pra quem não produz, né? Pra quem não tem terra pra trabalhar, pra quem não vive no campo. Pra gente que vive no campo não sofre tanto não.

A fala de Everton e de Rosa não só são coerentes com a realidade alimentar da população brasileira que está cada vez mais precária, como é comprovada pela pesquisa realizada pela Rede Penssan (2022). De acordo com os dados levantados pela Rede Penssan (2022), estima-se que 58,7% da população brasileira conviva com algum grau de INSAN, enquanto que 41,3% tem conseguido assegurar a sua SAN, apesar das crises, da alta da inflação e do desemprego. Um dado interessante é que mesmo o Nordeste sendo um dos estados mais afetados pela fome, a Paraíba junto com o Rio Grande do Norte são os únicos estados nordestinos que ficaram abaixo da média nacional de INSAN (ibidem).

Segundo a Rede Penssan (2022) o crescimento da fome, da pobreza e da miséria que vem ocorrendo de forma significativa desde 2020, está relacionada com uma série de fatores. Sendo alguns deles o desemprego e conseqüente aumento do trabalho informal, que fez com que muitas famílias passassem a se endividar e a ter incerteza em relação ao acesso de alimentos. A diminuição da renda, em conjunção com o aumento da inflação, da crise econômica e com a insuficiência dos programas de transferência de renda do governo federal, colocaram milhões de brasileiros em situação de INSAN.

Apesar disso, seu Sebastião, feirante-agricultor familiar de 69 anos, reflete que em sua concepção a questão da SAN não é exatamente uma grande questão para as pessoas que vivem

no sítio. Ele argumenta que “a gente não paga aluguel, muitos não pagam água, né? É porque no meu sítio mesmo tem... Minha casa própria tem a minha água própria. Pronto, aí o que eu gasto mais é com energia por causa da, das águas que eu tenho, né?”. E complementa dizendo que consegue garantir a própria SAN, em grande medida, por produzir os seus alimentos. No entanto, ele afirma que essa não é a realidade de muitos brasileiros. Seu Sebastião diz que

Porque tem muitos que não ‘tá’ se alimentando porque não ‘pode’ devido a defasagem do salário mínimo, né? [...] E o aumento do que ‘tá’ se produzindo... Que as vezes quem ‘tá’ produzindo os produtos que ‘leva’ muito adubo industrializado, ‘tá’ encarecendo muitas coisas e muita gente... Muita gente ‘tá’ passando fome. Só quem não ‘tá’ passando fome é esse povo que mora no Sul. Esses que moram na cidade, nas periferias da cidade, esses daí com certeza ‘tão’ passando necessidade (seu Sebastião, 69 anos, 23 de junho de 2023).

Nesse sentido, podemos observar como a garantia da SAN está intimamente relacionada, não só com as políticas públicas, com as oscilações econômicas, mas também com toda a cadeia de produção e de distribuição de alimentos. Segundo Leão (2013), é importante não perder de vista que a alimentação é multideterminada e para que a SAN da população seja garantida se faz necessário mobilizar diferentes setores da sociedade. Afinal,

Os fatores que determinam a alimentação e os hábitos alimentares são muitos e de diferentes naturezas (econômica, psicossocial, ética, política, cultural). Escolhemos o que comemos de acordo com nosso gosto individual; com a cultura em que estamos inseridos; com a qualidade e o preço dos alimentos; com quem compartilhamos nossas refeições (em grupo, em família ou sozinhos); com o tempo que temos disponível; com convicções éticas e políticas (como, por exemplo, algumas pessoas vegetarianas defensoras dos animais e do meio ambiente), entre outros aspectos. Cada um desses fatores pode promover a segurança alimentar e nutricional, ou dificultar o seu alcance, para determinada população. Por exemplo, se o preço dos alimentos (ou de grupos de alimentos) aumenta muito e a renda da população não acompanha o aumento, possivelmente, as famílias, principalmente as de baixa renda, diminuirão a quantidade e/ou a qualidade dos alimentos adquiridos. No caso dessas famílias, que usam parte significativa de seu orçamento para compra de alimentos, tais variações de preços podem gerar insegurança alimentar entre seus membros (LEÃO, 2013, p. 15).

De fato, o encarecimento dos alimentos em consonância com a diminuição da renda da população fez com que houvesse uma piora na qualidade da alimentação do povo brasileiro, como pudemos ver até aqui. Claudio, feirante-agricultor familiar de 39 anos, reflete um pouco sobre isso, ele afirma que diante do cenário nacional, o conceito de SAN “está muito fora da realidade”. Isso porque

Por que você ‘tá’ com dinheiro, pra fazer sua alimentação... Você ‘tá’ com trezentos reais. Aí aqueles trezentos reais ou aluguel ou alimentação. Não tem como você escapar não... É alimentação. A não ser que você pague logo o aluguel e vá correr atrás do que comer ali naquela hora... Aí pra você ter o direito de comer as três refeições e ter as outras coisas direitinho... ‘Tá’ muito fora da realidade isso aí [o conceito de SAN]. Eu acho que tem muita gente que não ‘tá’ [conseguindo garantir a sua SAN]... Principalmente na cidade, né? Eu digo com pai direto, ‘eu não sei como é que o pessoal vive na cidade não com um salário mínimo não’. Faz milagre mesmo... A pessoa faz milagre (Claudio, 39 anos, 14 de julho de 2022).

Dessa forma, Claudio acredita que a maioria das pessoas no Brasil não tem conseguido assegurar a sua SAN. Ele diz “conseguir as três alimentações sem... Abrir mão das outras coisas? Com certeza não [consegue]. [...] Aumentou muito as coisas. Principalmente a alimentação. Aumentou demais, aumentou demais... E não tem nem como o produtor baixar, porque aumenta as coisas mesmo...”. Apesar disso, Claudio afirma que nem sempre dá para repassar para o consumidor os custos, não sendo raro o agricultor ter que amargar algum nível de prejuízo para não perder totalmente a produção.

Um ponto interessante é refletir não só sobre a SAN dessas pessoas, mas também até que ponto a *Soberania Alimentar* dos feirantes-agricultores familiares entrevistados tem sido impactada diante desse cenário. Isso porque entendemos que a Soberania Alimentar é condição necessária para que haja garantia da SAN e do DHAA da população e dos diferentes grupos sociais que compõem esta. Afinal, quando há Soberania Alimentar os povos têm autonomia para escolher o que plantar e o que comer. De modo a respeitar a sua cultura alimentar, havendo boas condições de vida e de trabalho para o produtor, especialmente aquele da agricultura familiar. O que confere condições para que se produza alimentos de qualidade, seguros, diversificados e sustentáveis, que através das cadeias curtas de produção chegam ao consumidor com muito mais rapidez e qualidade. Embora, como pudemos ver até então, nem sempre isso é devidamente valorizado.

Assim, questionamos: como garantir a Soberania Alimentar em um contexto de desvalorização da agricultura familiar e de ausência de ações governamentais intersetoriais, que articulem ações desde o início da produção até a distribuição do produto final? Partimos da compreensão de que apenas o resgate de políticas intersetoriais tem o poder de criar articulações que promovam a SAN da população, respeitando a Soberania Alimentar e garantindo o DHAA.

Nesse sentido, podemos observar como a cadeia de produção, que começa a partir dos investimentos de recursos econômicos e humanos no campo, influencia na garantia da SAN da população, mas principalmente na SAN do pequeno produtor. Isso porque esse grupo tem

sofrido com redução de sua renda e poder de compra diante das crises, dos desmontes das políticas voltadas para a agricultura familiar e para a SAN, além de sofrerem com a desvalorização de seu trabalho e de sua mercadoria. Assim, compreendemos que para que haja SAN se faz necessário políticas, programas e ações intersetoriais, que assistam todos os processos e etapas da produção para que a comida chegue na mesa das pessoas, especialmente das mais vulneráveis em termos socioeconômicos.

4.3 Concepções sobre as políticas voltadas para agricultura familiar dos feirantes-agricultores familiares da CECAF-JP em tempos crise pandêmica

Diante disso, nos propomos a refletir sobre como os feirantes-agricultores familiares da CECAF que foram entrevistados percebem as políticas voltadas para a agricultura familiar nesse contexto de desmontes de políticas. Ou seja, como esses sujeitos têm compreendido as mudanças pelas quais a política agrícola tem passado nos últimos anos e com estas tem trazido impactos para as suas realidades. Isso, levando em conta as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 e a intensificação das crises que já estavam postas antes da eclosão da pandemia.

Isso posto, ao ser questionada sobre as políticas voltadas à agricultura familiar, dona Florzinha é enfática ao dizer que as coisas só tem piorado desde o início do governo Bolsonaro. Ela afirma que

Mudou! Pra pior? Mudou! Agora melhorar? Não. O presidente, pra mim, não fez nada de benefício. Porque desde que ele é presidente, já vai fazer quatro anos agora, a gente não participou de nenhum benefício dele [do governo federal]. [...] E era pra ele ajudar a agricultura familiar. A gente vive se matando, trabalhando e no lugar deles comprar a ‘nós’, porque tem muito, muito colégio aí e eles podiam comprar o alimento da roça. Do nosso roçado. Não. Eles ‘vai’ comprar isso em supermercado e deixa o da gente. Então ‘tá’ ajudando os ricos. Ele ajudou bastante os ricos, porque nessa pandemia, nem feira a gente podia fazer, mas os supermercados ele não fechou (dona Florzinha, 62 anos, 14 de julho de 2022).

Reforçando a leitura de dona Florzinha, Schneider et al. (2020) já apontava no início da pandemia que o fechamento das feiras seria uma das muitas dificuldades enfrentadas pelos feirantes ao longo da crise sanitária que se instaurou no país. Isso junto com a perda do poder de compra da população, do desemprego e com o fechamento dos mercados públicos e feiras, fez com que a demanda por alimentos diminuísse, em certos sentidos, afetando diretamente o pequeno produto. Visto que no mais das vezes os agricultores familiares dependem das cadeias

curtas de produção e distribuição de alimentos para escoar sua produção, sendo as feiras de suma importância para tal. Com o fechamento das feiras novos desafios foram impostos a essas pessoas, como já comentado acima.

Sousa (2021) que também desenvolveu pesquisa na CECAF reflete um pouco sobre os impactos da pandemia junto dos interlocutores de sua pesquisa. De acordo com Sousa (2021), o fechamento da CECAF afetou tanto a produção dos feirantes-agricultores familiares que entrevistou, pois eles se viram sem ter como escoar sua mercadoria, perdendo muita coisa, quanto a sua renda. A dificuldade de comercializar os seus produtos e a impossibilidade de armazenar os alimentos *in natura* que comercializam, fez com que os feirantes-agricultores da CECAF tivessem muitas perdas, prejuízo e, portanto, uma redução de renda. Sobre isso Elena diz que “ultimamente nessa pandemia, minha filha, a gente só teve mesmo percas. Só percas. A gente vendeu pouca coisa. Perdemos mais do que vendemos. [...] Não tem quem compre... [...]. A maioria dos clientes que a gente tinha, não vem pra feira. Realmente, não vem”.

O que com a redução de políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar por parte do governo federal e com as dificuldades em acessar o auxílio emergencial, tornou a vida dessas pessoas ainda mais difíceis. Dona Florzinha relata que mesmo tentando não teve acesso a nenhum benefício no período crítico da pandemia, que não conseguiu acessar o auxílio emergencial. Ela conta que

Na minha família, ninguém recebeu auxílio nem do jumento, porque a burra não deixou. (Risos) Nem do jumento, porque a burra não deixou. A gente não recebeu. Ninguém da minha família recebeu nada de auxílio. A minha menina fazia o meu cadastro, fazia dela, fazia do pai dela... Ninguém recebeu foi nada. Só dizia: ‘Tá’ em análise. Aí eu não presto, minha ‘fia’, que eu nunca prestei... Aí eu dizia: Ah, tira isso do meu celular, quero mais isso não, quero mais não! A gente esperava e só dizia ‘Tá em análise’... Aí ninguém recebeu nada (dona Florzinha, 62 anos, 14 de julho de 2022).

Essa foi a realidade de muitos brasileiros, que em função da dificuldade em acessar ferramentas tecnológicas, internet e da burocracia dos processos necessários para conseguir receber o auxílio emergencial, ficou sem receber o que era devido. De acordo com Ibiapina (2020), o auxílio emergencial foi uma política criada pelo governo federal com o objetivo de enfrentar os impactos socioeconômicos da pandemia, oferecendo inicialmente um valor de R\$600,00. Destinado a trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores e desempregados. No entanto, muitos foram os brasileiros que não conseguiram ter acesso ao benefício, sendo muitos deles da agricultura familiar (SOUSA, JESUS, 2021).

Seu Sebastião, assim como dona Florzinha, reitera a existência de uma série de

dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor, sendo a ausência de políticas voltadas para a agricultura familiar apenas uma delas.

Olhe, a política da agricultura familiar... ‘Tá’ faltando mais envolvimento... ‘Tá’ faltando a política agrícola para o pequeno agricultor porque quando ‘nós’ ver falar em Ministério de Agricultura, quando é no fim do povo abandonar os agricultores pequenos, só se liga mais nos grandes agricultores do Sul, que tem benefício de tudo. Trabalha com lavoura de exportação, aí não tem prejuízo que nem o pequeno agricultor tem (seu Sebastião, 69 anos, 23 de junho de 2022).

Ele argumenta que investir na agricultura não tem compensado para quem não produz em larga escala, sendo esses um dos motivos pelos quais “parou de negociar”. Quando conheci seu Sebastião, ele estava na CECAF por acaso, ajudando um vizinho a vender, mas afirmou que não trabalha mais na feira. Ele conta que a agricultura familiar está cada vez mais desvalorizada.

Porque tudo que você ‘tá’ comprando pra investir na agricultura, não ‘tá’ tendo recompensa não... Você compra tanta coisa cara pra investir no roçado e depois trazer pras feiras livres e vender barato. Porque desde que a gente começou aqui [na CECAF], que se vende um ‘mói’ de coentro de dois reais, um pé de alface de dois reais. Há mais de seis anos que se planta... A gente comprava, que nem a menina falou aí... Começou comprando saco de adubo químico... O saco de esterco de galinha pra botar nas verduras dela, ‘nós comprava’ de três ‘conto’ o saco, agora ‘tá’ acima de vinte reais. O alface e o coentro ainda ‘continua’ o mesmo preço de seis anos atrás (seu Sebastião, 69 anos, 23 de junho de 2022).

Claudio, por sua vez, conta que os custos da produção têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, porém, o preço da mercadoria tem variado muito pouco, não tem aumentado o suficiente para cobrir os investimentos feitos. Além das dificuldades na produção, há a desvalorização dos produtos oriundos da agricultura familiar, ele diz que

Às vezes, o cliente chega... O ‘cabra’ vendendo uma palma de banana por cinco reais, aí ele... ‘Tá caro’. Mas só que o ano passado era cinco reais e o adubo era mais barato. A gente ‘tá’ perdendo porque ‘tá’ gastando mais pra produzir e ‘tá’ vendendo o mesmo preço do ano passado (Claudio, 39 anos, 14 de julho de 2022).

Ele conta que as dificuldades são tantas que conhece pessoas que desistiram da agricultura para trabalhar de “carteira assinada”²², algo que diz já ter pensado em fazer também,

²² Trabalho de “carteira assinada” significa trabalho com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que garante salário fixo e benefícios de proteção social.

embora não tenha feito. Assim sendo, Claudio afirma que não vai ter nenhum filho agricultor familiar, que nenhum dos seus três filhos tem interesse em seguir a profissão. Ele diz que “eu não vou não ter descendente da agricultura não. Eu vou ser a última geraçãozinha de agricultor da minha família”. O que consiste em uma quebra na lógica da transmissão do ofício de pai/mãe para filho/a, característico da agricultura familiar.

Alice, feirante-agricultora familiar de 42 anos, também relata dificuldades semelhantes às de Claudio e de seu Sebastião na hora de comercializar os seus produtos. Ela explica que embora o custo de produção tenha aumentado muito, em função da alta dos adubos, tanto orgânicos quanto os químicos, o preço dos produtos segue praticamente inalterado. Isso porque há uma certa resistência por parte dos compradores em aceitar o aumento dos preços e por nem todos os feirantes aumentarem os preços a um só tempo. O que faz com que quem vende mais barato consiga comercializar a sua produção e quem vende um pouco mais caro, não. Sendo assim, acaba se fazendo necessário manter os preços dos produtos em uma faixa comercializável, que compromete, de certa forma, os lucros do produtor.

O aumento desproporcional no valor dos insumos utilizados na produção agrícola ao longo dos últimos anos, especialmente a partir da pandemia, é algo relatado por agricultores familiares de outras localidades do Brasil. Segundo Schneider et al. (2020) e Salazar et al. (2020), houve um aumento considerável dos insumos, provocando uma diminuição da renda do pequeno produtor e dificultando o planejamento de produções futuras. Fazendo com que haja uma redução drástica nos lucros obtidos, com diminuição da receita dos agricultores brasileiros em 51% (DEL GROSSI, 2020). Visto que no mais das vezes os agricultores familiares se veem numa situação em que se faz necessário vender as suas mercadorias abaixo do preço de mercado para não perder completamente a produção.

Um dos meios de minimizar os impactos sofridos pela agricultura familiar diante das crises que se colocaram no país, com especial intensidade durante a pandemia, seriam políticas de apoio e incentivo ao pequeno produtor rural. No entanto, o que se observou foi a redução das compras institucionais, realizadas em grande parte por meio do PAA e PNAE, que já era um movimento que vinha se dando antes da eclosão da pandemia, sendo agravado a partir disso. Embora o governo federal tenha implementado em caráter de emergência a Medida Provisória nº 957, que destinou \$500 milhões para o PAA, verifica-se que apesar de ser uma medida válida, ainda foi insuficiente para atender as demandas da agricultura familiar (SCHNEIDER et al. 2020). E no estado da Paraíba não tem sido diferente, afinal, apesar das propostas de maiores investimentos no PAA por parte do CONSEA-PB, estas não tem se efetivado.

De maneira que, Everton segue na mesma esteira de seu Sebastião, afirmando que as políticas voltadas para a agricultura familiar na atualidade são insuficientes para suprir as necessidades dos pequenos produtores. Everton diz que “no momento a agricultura familiar é esquecida no país. Nesse momento que estamos, politicamente, a agricultura familiar não tem valor pra esse governo que tá aí”. Além disso, ele afirma que as coisas mudaram para pior nos últimos anos.

Antigamente a gente tinha, eu sou a prova viva, porque eu tinha assistência técnica pelo INCRA. Eu tinha todo um acompanhamento de como trabalhar, de tudo. Engenheiro agrônomo, veterinário, toda assistência técnica completa. Hoje eu não tenho nenhuma, sou só eu e Deus, somente. Nenhuma política pública voltada para a agricultura familiar eu não vejo hoje (Everton, 42 anos, 16 de junho de 2022).

Ou seja, para ele, as políticas públicas não se resumem a destinação de recursos à agricultura familiar, ao aumento das compras institucionais por parte do Estado, entende-se que tais políticas devem ser estendidas ao suporte técnico e científico para garantir uma boa produção. Isso tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, de modo a melhorar a qualidade do trabalho e dos produtos produzidos pelo pequeno produtor.

De acordo com Elena, porém, as dificuldades em acessar as políticas de Estado também não são de “agora”. Ela conta que certa feita quase conseguiu ser contemplada junto de seu marido com o antigo PAA, atual PAB, mas que acabou tendo o nome retirado da lista de agricultores beneficiados, não sabe explicar exatamente o porquê.

Eu me lembro até que teve um ano que a gente plantou bastante. Inhame, batata, milho, esses negócios; Aí veio a lista com o nome do meu falecido marido... E quando, eu vinha do posto, né? Aí passei pra ele: Olha, teu nome ‘tá’ lá, o ‘rapaz’ ‘tá’ lá com a lista. Ele foi, aí quando chegou lá, a lista sumiu. (Risos) Sumiu! O homem tava lá atrás e eu disse: ‘Oxente’, é meu esposo. Eu vou mandar ele vim. Quando chegou lá, ele disse: Não, não tem não... – Como? Eu sei que a lista dele sumiu, ninguém sabe como foi que sumiu (Elena, 50 anos, 02 de junho de 2022).

Ela aponta a existência de critérios que não são muito bem explicados e que dificultam ainda mais a vida do agricultor familiar. Afinal, por um lado, há a insuficiência de programas como PAA, que não beneficiam todos os pequenos produtores, e por outro, há a burocracia envolvida no processo de se inscrever no programa para concorrer a uma vaga nele.

Ademais, Elena considera que os benefícios criados para a agricultura familiar são incapazes de chegar a todos os produtores que mais precisam, havendo um nítido limite de

alcance. De modo a beneficiar uns, porém deixando muitos outros sem nada. Elena conta que “é porque num sítio tão grande, tem mais de trinta ‘agricultor’, acho que só o quê? Umas cinco pessoas ‘entrou’ nesse... Nesse Programa [PAA]. O resto... [...] ‘Rapaz’... é um caso a ser estudado, né? Porque as vezes até sai algum benefício, mas na verdade os ‘agricultor’ nunca recebe”.

Esse tipo de situação relatada por Elena cria um certo nível de desconfiança entre os agricultores familiares e as políticas do governo, fazendo com que entendam os benefícios governamentais como algo muito distante e de difícil acesso. Isso fica ainda mais nítido na fala de seu Joca, uma vez que ele afirma que prefere ficar de fora desses programas governamentais por ter medo de perder dinheiro. Ele diz que “eu gosto mais de trabalhar pouquinho e ‘tá’ seguro. O meu lema é esse”. Seu Joca justifica a escolha de se manter longe desses programas da seguinte forma.

Eu não quero participar, porque... É muita dificuldade pra pessoa... Tem que ter uma nota fiscal, tem que ir em Alhandra, tem que fazer não sei o que... Aí eu não... Eu fico fora. Eu gosto sempre de ficar fora, por que? Eu pego aqui, vendo minha mercadoriazinha, boto no bolso e... Casa! Entendeu? E lá não, lá tem que, ‘vai sair quando?’, ‘não sei hoje’, ‘não sei o quê...’ Aí eu fico fora desses negócios, que eu tenho muito medo de trabalhar e perder. Como eu ‘tô’ lhe dizendo, eu não gosto de me ‘infiltrar’ muito. [...] Eu gosto mais de ficar assim, ‘no ar’, livre (seu Joca, 67 anos, 09 de junho de 2022).

Claudio argumenta que as políticas voltadas para a agricultura familiar, especialmente o PAA, poderiam melhorar, que “podiam melhorar bastante. A gente ter uma ajuda de custo melhor... Uns projetos que tivessem mais um recursozinho”. Claudio argumenta que o governo, tanto federal quanto estadual, não precisavam dar dinheiro ao agricultor, que poderiam aumentar as compras institucionais, isso já contribuiria para aumentar a renda do pequeno produtor.

Afinal, os programas de compras institucionais são reconhecidamente importantes no sentido do “governo” influenciar os sistemas alimentares, direcionando as compras para a promoção de uma alimentação variada e saudável, cumprindo com objetivos não só econômicos, mas também sociais e ambientais (GRISA et al., 2020). De modo que entendemos que as compras institucionais, em momentos políticos anteriores, possibilitaram o fortalecimento da agricultura familiar, a garantia da SAN e Soberania alimentar da população brasileira e o desenvolvimento de territórios rurais.

Paulo, por sua vez, vai um pouco além e argumenta que, em função da falta de investimentos governamentais e da supervalorização de setores ligados ao chamado

agronegócios, a exemplo das redes de supermercado, isso faz com que os produtos vendidos nos supermercados sejam mais baratos do que os vendidos pela agricultura familiar. O que acaba tornando os produtos do pequeno produtor pouco atrativos para grande parcela da população, comprometendo os seus rendimentos. Ele diz que

Que tem vários meios aí que ‘tão’ ajudando [a agricultura familiar], né? Mas ainda não é o suficiente não. Você vê que hoje assim, você traz diretamente do roçado, a mercadoria ‘tá’ um preço bom, né? Aí pra chegar hoje no consumidor ‘tá’ sendo difícil. Aí eu acho que era pra ter mais valorização no roçado pra chegar num preço bom aqui. Porque muita gente vem do atravessador, porque é difícil chegar no comércio. Aí ‘tá’ lá, tipo, as coisas ‘tá’ barata lá [no supermercado] e cara aqui. Aí se controlasse, aí muita gente traria direto pro consumidor. É isso que não ‘tá’ acontecendo (Paulo, 25 anos, 07 de julho de 2022).

Rosa segue uma linha argumentativa semelhante. Ela afirma que os programas governamentais são importantes para gerar renda, mas que não chegam a ser suficientes.

Ajudam um pouco, né? Não é o suficiente, poderia ser melhor, porque não é assim um valor... Poderia ser melhor, porque esse programa [PAA] não atinge todos os agricultores, então é uma pequena parte. Então na minha visão seria melhor que atingisse o máximo de agricultores, e têm poucos. Entendeu? A sorte de quem consegue, né? Muita gente também não acessa porque não estão vinculados, né? As cooperativas, não são vinculados a associação. São agricultores individuais, que não tem vínculo nenhum com associação. E essas políticas do governo, ela é muito ligada as ‘associação’, porque quando abre uma licitação, quem acessa é a associação, entendeu? (Rosa, 53 anos, 07 de julho de 2022).

Assim, Rosa aponta que existem duas questões: a insuficiência dos programas governamentais e o fato de muitos agricultores familiares não terem vínculo com associações e cooperativas. O que dificulta ainda mais o acesso a esse tipo de programas e a outros benefícios concedidos pelo governo federal e pelo governo estadual. Rosa critica esses agricultores que escolhem “se isolar”, trabalhar de forma individual. Ela acredita que isso prejudica eles próprios e a categoria.

Aí tem pessoas que moram na comunidade, numa área de assentamento, mas que é muito individualista, não quer nada com associação, não quer nada com cooperativa, aí perde muito de acessar esses programas do governo. No meu caso e da minha família, a gente acessa porque a gente é tudo vinculado a cooperativa, a associação. Porque às vezes o individualismo atrapalha muito a vida da gente. Porque quando é no coletivo, o coletivo ajuda. [...] É porque as pessoas acham que o individualismo... Ganha mais com isso. Mas é pelo contrário. (Rosa, 53 anos, 07 de julho de 2022).

Dessa forma, Rosa entende que a desarticulação entre os próprios agricultores familiares é um ponto negativo, que contribui para que não tenham acesso aos benefícios concedidos pelo governo federal principalmente. Afinal, as associações e cooperativas por vezes assumem um papel importante de mediar contato e relações entre os agricultores e setores da gestão pública. As associações são, principalmente, meios historicamente consolidados de controle social e instrumentos utilizados para pressionar os governantes, lutando por melhores condições de vida e de trabalho para a categoria. Contudo, nem sempre são ocupadas e apropriadas pelos agricultores, como pudemos observar na fala de Rosa.

Embora Rosa relate a desunião dos agricultores familiares de sua comunidade, observa-se que as redes de solidariedade foram reforçadas pelos feirantes-agricultores familiares da CECAF no período pandêmico. Isso porque eles atuaram juntos para encontrar alternativas para vender a sua produção, fazendo uso da internet e das redes sociais para estabelecer contato com os seus fregueses e, assim, conseguir amenizar os prejuízos. Além do estabelecimento das vendas por *delivery*, foi criada uma parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sobre isso Sousa (2021) argumenta que

Assim que as atividades da CECAF foram suspensas uma parceria entre a central e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Centro de Informática (CI) e Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) fora firmada. Através desta parceria foi desenvolvido um site em que se disponibilizou uma lista com os contatos dos feirantes que tivessem interesse em participar. Porém, nem todos que comercializam na central aderiram a iniciativa (SOUSA, 2021, p. 102-103).

Assim, nem todos os feirantes-agricultores familiares da CECAF aderiram as vendas feitas e mediadas por redes sociais e sites pela dificuldade em acessar internet no meio rural e pela impossibilidade de fazer entregas de compras “pequenas”. De modo que só compensava o deslocamento caso houvesse uma boa quantidade de encomendas, o que nem sempre acontecia. Dessa forma, podemos observar que diante dos desmontes de políticas de incentivo à agricultura familiar e da ausência de apoio ao pequeno produtor na pandemia, os feirantes-agricultores familiares da CECAF tiveram que buscar outras formas de comercializar seus produtos para sobreviver as crises que atravessaram o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi debatido até então, podemos observar que os desmontes das políticas de SAN tiveram impactos significativos para a agricultura familiar em todo o país. Logo, sendo um dos grupos mais afetados pelas implicações do caleidoscópio de crises que atravessou o Brasil a partir da Covid-19 e da ingerência do governo federal diante das crises que se instituíram no país. Isso, mesmo no contexto local da Paraíba, onde o CONSEA-PB seguiu atuante, pensando, monitorando e lutando para implementar novas políticas que assegurem a SAN da população paraibana, por um lado, e que garantam que o pequeno produtor consiga ter renda, por outro. Ainda que com algumas limitações, visto que as políticas de SAN do estado da Paraíba se mostraram importantes, mas insuficientes para atender as demandas dos paraibanos mais pobres, em situação de INSAN.

De acordo com a fala dos feirantes-agricultores familiares da CECAF que foram entrevistados ao longo dessa pesquisa etnográfica, é possível observar que eles e elas tiveram, em grande parte, uma considerável redução de renda, em especial quando as feiras foram fechadas. Algo que tem lutado dia após dia para recuperar, afinal, mesmo com a reabertura das feiras, relatam que o movimento da CECAF diminuiu consideravelmente, que muitos fregueses não voltaram, mesmo no “pós-pandemia”. O que não é exclusividade dos feirantes-agricultores familiares paraibanos, pesquisas apontam que esse é um movimento que tem ocorrido em feiras de todo o país (Cf. Schneider et al. 2020).

Apesar das dificuldades impostas por problemas que já estavam postos antes da pandemia e que foram intensificados a partir dela, como desemprego, alta na inflação, INSAN, indicando a existência de fissuras na democracia e economia brasileiras, os feirantes-agricultores familiares da CECAF afirmam que tem conseguido garantir a sua SAN. Ainda que relatem redução de renda, a necessidade de programas governamentais de compras institucionais com mais recursos, redução do preço dos insumos e a mudança, em algum nível, na qualidade de sua alimentação, com um maior consumo de carnes que não valorizam tanto, como frango, e de embutidos, afirmam que não tem enfrentado dificuldades para comer bem.

Para os interlocutores dessa pesquisa, morar na zona rural, no “sítio”, como eles dizem, possibilita que tenham acesso à alimentos em quantidade e qualidade suficientes, algo que entendem não ser a realidade de muitos brasileiros. Em especial daqueles que vivem nos centros urbanos, nas periferias, tendo que pagar suas contas e se alimentar com apenas um salário mínimo, o que a maioria deles considera impraticável, dado os altos custos da vida urbana. Dessa forma, eles e elas partem da compreensão de que mesmo em um cenário de crises, que

impôs algumas mudanças de gastos, impactando na sua alimentação, não tem enfrentado as dificuldades que as pessoas que vivem na cidade enfrentam.

Não raro eles e elas argumentam que ter acesso à terra para plantar e morar em uma localidade onde boa parte das pessoas trabalham na agricultura, produzindo alimentos, é algo essencial para que tenham conseguido atravessar as crises que se abateram sobre o Brasil. Assim, não consideram que tem experienciado qualquer grau de INSAN, muito embora alguns deles tenham aumentado consumo de ultraprocessados e de embutidos. O que, de acordo com a escala EBIA (2014), configuraria INSAN leve, visto que houve uma piora na qualidade da alimentação, trazendo riscos para a saúde e qualidade de vida dessas pessoas. Afinal, é sabido que o consumo regular de processados e ultraprocessados, por serem alimentos ricos em sais, açúcares, gorduras e conservantes, aumentam o risco de desenvolvimento de DCNTs.

Contudo, os feirantes-agricultores familiares entrevistados não entendem que estão com a sua SAN e/ou saúde em risco e muito menos enquadrados no que seria INSAN leve. Eles e elas, em grande maioria, consideram que estão conseguindo garantir a própria SAN e que, além disso, tem uma alimentação saudável e um corpo saudável. Isso porque afirmam ter uma alimentação baseada em “alimentos naturais”, evitando o que chamam de “enlatados”, que são os processados e ultraprocessados. Ou seja, tem como base uma alimentação rica em alimentos *in natura* e em preparações que são feitas a partir destes, alimentando-se das frutas, verduras, hortaliças e leguminosas que produzem e que compram na feira.

Dessa forma, partimos da compreensão de que os processados e ultraprocessados não ocupam um lugar de destaque nas dietas dos feirantes-agricultores familiares da CECAF (GRISOTTI, ÁVILA-PIRES, 2016). Uma vez que a alimentação é multifatorial e multideterminada, entendemos que, mesmo havendo um consumo de alimentos não saudáveis, eles não são a base da alimentação desse grupo. Não havendo indícios suficientes para afirmar que a sua SAN tem estado em risco, visto que o consumo de alimentos saudáveis é muito superior ao consumo de alimentos processados e ultraprocessados, de acordo com as suas narrativas.

Ademais, eles e elas se consideram, em sua maioria, pessoas saudáveis por não fazerem uso regular dos serviços de saúde e por partirem da compreensão de que não tem nenhuma doença. Sendo esse um discurso comum mesmo entre aqueles que tem DCNTs, como é o caso da hipertensão, que acomete alguns dos feirantes-agricultores familiares entrevistados. Ainda assim, entendem que são pessoas saudáveis, pois mesmo tendo um diagnóstico como esse não fazem tratamento de qualquer natureza, entendem que manter uma alimentação equilibrada e fazer uso de remédios naturais, como chá de mastruz e chá de chuchu, já é o suficiente para

manter o corpo saudável. A maioria dos entrevistados entendem que ter uma alimentação saudável, baseada em alimentos naturais, é onde tudo começa.

Nesse sentido, os feirantes-agricultores familiares da CECAF entendem que manter uma alimentação saudável é imprescindível para a manutenção da saúde e da qualidade de vida de qualquer pessoa. Reconhecendo a importância do papel que desempenham para garantir que chegue comida de qualidade na mesa de muitos, eles e elas afirmam, porém, que a maioria das pessoas não reconhecem o trabalho da agricultura familiar e tampouco valorizam os seus produtos. Isso porque a maioria da população desconhece todo o trabalho, os custos e os investimentos por trás da produção dos alimentos, se recusando, muitas vezes, a pagar um valor justo pelos produtos da agricultura familiar. De modo que, o trabalho dessas pessoas não é visto em toda a sua complexidade, levando em conta as etapas que precisam vencer para fazer chegar alimentos variados e de qualidade na nossa mesa.

O que é reflexo da desvalorização do trabalho braçal e do trabalho rural no Brasil, algo que consideramos ser produto do histórico racista e colonial desse país, que se fundou, estruturou e enriqueceu a partir da exploração da mão de obra de pessoas escravizadas e, posteriormente, dos libertos e pessoas livres, porém em um sistema de servidão. Sem direitos garantidos, sem ter seu trabalho e os frutos dele devidamente valorizados socialmente e economicamente. Uma vez que a maioria dos agricultores familiares no Brasil são pessoas negras e pardas (IBGE, 2017), não sendo diferente entre os interlocutores dessa pesquisa, partimos do pressuposto que a desvalorização de seu trabalho e a naturalização das dificuldades que enfrentam tem relação direta com o racismo à brasileira.

Isso porque mesmo sendo a grande maioria entre os agricultores familiares e produtores rurais no país, é essa categoria que tem a menor parcela de terras, as piores condições de trabalho e tem sido os mais afetados pelos impactos da Covid-19 (REDE PENSSAN, 2022). Dessa forma, as desigualdades de distribuição de terra, de condições de trabalho e de vida, isso em comparação com agricultores familiares e produtores rurais brancos, é um dos muitos reflexos do racismo estrutural que baliza as relações sociais no Brasil desde a invasão portuguesa. Fazendo-se necessário políticas e ações de apoio e incentivo à agricultura familiar sim, buscando amparar as pessoas responsáveis por colocar comida na mesa do povo brasileiro, porém de modo equânime, visando reduzir as disparidades históricas entre negros e brancos no mundo rural. Oferecendo condições de possibilidade para que os agricultores familiares negros e pardos possam produzir, adquirir renda suficiente para viver com qualidade e comer bem.

O pensamento dos/as interlocutores/as reforçam uma concepção de cultura alimentar, dinâmica e complexa, variando com as condições de existência e de acesso aos direitos sociais

dos trabalhadores. Essa cultura alimentar contempla não só a ausência de “produtos químicos” e “veneno”, mas uma condição “natural” dos alimentos que garantam uma comida adequada para as atividades cotidianas e que não resultem em adoecimentos crônicos, o que pode ser entendido como uma das muitas formas possíveis de assegurar a Soberania Alimentar.

Nesse sentido, entendemos o início do terceiro governo Lula, que iniciou em 2023, como uma possibilidade de reconstrução das políticas de SAN e, conseqüentemente, das políticas voltadas à agricultura familiar. Algo que vem sendo colocado como um compromisso político do governo federal e pouco a pouco vem sendo posto em prática, sendo a reativação do CONSEA nacional, através da Medida Provisória nº 1154, constituiu um símbolo do comprometimento com a garantia da SAN da população brasileira.

O que é de suma importância, haja vista que temos um quantitativo de mais da metade da população convivendo com algum grau de INSAN e mais de 33,1 milhões de brasileiros passando fome (REDE PENSSAN, 2022). Contudo, entendemos que as políticas de SAN e voltadas para a agricultura familiar devem ser pensadas levando em conta as disparidades raciais existentes no país. De modo a criar políticas que assistam de forma equitativa a população negra brasileira, levando em conta as suas demandas, especificidades.

Dessa forma, partimos da compreensão de que a reativação do CONSEA nacional é um passo importante para a retomada das políticas de SAN e para que sejam criadas políticas e ações que possibilitem a saída do Brasil do Mapa da Fome e de milhões de brasileiros da extrema pobreza. Ademais, o momento político atual de reconstrução democrática abre espaço para que setores do governo sejam ocupados pela população e sociedade civil organizada, a exemplo do CONSEA nacional. De modo a possibilitar que pautas importantes para a agricultura familiar sejam demandadas de dentro da estrutura estatal e inseridas na agenda governamental.

Para isso, se faz necessário a ocupação massiva das associações, cooperativas, conselhos municipais e estaduais por parte dos agricultores familiares, objetivando fomentar a organização política desse grupo para que tenham poder de pressão. Isso, a nível municipal, estadual e nacional. Uma vez que entendem a política pública como uma ação de Estado, que não se limita à destinação de recursos monetários, mas inclui a distribuição de terra, assim como o suporte à produção. É necessário, senão urgente, a criação de uma política mais ampla de valorização da produção local de alimentos.

Logo, é preciso superar o distanciamento e a de uma relação de desconfiança com o campo do político, que foi percebido entre os interlocutores dessa pesquisa, pois é algo que prejudica o poder de articulação dessa categoria e impede que avanços maiores sejam pautados

e exigidos coletivamente. De modo a enfraquecer as demandas que são pautadas no âmbito governamental, comprometendo o poder de pressão da agricultura familiar como categoria trabalhista e política.

Afinal, só ocupando o campo político e se apropriando de espaços como o CONSEA nacional e os CONSEAs estaduais e municipais, que são abertos à sociedade civil, é que a agricultura familiar tem possibilidade de lutar por melhores condições de trabalho, de vida e de alimentação. Assim como pautar maiores investimentos no PRONAF e nos programas de compras institucionais, a exemplo do PAA e PNAE. De modo a angariar recursos que vão garantir direta e indiretamente a SAN da população brasileira, bem como a sua Soberania Alimentar, a preservação de variedades locais e a produção de alimentos saudáveis. Ou seja, privilegiando os alimentos *in natura* e não os ultraprocessados, o âmbito das feiras e não os supermercados e, portanto, a agricultura familiar e não o agro.

Referências Bibliográficas

ALIAGA, Marie Agnès; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; TRAD, Leny Alves Bomfim. Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 2020; 36(1):e00169218.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** — n. 36/37 — ano 20 — p. 83-88 — 2007.

AMBROSI, Claudia; GRISOTTI, Marcia. **O Guia Alimentar para a População Brasileira: uma análise de riscos à luz da teoria social**. Anais da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia – ISSN: 2358-5684, 2021.

BRASIL. Medida Provisória no 870, de 1o de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, 1º jan, 2019.

BRASIL. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Organizadora: Marília Leão. Brasília: ABRANDH, 2013.

BRASIL. Projeto de Lei nº 823, de 2021. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19. **Senado Federal**, 16 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.

BEAUD, Stéphane.; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo; Produzir e Analisar Dados Etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. ISBN 85-7541-055-5. Disponível em: <http://books.scielo.org> Acesso em: 16 de jan. de 2022.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cad. Saúde Pública**, 2019; 35(2):e00009919.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 10a ed., Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1984.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX**, v. 3, 2002.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. Etnografia e imaginação histórica. Tradução de Iracema Dulley e Olívia Janequine. **Revista de Antropologia e Arte [on-line]**. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010. <http://www.ifch.unicamp.br/proa/TraducoesII/comaroff.html#sdendnote1sym>

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CODETER. **Projeto da Central de Comercialização da Agricultura Familiar – CECAF – PB**, João Pessoa, 2007.

CORREIA, Bianca Araújo. **Determinantes do consumo de alimentos processados e ultraprocessados em estudantes da Universidade de Brasília (UnB)**, Distrito Federal, 2016. <https://bdm.unb.br/handle/10483/16466>.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Pelo quarto ano consecutivo governo corta crédito para a agricultura familiar.** Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/pelo-quarto-ano-consecutivo-governo-corta-credito-para-a-agricultura-familiar-bf73>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

CUSTÓDIO, Marta Battaglia et al.. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 18(1): 1-10, 2011.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. TEMPO IMPERFEITO: UMA ETNOGRAFIA DO ARQUIVO. **MANA**, 10(2):287-322, 2004.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p 23-35, 1978.

DEL GROSSI, Mauro. Efeitos crise Covid: análise nacional e agricultura familiar. Centro de Gestão da Agricultura Familiar e Inovação. **CEGAFI/UnB**. Informativo julho 2020.

ELIAS, Denise. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. 2021, v. 41: e69103.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food security and nutrition in the world: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en/> Acesso em: 16 de jan. de 2022.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022**. Adaptación de las políticas alimentarias y agrícolas para hacer las dietas saludables más asequibles. Roma, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0640es>

FANON, Frantz. **The wretched of the Earth**. New York: Grove Weidenfeld, 1991.

FÉ, Márcia Andréia Barros Moura; OLIVEIRA, Lucia Conde de; ÁVILA, Maria Marlene Marques. Histórico da participação do Estado e da sociedade civil na formulação da

Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará. **Saúde Soc.** São Paulo, v.30, n.3, e190072, 2021.

FISCHLER, Claude. A “McDolnização” dos costumes. In: **História da alimentação**. Org. FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FISCHLER, Claude. CULTURA E GASTRO-ANOMIA: PSICOPATOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO COTIDIANA. ENTREVISTA COM CLAUDE FISCHLER. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 235-256, jul./dez. 2011.

GAMA, Fabiane. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico** v. 45, n. 2, pp. 188-208 (maio-agosto/2020) • Universidade de Brasília • ISSN 2357-738X.

GASKELL, George. ‘**Entrevistas individuais e grupais**’. In: BAUER, M. e G. Gaskell (Orgs) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 9ª edição, Petrópolis: Vozes, pp. 64-89, 2011.

GRISOTTI, Marcia; ÁVILA-PIRRES, Fenando Dias de. ALIMENTOS, SAÚDE E PERCEPÇÃO PÚBLICA SOBRE AS ALEGAÇÕES DE SAÚDE DOS ALIMENTOS FUNCIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NO BRASIL. **Revista del CESLA**, No. 19, 2016, pp. 153-174.

GRISA, C.; ÁVILA, M.; CABRAL, R. **Iniciativas dos governos estaduais na aquisição de produtos da agricultura familiar em atendimento às demandas públicas**. Red Políticas Públicas y Desarrollo Rural em América Latina y el Caribe (Red PP-AL). 2020.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

GOODY, Jack. **COCINA, CUISINE y CLASE**. Barcelona: Gedisa. 1982.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de Campo**. Editorial Paidós: Buenos Aires, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.

HINCAPIÉ, Liliana Gracia. PARA UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA PÚBLICA: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades afro-colombianas. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 157-171, jan./jun, 2015.

KENYATTA, Jomo. (1938/1961). “Prefácio” e “Conclusão”, In: **Facing Mount Kenya**, pp.xv-xxi, 309-318, 1961.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

KRONE, Evander Eloi. **DA COLÔNIA AO SERTÃO. UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE CONFLITOS NA CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE DOS ALIMENTOS ENTRE FAMÍLIAS RURAIS DO NORDESTE E DO RIO GRANDE DO SUL**. Tese de doutorado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: resultados definitivos 2017**, 2019.

LANNA, Marcos. NOTA SOBRE MARCEL MAUSS E O ENSAIO SOBRE A DÁDIVA. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 14: p. 173-194, jun. 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O triângulo culinário**. In: Cordier S, organizadores. Lévi-Strauss. São Paulo: Documentos; 1968. 102 p. Série L’Arc, 2.

LEÃO, Marília. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013.

LIMA, Romilda de Souza; NETO, José Ambrósio Ferreira; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **Demetra**; 2015; 10(3); 507-522.

LUNA, Flávio Melo de. **Análise dos Desafios e Estratégias Para Operacionalização da Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAF do Território da Zona da Mata Sul.** 2011.

MAUSS, Marcel. 1974 [1923-24]. **Ensaio sobre a dádiva.** Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Transformações na Cultura Urbana das grandes metrópoles. In: **Sociedade Global: Cultura e Religião**, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

MAGALHÃES, Guilherme. **Bolsonaro tem ao menos uma crise a cada 50 dias.** Folha de São Paulo, São Paulo. 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/governobolsonaro-tem-ao-menos-uma-crise-a-cada-50-dias-relembre-dez-delas.shtml>>. Acessado em: 19 de jun de 2022.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco. **Caderno 'segurança alimentar'**. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>.

MALUF, Renato. Segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1306701/mod_resource/content/1/Maluf.jpeg.pdf Acesso em: 13 de jan. de 2023.

MORAIS, Verena Duarte de; MACHADO, Cristiani Vieira; MAGALHÃES, Rosana. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(12):6175-6187, 2021.

MARQUES, Ana C.; VILLELA, Jorge M. O QUE SE DIZ, O QUE SE ESCREVE. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, SÃO PAULO, USP, V. 48 Nº 1. 2005.

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.2, p.505-515, 2016.

MASSOPUST, Thayane. “SE O CAMPO NÃO PLANTA, A CIDADE NÃO JANTA1”: UMA ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DA ATUAÇÃO DO MST NA GARANTIA DO ODS 2 NO BRASIL A PARTIR DA CRISE DO ARROZ DE 2020. **O Cosmopolítico**, v. 7 n.2 - dezembro de 2020.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Rev. Nutr.**, Campinas, 21(Suplemento):145s-158s, jul./ago., 2008.

MENASCHE, Renata; MACHADO, Carmen Janaina Batista. **Elementos para uma agenda de pesquisa em segurança alimentar e nutricional à luz da antropologia.** Universidad Nacional Autónoma de México Instituto de Investigaciones Sociales México, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo, 2018.

NORA, Fabiane Dalla; ZANINI, Maria Catarina. A FEIRA COMO UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE. **Revista Retratos de Assentamentos**, v.18, n.1, 2015.

PEREIRA, Diogo Valmor; PICELLI, Pedro de Castro. Para além da necropolítica: pandemia, neoliberalismo e o homem médio. In: CASTRO, Barbara (Org.). **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia.** Campinas/SP: UNICAMP IFCH, 2020.

PARAÍBA. **Decreto nº 24.029 de 25 de abril de 2003.** Dispõe da criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Paraíba, 2003.

PAIS, José Machado. AS “CRONOTOPIAS” DAS PRÁTICAS CULTURAIS DO QUOTIDIANO. **Observatório das Actividades Culturais**, OBS nº 4, Outubro de 1998, pp. 7-9.

PERES, João; MATIOLI, Vitor. **O triunfo dos supermercados no Brasil da fome.** Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/06/supermercadismo-fome/> Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar.** Florianópolis: Ed. UFSC; 2013. 285 p.

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021.**

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022.**

RECIERI, Elisabetta et al. Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. **Rev Nutr.** 2020, vo.33. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/sNB5F8yBvGsDNDQHYmKK6qw/?lang=en>>. Acesso em: 05 de jul.2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSETTI, Francine Xavier. **Consumo alimentar, estado nutricional e percepção de segurança alimentar e nutricional entre estudantes de uma universidade.** Dissertação de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

pública (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11141/tde-06042015-110216/pt-br.php>.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, María Elena. La Via Campesina y Agroecología. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza/> Acesso em: 13 de jan. de 2023.

SALAZAR, L. et al. **Retos para la agricultura familiar en el contexto del Covid-19: Evidencia de Productores en ALC.** Banco Interamericano de Desarrollo. 2020.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010.

SILVA, Nádja; SANTOS, Thayonara. NUTRICÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA EM TEMPOS DE COVID-19: ANALISANDO OS IMPACTOS DO ENCONTRO DE CRISES NO BRASIL ATUAL. **Áltera**, João Pessoa, Número 14, 2022, e01407, p. 1-25.

SCHNEIDER, Sérgio et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 34 (100), 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: OLIVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SENADO. **BNDES muda foco e financia mais o agro que a indústria**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/06/bndes-muda-foco-e-financia-mais-o-agro-que-a-industria-economistas-e-senadores-criticam> Acesso em 27 de jul de 2022.

SOUZA, Roméria. **A CECAF-JP NA VISÃO DOS FEIRANTES EM ÉPOCA DE COVID-19: AS POLÍTICAS DE INCENTIVO À COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2021.

SOUSA, Jocéia Gouveia de. **POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: O Caso do Território da Zona da Mata Norte-PB**. Dissertação de Mestrado em Geografia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SOUSA, Diego; JESUS, Eduarda de. Monitoramento de notícias divulgadas na mídia em tempos de pandemia da covid-19 e sua relação com a agricultura familiar do Tocantins. **Holos - Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia**. 37(1), 1-16, 2021.

NASCIMENTO, Walkiria do. **Meio de Feira: Uma etnografia sobre as estratégias de venda entre feirantes na feira livre de Itapororoca-PB.** Dissertação de Mestrado em Antropologia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018.

VASCONCELOS, Ana Beatriz Pinto de Almeida; MOURA, Leides Barroso Azevedo de. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cad. Saúde Pública**, 2018; 34(2):e00206816.

VASCONCELOS, Viviane Alves de. **SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN): AVANÇOS E DESAFIOS NO ESTADO DA PARAÍBA.** Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Pública. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

VEDANA, Viviane. **“Fazer a Feira” estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, M. N. A. **Pesquisa Qualitativa Em Saúde.** 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

TISING, Anna. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno.** Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 58, p. 13-30, jun. 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO.** XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO, 1996.

WEISS, Fátima. **“Ser afetada”? Implicações de uma antropóloga em campo.** 34º Encontro Anual da Anpocs, 2010.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista

Dados pessoais

1. Nome?
2. Idade?
3. Naturalidade? Onde mora?
4. Estado civil?
5. Grau de escolaridade?
6. Quantas pessoas moram na sua casa?
7. Quantas trabalham e quantas dependem de você?
8. Qual a sua renda média?

Consumo alimentar e produção de alimentos

9. Quantas refeições você faz por dia?
10. O que costuma comer em cada refeição?
11. O que costuma comer quando está trabalhando na CECAF?
12. Você come o que produz/vende no seu cotidiano?
13. Você consome os alimentos que são vendidos na(s) feira(s) em que trabalha?
14. Onde você costuma comprar alimentos?
15. Você prefere fazer compras na feira ou no supermercado? Por que?
16. Você costuma comer alimentos mais naturais ou fabricados? ?
17. Tem notado alguma mudança na sua alimentação desde a eclosão da pandemia?
18. Para você o que seria “comer bem”?
19. Tem tido dificuldade em “comer bem” nos últimos meses?
20. Quais alimentos você produz/comercializa?
21. Você sabe de onde vem e quem produz esses produtos que vende? Sabe

alguma coisa sobre a plantação desses alimentos?

22. Esses alimentos são orgânicos?

23. Se sim, percebe alguma diferença entre alimentos orgânicos e não orgânicos?

24. O que você não gosta de vender aqui? Por que?

Saúde

25. Você se considera uma pessoa saudável? Por que?

26. Você tem algum problema de saúde? (Como diabetes, hipertensão, etc)

27. Se sim, o que você faz para tratar desse(s) problema(s) de saúde?

28. Se sim, tem algum cuidado especial com a sua alimentação?

29. Se não, tem algum cuidado especial com a sua alimentação? Por que?

30. Você entende a alimentação como uma questão de saúde? Por que?

31. Você fez alguma mudança na sua alimentação nos últimos anos visando melhorar a saúde?

32. A pandemia influenciou em alguma medida nas suas escolhas alimentares? No que você come ou no que você evita comer?

33. Você se vacinou contra a covid-19? Por que?

Segurança Alimentar e Nutricional

34. Já ouviu falar em segurança alimentar?

35. Você concorda com o que é entendido como segurança alimentar? (Explicar o conceito, caso desconheça)

36. Você acha que é possível garantir a sua segurança alimentar e de sua família no contexto econômico do Brasil atual?

37. Você considera que está conseguindo garantir a sua segurança alimentar e de sua família?

38. Se não, o que tem impedido que isso aconteça?

39. A sua renda tem sido suficiente para satisfazer necessidades básicas e garantir uma alimentação “adequada”?

Trabalho

40. Quais são os locais que comercializa os alimentos in natura que vende?
41. Com quem você trabalha? Recebe auxílio de familiares ou empregados?
42. Desde quando trabalha na CECAF?
43. Como passou a trabalhar lá?
44. Faz parte de alguma cooperativa ou associação?
45. Além da CECAF, é beneficiado por algum outro programa do governo federal, estadual ou municipal?
46. Se sim, você considera que esse(s) benefício(s) é(são) suficiente(s)?
47. O que acha das políticas voltadas a agricultura familiar?
48. Tem observado alguma mudança nessas políticas nos últimos anos? Se sim, o que acha disso?
49. Você acha que as ações do governo federal em relação as políticas voltadas para a agricultura familiar têm tido impacto nas políticas estaduais e municipais? Se sim, quais seriam esses impactos?
50. Considerando o contexto da pandemia, alguma coisa mudou no seu trabalho?
51. Se sim, o que você acha que mais mudou desde então?
52. Recebeu algum auxílio do governo durante a pandemia?

Espaço livre

53. Teve alguma pergunta que eu não fiz e que você gostaria que eu tivesse feito? Se sim, qual?
54. Tem mais alguma coisa que você acha importante ser dita?



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado/a,

A pesquisadora responsável por essa pesquisa, Nádja Silva dos Santos, convida você a participar da pesquisa intitulada **“Por uma Antropologia das Políticas Públicas: reflexões sobre a segurança alimentar e nutricional dos feirantes-agricultores familiares do CECAF-JP em tempos de Covid-19”**. Essa pesquisa consiste em uma das etapas do mestrado em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ocorre sob orientação das professoras Dra. Ednalva Neves e Dra. Maristela Andrade.

Para a sua segurança é necessário que assine esse termo, indicando que está ciente da participação nessa pesquisa e que a sua identidade será preservada. Visando evitar qualquer prejuízo, todas as informações passadas serão mencionadas na pesquisa de forma totalmente anônima. Informamos que essa pesquisa está sendo realizada em conformidade com **as resoluções 466/2012 e 510/2016**, respeitando as normas e diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, e que não oferece nenhum risco à saúde ou integridade dos participantes.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária. Além disso, a sua participação não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro e você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Reafirmo que todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

O objetivo dessa pesquisa é investigar se o cenário de desmonte de políticas públicas a nível federal, por um lado, e de crises política, econômica e sanitária, por outro, tem representado um risco na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e na Segurança Alimentar e Nutricional dos feirantes-agricultores familiares do CECAF da

cidade de João Pessoa/PB. Isso, avaliando o papel de políticas, como o CONSEA, no controle dos corpos e dos destinos desse grupo. Buscando entender quais os impactos, no contexto paraibano, da ausência de uma agenda governamental de combate à Insegurança Alimentar e Nutricional e de incentivo à agricultura familiar a nível federal e se essa ausência se reflete nas agendas do estado da Paraíba e da cidade de João Pessoa.

Para obter esses dados, solicito a sua colaboração através de entrevistas, assim como a sua autorização para usar os dados que serão extraídos dessas entrevistas na dissertação de mestrado e em outros trabalhos acadêmicos.

Dito isso, me coloco à disposição para responder qualquer dúvida que surja sobre a natureza das entrevistas ou sobre as etapas do desenvolvimento dessa pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a), entendo os objetivos e aceito participar da pesquisa, dando consentimento para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma via deste documento, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

_____, _____ de _____ de 20__

Nome completo do participante da pesquisa

(por extenso)

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do entrevistador

Pesquisadora Responsável:

Nádja Silva dos Santos

Telefone: 83 98896-5884

Endereço eletrônico: silvanadja.96@gmail.com

Endereço: Rua Lindolfo Gonçalves Chaves, 106. Jardim São Paulo, João Pessoa/PB

Comitê de Ética em Pesquisa – Centro de Ciências da Saúde/UFPB

Campus Universitário -Jardim Cidade Universitária

Castelo Branco - João Pessoa/PB - CEP: 58051-900

Horário de funcionamento: das 8;00 às 17;00 horas

Fone/fax: 83 – 32167791

Endereço eletrônico: comitedeetica@ccs.ufpb.br